U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

VALOR DE MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

Proposta de um Centro Equestre na Quinta do Monteiro-Mor em Vialonga, Vila Franca de Xira



Margarida Silva Sequeira Teixeira (Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientação Científica:
Professor Doutor António Miguel Neves da Silva Santos Leite
Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Júri:
Presidente: Professora Doutora Margarida Maria Garcia Louro do Nascimento e Oliveira
Vogal: Professor Paulo Manuel dos Santos Pereira de Almeida

Documento Definitivo
Lisboa, FA ULisboa, Dezembro, 2019

RESUMO

Com o desenvolvimento urbano e industrial, várias quintas dos arredores de Lisboa foram sendo abandonadas, em especial quando a atividade agrícola, que justificava a sua presença, deixa de ser economicamente interessante. A falta de manutenção e os fatores naturais de degradação das várias estruturas arquitetónicas foram originando ruínas, perdidas no tempo. É neste cenário que se encontra a Quinta do Monteiro-Mor, situada na freguesia de Vialonga, no concelho de Vila Franca de Xira.

Perante esta realidade, o presente trabalho final de mestrado, tem os seguintes objetivos: refletir acerca da importância de reabilitar e requalificar o património arquitetónico, quando este chega até nós sob a forma de fragmentação; a procura de uma estratégia de intervenção adequada que permita inserir o que resta do edificado da Quinta do Monteiro-Mor num contexto moderno, adaptado à sua envolvente, mantendo o significado do lugar, a sua memória e a sua identidade, garantindo também, a sua sobrevivência e persistência no futuro; e, por último, compreender como é que a memória se pode apresentar como apoio à estratégia de intervenção, numa proposta de reabilitação e requalificação, a fim de conservar o património construído, justificando-se assim o título *Valor de memória e conservação do património construído*.

Tendo por base estes objetivos, procedeu-se à análise do território, à elaboração de medições e levantamentos, através da observação direta e visitas ao lugar, do registo fotográfico e de pesquisa bibliográfica, bem como à análise de casos de referência relacionados com as questões de reabilitação e estratégias de intervenção pretendidas e, posteriormente, os casos de referência relacionados com as questões programáticas.

Após esta fase de análise partiu-se para o estudo de uma intervenção e de um programa que refletissem o que a Quinta do Monteiro-Mor foi em tempos, tendo por base a análise da memória arquitetónica e da memória não arquitetónica respetivamente, uma vez que se pretendeu que a nova intervenção estabelecesse uma relação intrínseca com a história do lugar, chegando-se assim a uma proposta de um novo uso para esta quinta: um centro equestre.

Conceitos-Chave:

Património | Reabilitação | Memória | Identidade | Centro Equestre.

ABSTRACT

With urban and industrial development, several farms around Lisbon were being abandoned, especially when the agricultural activity, which justified their presence, is no longer economically interesting. The lack of maintenance and the natural factors of degradation of the several architectural structures were giving rise to ruins, lost in time. This is the scenario that we found in Quinta do Monteiro-Mor, located in the parish of Vialonga, in the municipality of Vila Franca de Xira.

Due to this reality, the presente master thesis has the following goals to reflect about the importance of rehabilitation and requalication of the architectural heritage, when it reaches us in the shape of fragmentation; the search for an appropriate intervention strategy that allows the buildings of Quinta do Monteiro-Mor to be inserted in a modern context, adapted to its surroundings, maintaining the meaning of the place, its memory and its identity, also guaranteeing its survival and persistence in the future; and, at least, to understand how memory can be present as support to the intervention strategy, in a proposal of rehabilitation and requalification, in order to preserve the built heritage, thus justifying the title *Memory value and conservation of the built heritage*.

Based on these goals, I've proceeded with the analysis of the territory, the preparation of measurements and surveys, through the direct observation and visits to the place, a photographic register and bibliographical research, as well as the analyses of reference cases related to the issues of rehabilitation and intervention strategies, and then the reference cases related to programmatic issues.

After this phase of analyses I've started to study an intervention and for a program that reflected what Quinta do Monteiro-Mor was, based on the analysis of the architectural memory and non-architectural memory respectively, since the new intervention was intended to established an intrinsic relation with the history of the place. Through this came a proposition of a new use for this farm: an equestrian centre.

Key-words:

Heritage| Rehabilitation | Memory | Identity | Equestrian Centre.

AGRADECIMENTOS

No âmbito da realização do Projeto Final de Mestrado, quero agradecer:

À minha família, por sempre me ter ajudado e motivado nos momentos de mais ansiedade e agitação, e principalmente por ter possibilitado a realização deste curso.

Aos meus colegas e amigos que, de certo modo, acabaram por contribuir para a construção de todo o percurso académico, destacando os que acompanharam o desenrolar desta última etapa.

A todos os professores que cruzaram o meu caminho e contribuíram para a minha formação académica, em especial aos meus orientadores, o Professor Doutor António Leite e o Professor Doutor Flávio Lopes, pela transmissão de conhecimentos, disponibilidade no esclarecimento de dúvidas e incentivo durante a realização deste trabalho.

A todos um enorme obrigada pelo contributo e colaboração nesta etapa tão importante.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1
I – DESCRIÇÃO E IMPORTÂNCIA PATRIMONIAL 3
Contexto físico, social e cultural 5
A Quinta do Monteiro-Mor 13
De propriedade senhorial a ruína. Análise Histórica 13
Recriação desenhada 18
Estado de conservação 23
Síntese 31
II – O FUTURO DE UMA RUÍNA PERDIDA NO TEMPO 33
As potencialidades do lugar 35
As condicionantes patrimoniais 36
Um centro equestre. Uso compatível 39
Síntese 42
III – CASOS DE REFERÊNCIA 43
Questões de reabilitação e estratégias de intervenção 45
Castelo de Pirescoxe 45
Teatro Thalia 48
Questões programáticas 51
Centro Equestre de Leça da Palmeira 51
Centro Hípico Ultzama 54
Síntese 57
IV – ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO FÍSICA E FUNCIONAL 59
Escala do território 61
Escala do edificado 62
Usos e funções 63
Materialidade e construtibilidade 66
Considerações finais 67
BIBLIOGRAFIA E FONTES 69
ANEXOS 73

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Concelho de Vila Franca de Xira. Fonte: Sistema de Informação Geográfica Municipal, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira……..**5**
Figura 2. Distribuição das Quintas de Recreio pelo concelho de Vila Franca de Xira. Fonte: Fernandes, I. P. (Novembro de 2014). A Quinta de Recreio no Concelho de Vila Franca de Xira……6
Figura 3. Área do Solo no concelho de Vila Franca de Xira, em hectares. Fonte: PDM em vigor……..7
Figura 4. Freguesia de Vialonga. Fonte: Departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira e Google Maps – alterado pela autora……8
Figura 5. Mapa da rede viária tangente à freguesia de Vialonga. Fonte: Google Maps – alterado pela autora……..8
Figura 6. Panorâmica de Vialonga. Fotografia de Nídia Brígida…….9
Figura 7. Classificação da Quinta do Monteiro-Mor como património arquitetónico civil. Fonte: Sistema de Informação Geográfica Municipal, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira…….10
Figura 8. Acesso à Quinta do Monteiro-Mor partindo de Vialonga e Granja de Alpriate. Fonte: Google Maps – alterado pela autora……..10
Figura 9. Sinalização da Estrada do Monteiro-Mor. Fotografia da autora……...10
Figura 10. Relação da Quintado Monteiro-Mor com a hidrografia. Fonte: Google Maps – alterado pela autora……11
Figura 11. Vista aérea da quinta com a marcação das panorâmicas para a envolvente. Fonte: Google Maps – alterado pela autora……...11
Figura 12. (De cima para baixo). Relação com a envolvente. Panorâmica A; Panorâmica B; Panorâmica C; Panorâmica D. Fotografias da autora……12
Figura 13. Planta de funções gerais da Quinta do Monteiro-Mor. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural nos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP. – alterado pela autora com base na investigação histórica……13
Figura 14. (De cima para baixo). Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Relações de simetria no piso térreo; Relações de simetria no alçado Oeste; Simetria no piso térreo baseada numa possível leitura da casa. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP. – alterado pela autora……...15
Figura 15. Proposta de fases de construção baseada na investigação histórica. Fonte: Nídia Brígida – alterado pela autora……..…...16
Figura 16. Relação dos espaços – hierarquia/ circulação/ sistema de vistas. Fonte: Pires, A. G. (2013). A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Lisboa: Caleidoscópio. (p. 389)…..16
Figura 17. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Estado de ruína atual. Fachadas Sul e Este. Fonte: Google Earth – alterado pela autora……...18
Figura 18. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Estado de ruína atual. Fachadas Sul e Oeste. Fonte: Google Earth – alterado pela autora……...18
Figura 19. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Estado de ruína atual. Fachada Este. Fonte: Google Earth – alterado pela autora…...19

Figura 20. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Estado de ruína atual. Fachada Norte. Fonte: Google Earth – alterado pela autora…19
Figura 21. (De cima para baixo). Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Planta do piso nobre; Planta do piso térreo; Alçado Oeste. 2019. Desenho da autora……..20
Figura 22. (De cima para baixo). Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Planta do piso nobre; Planta do piso térreo; Alçado Oeste. 1999. Desenho da autora……..21
Figura 23. (De cima para baixo). Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Planta do piso nobre; Planta do piso térreo; Alçado Oeste. Séculos XVII-XVIII. Desenho da autora……..22
Figura 24. Envolvente do edificado da Quinta do Monteiro-Mor. Vegetação e "lixeira". Fotografia da autora…….23
Figura 25. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Desagregação nas fachadas interiores. Fotografia da autora……24
Figura 26. Curral da Quinta do Monteiro-Mor. Desagregação nas fachadas interiores. Fotografia da autora……24
Figura 27. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Vegetação nas fachadas e interior da casa. Fotografia da autora……..25
Figura 28. Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Vegetação na fachada norte. Fotografia da autora……25
Figura 29. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Lacuna da escadaria principal. Fotografia da autora……25
Figura 30. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Lacuna da fachada Oeste. Fotografia da autora……25
Figura 31. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Lacuna generalizada da cobertura. Fotografia da autora……...26
Figura 32. Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Lacuna da cobertura. Fotografia da autora……26
Figura 33. Vista para a envolvente a partir do terraço Este da casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Fonte: Pires, A. G. (2013). A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Lisboa: Caleidoscópio……28
Figura 34. Vista para a envolvente a partir da fachada Norte da casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Fotografia da autora…….. 28
Figura 35. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Fachada Oeste. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP……...29
Figura 36. Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Fachada Norte. Fotografia da autora……29
Figura 37. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Escadaria principal. Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP……29
Figura 38. Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Fotografia da autora……..29
Figura 39. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Vãos. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP……..30
Figura 40. Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Fotografias da autora……..30

Figura 41. Identificação da área desaconselhável à construção. Fonte: Sistema de Informação Geográfica Municipal, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira……35
Figura 42. Quinta do Monteiro-Mor. Envolvente rural. Fonte: Google Earth……35
Figura 43. Exemplo de movimentos feitos através da equoterapia. Fonte: Letícia Junqueira (Fisioterapeuta) e Liana Pires Santos (Psicopedagoga)……40
Figura 44. Estimulação do cérebro através da equoterapia. Fonte: Letícia Junqueira (Fisioterapeuta) e Liana Pires Santos (Psicopedagoga)……41
Figura 45. Castelo de Pirescoxe. Planta de levantamento das ruínas. Desenho de Inês Estorninho, José Fernandes e Manuel Caldeira…46
Figura 46. Castelo de Pirescoxe. Planta de intervenção. Desenho de Inês Estorninho, José Fernandes e Manuel Caldeira……46
Figura 47. Castelo de Pirescoxe. Perspetiva em voo de pássaro. Fotografia de Inês Estorninho, José Fernandes e Manuel Caldeira…47
Figura 48. Castelo de Pirescoxe. Perspetiva interior. Fotografia de Inês Estorninho, José Fernandes e Manuel Caldeira……47
Figura 49. Teatro Thalia. Planta piso térreo. Fonte: Archdaily……49
Figura 50. Teatro Thalia. Perfis. Fonte: Archdaily……49
Figura 51. Teatro Thalia. Estado de ruína no ano de 2012. Fotografia de Lusa……50
Figura 52. Teatro Thalia. Atualidade. Fotografia de DMF……50
Figura 53. (De cima para baixo). Centro Hípico de Leça da Palmeira. Planta de Implantação; Corte pela zona das cavalariças; Corte pela zona de descanso. Fonte: Archdaily……52
Figura 54. Centro Hípico de Leça da Palmeira. Picadeiro exterior e vista para o picadeiro coberto. Fotografia de Fernando Guerra……...53
Figura 55. Centro Hípico de Leça da Palmeira. Cavalariças. Fotografia de Fernando Guerra……...53
Figura 56. (De cima para baixo). Centro Hípico do Ultzama. Planta do piso térreo; Alçado Norte; Corte longitudinal; Corte transversal. Fonte: Archdaily……..55
Figura 57. Centro Hípico do Ultzama. Exterior da zona das cavalariças. Fotografia de Pedro Pegenaute……..56
Figura 58. Centro Hípico do Ultzama. Picadeiro coberto. Fotografia de Pedro Pegenaute……56
Figura 59. Quinta do Monteiro-Mor. Planta de demolições. Desenho da autora……..61
Figura 60. Usos programáticos. Axonometria da proposta. Desenho da autora……..63

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, a necessidade de preservar e valorizar o património arquitetónico, tem ganho cada vez mais importância, uma vez que para além de ter um grande significado simbólico, é o testemunho e a memória do passado de um povo. No entanto, o património em ruína é uma problemática com a qual nos deparamos cada vez mais. Este estado de ruína é, muitas vezes, gerado pela falta de manutenção e de medidas de prevenção, sendo que este passa a apresentar-se, na maioria dos casos, como o estado de vida do edificado, acabando por ficar perdido no tempo. É perante este cenário que encontramos a Quinta do Monteiro-Mor, que se situa no concelho de Vila Franca de Xira, mais propriamente na freguesia de Vialonga.

O fio condutor para a requalificação desta quinta passará essencialmente pela revalorização e salvaguarda do património arquitetónico, através da sua reinserção no contexto em que se encontra implantada. A metodologia de intervenção e a procura de um programa adequado teve por base tanto a memória arquitetónica, como a memória não arquitetónica, e segue dois objetivos: primeiramente o de conservação da ruína, percebendo quais os elementos a restaurar e a reconstruir, e depois a construção do novo edificado, de modo a que se garanta que o conjunto arquitetónico possa ser útil, albergando todas as valências necessárias do programa que irá surgir.

De forma a dar resposta aos objetivos descritos anteriormente, procedeu-se à análise do território onde o edificado da Quinta do Monteiro-Mor está inserido e à elaboração de medições e levantamentos, através da observação direta e visitas ao lugar, do registo fotográfico e da pesquisa de bibliografia, obtendo assim uma base de trabalho fidedigna, a qual facilitou o desenvolvimento de todo o trabalho. Para além disso, de modo a se enriquecer o conhecimento, procedeu-se à análise de casos de referência, que refletissem o tipo de reabilitação e o tipo de estratégias de intervenção pretendidas, bem como à análise de casos de referência relacionados com as questões programáticas.

Este trabalho pretende fazer uma reflexão acerca da importância de reabilitar e requalificar o património arquitetónico, através da procura de uma estratégia de intervenção adequada, que permita inserir o edificado da Quinta do Monteiro-Mor, num contexto contemporâneo, adaptado à sua envolvente, mantendo o significado do lugar, a sua memória e a sua identidade, garantindo também, a sua sobrevivência e persistência no futuro. Por fim foi necessário compreender de que forma é que a memória se pode apresentar como uma estratégia de intervenção, numa proposta de reabilitação e requalificação, justificando-se assim o título deste trabalho: *Valor de memória e conservação do património construído*.

Esta reabilitação permite manter as memórias passadas naquele lugar, e a sua requalificação permite a criação e dinamização do espaço através da presença de um centro equestre, cujas valências irão contribuir para a dinâmica social e económica, quer da freguesia de Vialonga quer de todo o concelho de Vila Franca de Xira.

Em síntese, o estudo realizado tentou responder a vários problemas existentes, nomeadamente:

Ao nível urbano

- Preservar o ambiente natural envolvente ao objeto de trabalho;

- Atrair, de certo modo, novas atividades económicas;

- Criar melhores soluções urbanísticas que favoreçam a revitalização do espaço.

Ao nível social

- Criar novas dinâmicas de modo a atrair população e potenciar a dinâmica social.

No âmbito da qualificação e reabilitação arquitetónica

- Promover e valorizar o património construído como fator de identidade e diferenciação urbana;

- Preservar e reabilitar o edificado, traduzindo identidades e memórias passadas naquele lugar e na freguesia;

- Reintegrar o edificado na envolvente;

- Reposição da coerência urbana e edificada;

- Correção das patologias existentes;

- Inserção de novo edificado.

I – DESCRIÇÃO E IMPORTÂNCIA PATRIMONIAL

Contexto físico, social e cultural

Vila Franca de Xira

"Das tradições desta vila, pouco se sabe através dos arquivos locais: destruídos estes, quási por completo, pelo terramoto de 1755, nos seus escombros ficou sepultado o que seria agora muito interessante conhecer quanto à origem, fundação, hábitos e costumes dos povoadores desta encantadora vila. (…) Decorreram os anos e a época de desenvolvimento de Vila Franca de Xira, esboça-se: arroteados os áridos montes, destruídos os improdutivos silvados e brenhas, surgem os campos cheios de seiva, fecundantes, que levam os povos da região à organização da propriedade; os senhores de valimento fundam e instala-se em primorosas e aprazíveis quintas, os mais humildes em risonhos e férteis casais. (…)"[1].

Sabe-se que o primeiro núcleo urbano surgiu em 1801, começando por ser um pequeno aglomerado de habitações ribeirinhas, dividido em quatro povoações distintas. Entre 1836 e 1856 o território urbano começou a desenvolver-se de forma mais aprofundada, sobretudo a partir das principais vias de transporte e da linha de caminhos-de-ferro.

Atualmente, o concelho de Vila Franca de Xira é um dos 18 concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, sendo o décimo-sexto concelho mais populoso do país. Situa-se num território onde convergem realidades geográficas e dinâmicas socioeconómicas bastante distintas, desempenhando assim um papel valioso na absorção das dinâmicas da capital. É considerado uma das principais portas de entrada da Área Metropolitana de Lisboa, situando-se apenas a 30 quilómetros da mesma.



Figura 1. Concelho de Vila Franca de Xira. Fonte: Sistema de Informação Geográfica Municipal, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

[1] Crónica (1935). *Vila Franca de Xira, suas tradições históricas e considerações diversas*. Arquivo do fundo local – Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira.

Possui aproximadamente 318,13 km^2 e pode ser dividido em três grandes áreas consoante as suas características: a área da Lezíria, dos Mouchões e do rio Tejo, de relevo quase plano e com pouco edificado. A conjunção destas áreas engloba as 12 freguesias que constituem todo o concelho: Alhandra, Calhandriz, São João dos Montes, Alverca do Ribatejo, Sobralinho, Castanheira do Ribatejo, Cachoeiras, Póvoa de Santa Iria, Forte da Casa, Vila Franca de Xira e Vialonga.

O concelho é limitado a Norte pelos concelhos de Alenquer e Azambuja; a Sul pelo estuário do Tejo e pelo concelho de Loures; a Este pelo concelho de Benavente; a Oeste pelos concelhos de Loures e Arruda dos Vinhos; e a Nordeste pelo concelho de Salvaterra de Magos. É atravessado longitudinalmente pelo rio Tejo, que constitui uma importante barreira natural e condicionante do território. É um concelho que possui um património histórico e cultural bastante diversificado, principalmente a nível das épocas de construção e tipologias. Este património é caracterizado pelas assimetrias geográficas e pela história e herança populacional que foi ocupando este território desde os tempos antigos até à atualidade.

Devido à proximidade com o Tejo, o concelho de Vila Franca de Xira, foi um dos locais preferenciais para a fixação de Quintas de Recreio[2] ao longo dos séculos XVI – XIX, sendo que o auge da sua construção foi durante o século XVIII: *"*Os palácios e casas senhoriais apareciam ao longo da margem do Tejo, desde Xabregas até à Póvoa."[3].

A implantação destas quintas não dependia apenas da escolha de um local que possuísse um bom enquadramento paisagístico, mas da qualidade do solo, das características geográficas e da proximidade com o rio. Esta proximidade era, portanto, um dos principais pontos a ter em conta, uma vez que influenciava a qualidade dos solos e também permitia um contacto, via fluvial, mais direto com a capital. Atualmente, essas quintas estão classificadas como património, embora de algumas delas, restem apenas elegantes e singulares ruínas.

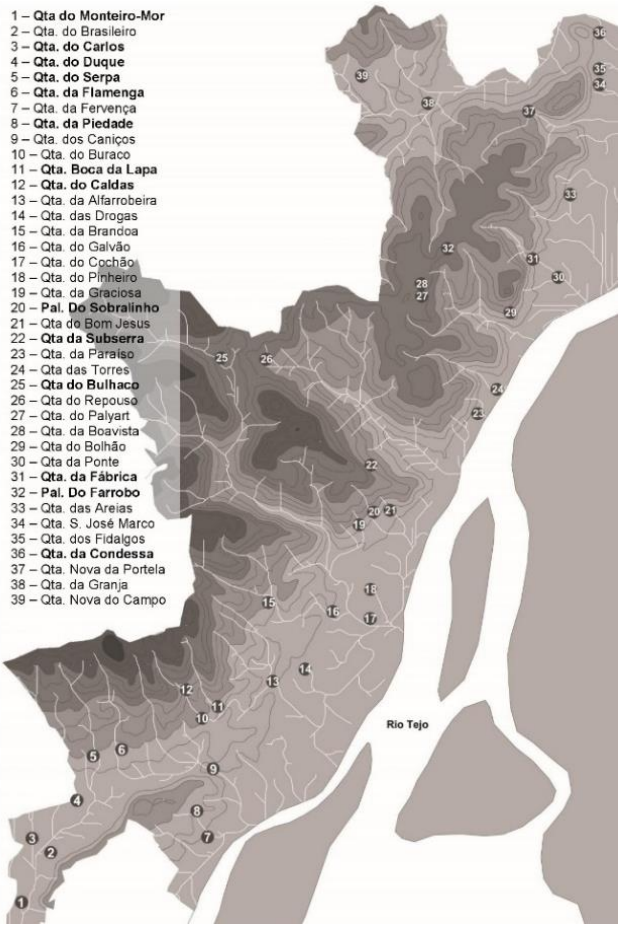


Figura 2. Distribuição das Quintas de Recreio pelo concelho de Vila Franca de Xira. Fonte: Fernandes, I. P. (Novembro de 2014). A Quinta de Recreio no Concelho de Vila Franca de Xira.

[2] " (…) propriedade rústica que, independentemente da dimensão, inclui terrenos de cultivo, hortas e pomares, edifícios de apoio à exportação agrícola e pecuária, habitações de trabalhadores rurais e, junto à residência do proprietário, zonas de lazer, designadamente jardins, pavilhões, fontes, lagos, pombais e matas (…).". Mesquita, M. D. (1992). *História da Arquitetura. Uma proposta de investigação. O Palácio dos Marqueses de Fronteira como Situação Exemplar da Arquitetura Residencial Erudita em Portugal*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FAUL.

[3] Colaço, B. G. (1930*). Memórias da Marqueza de Rio Maior*. Lisboa: Livraria Editora.

De acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM), tendo em conta esta problemática de ruína[4] e de abandono das quintas, é proposta uma abordagem que defende um regime próprio para as mesmas, atribuindo-lhes edificabilidade, programa e uso. Esta abordagem tem por base a localização da quinta, a sua área e as suas condições atuais. As quintas em questão foram divididas em quintas total ou parcialmente integradas em solo urbano e quintas integradas em solo rural, com o objetivo de salvaguardar os seus valores culturais, combatendo a situação atual de abandono do edificado, como referido anteriormente.

Segundo a primeira revisão do PDM de Vila Franca de Xira, a área de solo agrícola ocupa cerca de 41% da área total do concelho, sendo esta inteiramente ocupada pela Lezíria Grande, ou seja, uma das mais férteis várzeas do rio Tejo, abrangendo 13 420 hectares. Esta área é habitada por uma diversidade única de fauna, que constitui um património natural o qual é abrangido pela Reserva Natural do Estuário do Tejo.

	Freguesias										
Usos do solo	Vila Franca de Xira[5]	Castanheira do Ribatejo	Cachoeira	Alhandra	S. João dos Montes	Calhandriz	Alverca do Ribatejo	Vialonga	Sobbralinho	Forte da Casa	Póvoa de Santa Iria
Solo Rural											
Policultura	135,4	172,7	908,8	0,08	611,9	22,7	-	-	-	-	-
Lezíria	176,3	553,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inertes	-	-	-	-	4,8	-	-	40,7	77,9	-	-
Silvo-Pastoricia	573,8	186,1	-	20,6	610,4	445,6	583,5	810,5	59,8	85,1	40,0
Florestais	169,7	260,2	-	22,6	201,7	208,6	312,4	337,9	113,6	-	7,7
Solo Urbano											
Espaço Canal	54,1	42,8	-	19,9	-	-	32,9	27,1	15,0	3,0	12,2
Urbano	302,7	110,9	59,3	80,6	300,3	27,7	333,5	421,6	59,1	92,3	26,0
Urbanizável	180,4	-	-	-	0,3	-	78,3	5,6	-	164,2	33,0
Indústria	67,9	-	-	32,7	1,6	-	172,8	25,4	98,1	51,0	98,3
Nova Indústria	6,8	52,1	-	-	19,2	-	78,0	58,4	-	15,4	2,2
Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24,2	8,8
Total	**1667,1**	**1377,9**	**968,1**	**176,5**	**1200,2**	**704,6**	**1591.4**	**1727,2**	**423,5**	**435,2**	**228,2**

Figura 3. Área do Solo no concelho de Vila Franca de Xira, em hectares. Fonte: PDM em vigor.

[4] "Ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspeto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes." Brandi, C. (1963). *Teoria da Restauração*.

Vialonga

Das freguesias que foram anteriormente referidas, importa contextualizar, de forma breve, a freguesia de Vialonga uma vez que é nela que está implantada a quinta sob a qual incide esta tese.



Figura 4. Freguesia de Vialonga. Fonte: Departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira e Google Maps – alterado pela autora.

O nome desta freguesia teve origem na ocupação romana, a qual deixou vários sinais, nomeadamente a estrada, ou seja, a "longa via" romana, que na época era a principal via terrestre de acesso a Lisboa. Esta estrada tinha início nos campos de Alvalade e terminava em Santarém. Em Alverca subdividia-se em duas, sendo que uma seguia pelo extenso vale de Vialonga, Santo Antão do Tojal e Loures e outra em direção à Póvoa de Santa Iria, acompanhando o rio Tejo.



Figura 5. Mapa da rede viária tangente à freguesia de Vialonga. Fonte: Google Maps – alterado pela autora.

A freguesia está situada numa das férteis várzeas dos arredores de Lisboa e desfruta de uma posição geográfica privilegiada, assumindo-se como passagem obrigatória a quem se dirigia à foz do rio Tejo, uma vez que se foi desenvolvendo ao longo desta via de acesso.

Em 1755, após o terramoto de Lisboa, devido à qualidade do ar, Vialonga foi uma localidade escolhida por familiares da nobreza para a construção de palácios, quintas de veraneio e propriedades agrícolas datadas desde o século XIV.

Com o crescimento da capital e a consequente alteração das vias de trânsito, bem como com o aparecimento do caminho-de-ferro e das autoestradas, Vialonga deixou de ser uma passagem obrigatória. No entanto, a sua proximidade com Lisboa tem provocado o constante crescimento demográfico, possuindo atualmente cerca de 17,5 km^2 de área, onde se implantam 23 povoações, possuindo assim um total de 21 033 habitantes.



Figura 6. Panorâmica de Vialonga. Fotografia de Nídia Brígida.

O lugar

Classificada como património arquitetónico civil, a Quinta do Monteiro-Mor foi começada a edificar nos finais do século XVII. Encontra-se implantada entre o limite sul do concelho de Vila Franca de Xira e o concelho de Loures, mais concretamente em Granja de Alpriate - povoação que pertence a Vialonga - ao fundo da encosta nascente do Vale de Alpriate. A quinta encontra-se numa paisagem caracterizada pela sua ruralidade, e o acesso a esta partindo da povoação a que pertence, é feito através de um caminho secundário de terra batida, que faz parte do arruamento denominado de "Caminho de Fátima", que nos leva até à Estrada do Monteiro-Mor.



Figura 7. Classificação da Quinta do Monteiro-Mor como património arquitetónico civil. Fonte: Sistema de Informação Geográfica Municipal, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.



Figura 8. Acesso à Quinta do Monteiro-Mor partindo de Vialonga e Granja de Alpriate. Fonte: Google Maps – alterado pela autora.



Figura 9. Sinalização da Estrada do Monteiro-Mor. Fotografia da autora.

Chegando ao lugar, pode observar-se que a implantação do aglomerado da quinta teve em conta o cuidado com a relação entre a paisagem e o edifício principal, neste caso, a casa senhorial, tomando a natureza como um elemento que faz parte do todo arquitetónico. Posto isto, percebe-se que será a casa senhorial que irá proporcionar e geometrizar todos os elementos que surjam posteriormente, sejam eles elementos naturais ou edificados.

A quinta encontra-se delimitada por elementos constituintes da natureza, tais como a linha de água, a vegetação ou a topografia acentuada, bem como por elementos provenientes da ação humana, como estradas e muros.

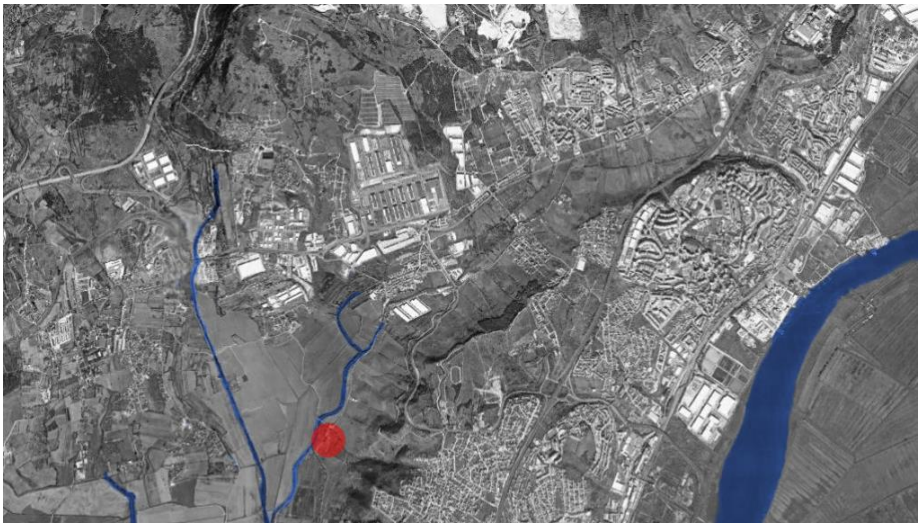


Figura 10. Relação da Quintado Monteiro-Mor com a hidrografia. Fonte: Google Maps – alterado pela autora.

A Noroeste, a quinta é delimitada pela ribeira de Alpriate, que acompanha a Estrada do Monteiro-Mor, sendo esta uma estrada secundária, em terra batida, que atravessa os campos de lezíria do Tejo. A Sudeste, é delimitada pela topografia elevada, chegando aos 15 metros de altura. As restantes direções são delimitadas por muros.

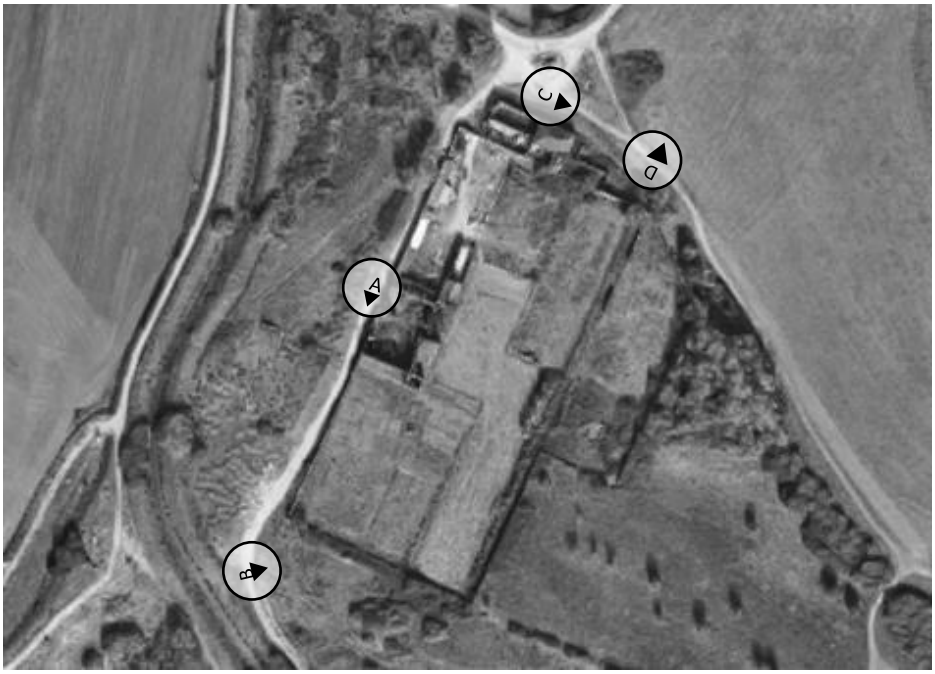


Figura 11. Vista aérea da quinta com a marcação das panorâmicas para a envolvente. Fonte: Google Maps – alterado pela autora.









Figura 12. (De cima para baixo). Relação com a envolvente. Panorâmica A; Panorâmica B; Panorâmica C; Panorâmica D. Fotografias da autora.

A Quinta do Monteiro-Mor

De propriedade senhorial a ruína. Análise Histórica

Sobre o passado da Quinta do Monteiro-Mor, é pouco o que se conhece, pois a bibliografia acerca desta é praticamente inexistente. No entanto, é possível fazer-se uma breve análise da situação anterior à ruína, através de alguma documentação escrita existente.

Começando por abordar todo o aglomerado da quinta, é notória a relação existente entre todo o conjunto e a Ribeira de Alpriate, afluente do rio Trancão. Partindo da ribeira, a ligação ao edificado era feita através de um cais, delimitado por dois frontões, onde atracavam os barcos vindos de Lisboa. Atualmente o *"cais por onde se fazia antigamente o acesso à habitação já não existe e a própria ribeira, de água negra, está ladeada de diques"*[5].

Sabe-se que a quinta foi construída com o objetivo de ser uma propriedade senhorial, que albergasse um ponto de comércio, diversas atividades agrícolas e a prática da tauromaquia. Ou seja, para além da casa senhorial, a quinta possuía a casa dos caseiros, um curral/ cavalariças, zonas de cultivo, como hortas e pomares, uma nora, uma fonte, um aqueduto, dois touris e um cais. Não existem testemunhos sobre a existência de qualquer ermida ou capela na quinta, no entanto, sabe-se que vários eventos religiosos foram nela realizados.

1. Casa senhorial
2. Casa dos caseiros
3. Curral/ cavalariças
4. Bosque (possível)
5. Horta (possível)
6. Pomar (possível)
7. Jardim (possível)
8. Aqueduto
9. Cais
10. Touris
11. Frontões

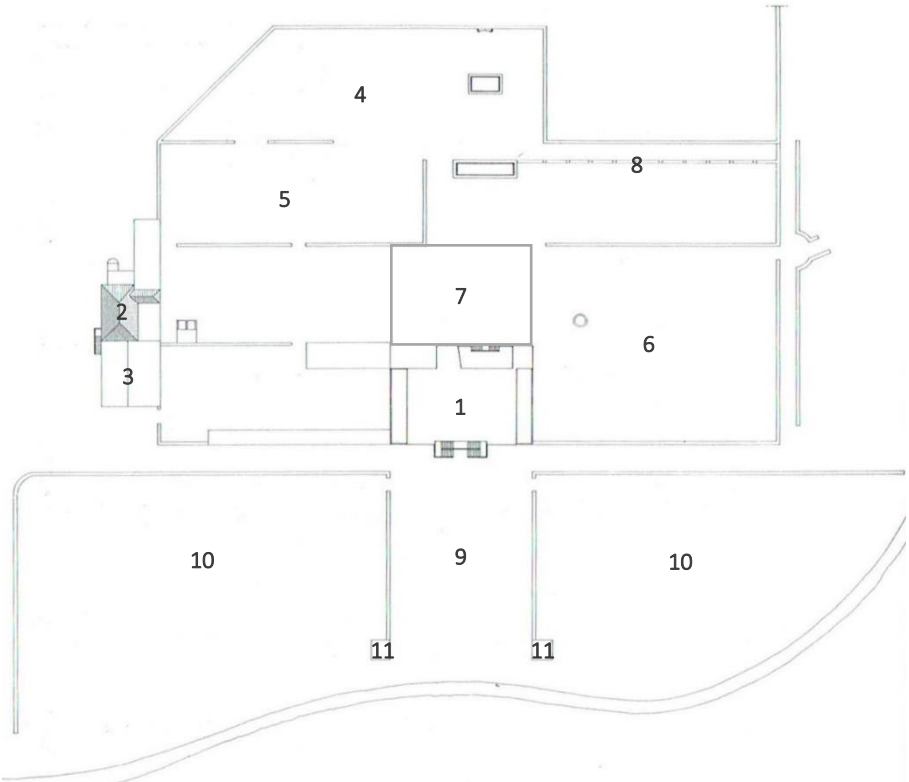


Figura 13. Planta de funções gerais da Quinta do Monteiro-Mor. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural nos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP. – alterado pela autora com base na investigação histórica.

[5] Caldas, J. V. (1999). *A Casa Rural nos Arredores de Lisboa*. Porto: FAUL. (p.335).

Passando à análise da casa senhorial, a sua arquitetura insere-se no período da arquitetura barroca[6], sendo que esta está claramente presente num ornamento do eixo da fachada, sendo ele a janela de sacada do andar nobre, com um pequeno frontão de remate. O restante edificado insere-se dentro de uma construção muito rígida e com pouca ornamentação decorativa, o que é uma característica do barroco mais típico. Pode assim dizer-se que a arquitetura do Monteiro-Mor constitui um exemplo característico de uma arquitetura de transição plana, sendo esta demonstrada através das fachadas planas e pouco ornamentadas, com vãos retangulares e constituída por volumes simples.

De acordo com Amílcar Pires, a casa senhorial foi *"concebida a partir de uma ordem geométrica definida por um eixo de simetria, em função do qual são organizadas as entidades espaciais e volumétricas mais importantes da quinta – torreões/ mirantes; pátio de honra; casa e jardins -, a casa tem o piso térreo destacado, com carácter de embasamento, a sua entrada principal é o centro da fachada principal, anunciada formalmente por um frontão triangular que a sobrepõe, e o acesso a esta é feito por uma expressiva escadaria de tramos simétricos. O seu espaço interior, por sua vez, também é estruturado a partir duma ampla sala de entrada, funcionalmente centralizadora de toda a casa."*[7]. Também João Vieira Caldas faz referência a esta axialidade, dizendo que esta quinta se insere no "Tipo 7", sendo que as que aqui se inserem demonstram uma axialidade acentuada da frontaria principal e do percurso para a atingir[8].

Todos os desenhos da casa, como plantas e alçados, demonstram este racionalismo, simetria e proporção. Quando todo o edificado ainda estava erguido, notava-se um eixo da fachada fortemente acentuado, sendo a fachada plana e contínua, apenas interrompida em cada um dos extremos, pela presença de pilastras. Aqui surge uma outra leitura da casa, diferente da qual fazemos ao olharmos para as plantas, onde o eixo de simetria é a escadaria central. Nesta outra leitura pensa-se que a casa principal era originalmente em forma de retângulo, estando o quadrado principal da casa limitado pela escadaria mais antiga, em que o corpo que possui abóbadas de aresta seria um possível anexo.

[6] A arquitetura barroca surgiu em Portugal no início do século XVII e tem como principais características: plantas regulares; fachadas simples; simetria dos corpos da fachada; escadaria dupla; portas e janelas emolduradas; diversos pontos de entrada de luz.

[7] Pires, A. G. (2013). *A Quinta de Recreio em Portugal - Vilegiatura, Lugar e Arquitetura. Lisboa: Caleidoscópio*. (p. 298).

[8] Caldas, J. V. (1999). *A Casa Rural nos Arredores de Lisboa*. Porto: FAUL.

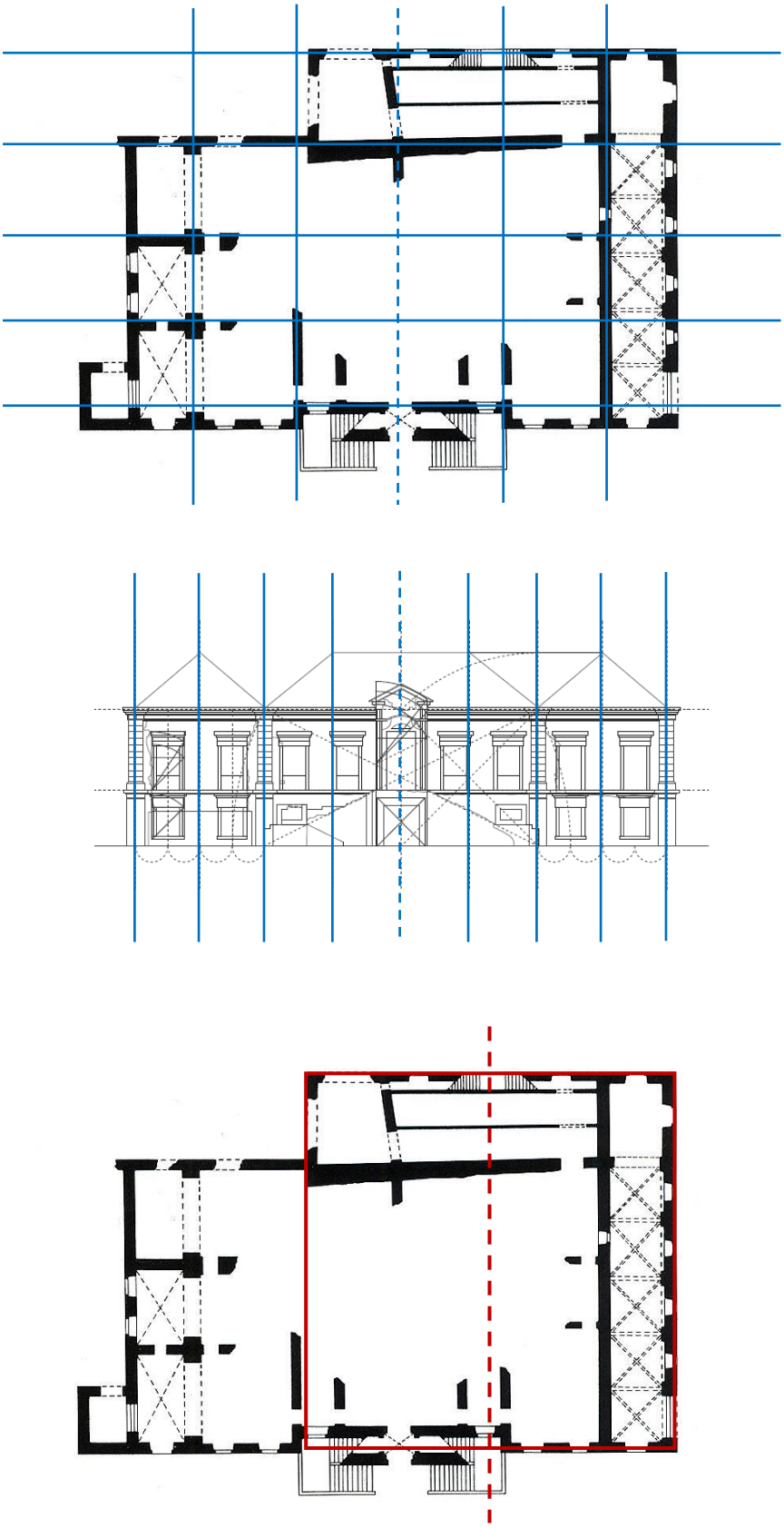


Figura 14. (De cima para baixo). Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Relações de simetria no piso térreo; Relações de simetria no alçado Oeste; Simetria no piso térreo baseada numa possível leitura da casa. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP. – alterado pela autora.

No que toca a paredes interiores, existe uma ausência significativa, e das exteriores restam apenas alguns troços, o que dificulta a reconstituição do seu interior e, consequentemente, a das hierarquias funcionais da casa. No entanto, tudo leva a crer que existiram duas ou mais fases de construção, sendo que a mais recente sobrepôs a mais antiga. *"A habitação assenta sobre anteriores construções: o terraço do lado direito apoia-se sobre uma galeria com abóbada de nervuras e o terraço de trás sobre duas galerias com abóbadas de berço. Só o terraço do lado esquerdo está sobre uma galeria coberta com abóbadas de aresta, para onde se estende uma parte da cozinha, que será contemporânea do resto da construção"*[9].

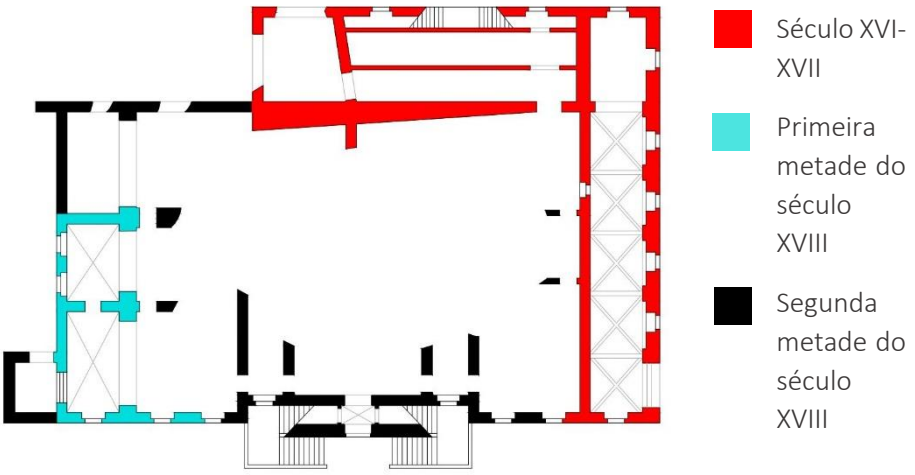


Figura 15. Proposta de fases de construção baseada na investigação histórica. Fonte: Nídia Brígida – alterado pela autora.

A casa era constituída por dois pisos, sendo que esta possuía uma planta hierarquizada, através da qual se definiam os espaços, as circulações e as vistas de modo a tirar partido da paisagem a partir de certos pontos do interior. O piso térreo era dedicado a serviços e o piso superior à habitação nobre.

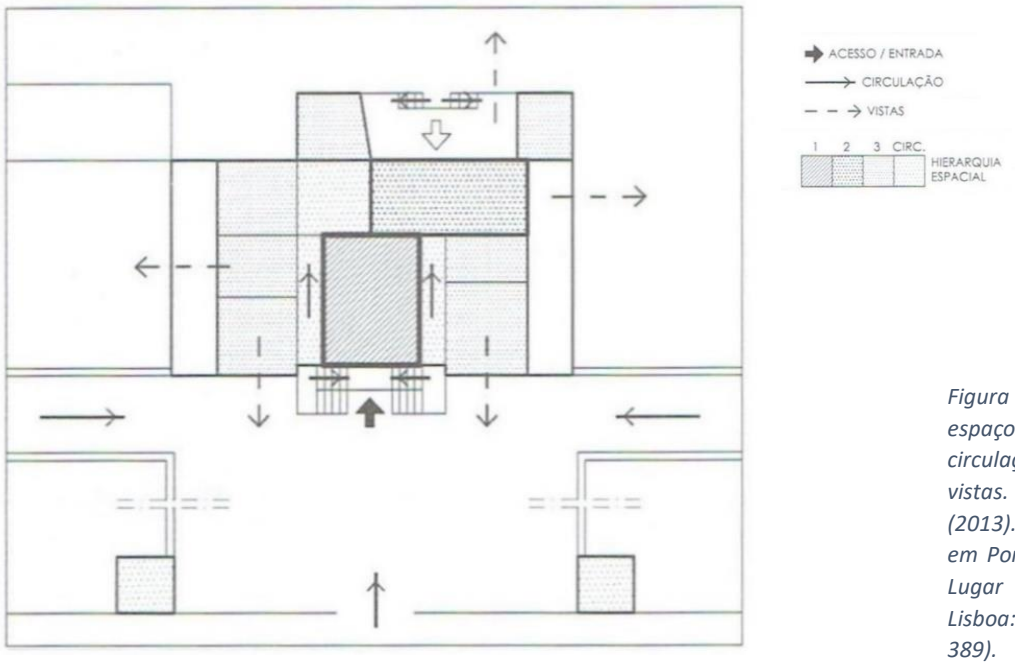


Figura 16. Relação dos espaços – hierarquia/ circulação/ sistema de vistas. Fonte: Pires, A. G. (2013). A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Lisboa: Caleidoscópio. (p. 389).

[9] Caldas, J. V. (1999). *A Casa Rural nos Arredores de Lisboa*. Porto: FAUL. (p.335).

Supõe-se que no piso térreo existia uma cozinha e que a circulação era feita através das galerias abobadadas laterais e posterior. Quanto ao piso superior, por se apresentar mais degradado que o anterior e não sendo assim possível a sua reconstituição exata, deduz-se apenas que a configuração espacial era semelhante à do piso térreo, sendo que as galerias foram substituídas por grandes terraços. A entrada para este piso, era feita através da *"escadaria dupla, com patamar ao centro, onde se abria o portal, sendo este ladeado por duas cabeças de leão."* [10].

Atualmente, apesar dos edifícios pertencentes à quinta e a propriedade onde se insere estarem num panorama grandioso, e da sua dimensão e monumentalidade ser ainda notória, os mesmos apresentam um avançado estado de ruína e de degradação, o qual se acentuou sobretudo depois de um grande incêndio que esta sofreu, pois desde essa altura entrou em tal estado de abandono, que a vegetação cresce de forma descontrolada tanto dentro como fora da ruína, apropriando-se inteiramente do espaço.

[10] Câmara Municipal de Vila Franca de Xira – Pelouro da Cultura (1999). *Boletim Cultural CIRA.* Museu Municipal de Vila Franca de Xira. (p. 34).

Recriação desenhada

Casa senhorial

De forma a se ter uma noção de como era a casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor antes de esta atingir o elevado estado de degradação em que se encontra, procedeu-se à recriação das suas plantas. Esta recriação teve por base a comparação com casas senhoriais da mesma época, a análise da documentação escrita existente, os registos fotográficos antigos, as visitas ao lugar e os registos fotográficos efetuados no decorrer deste trabalho.



Figura 17. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Estado de ruína atual. Fachadas Sul e Este. Fonte: Google Earth – alterado pela autora.

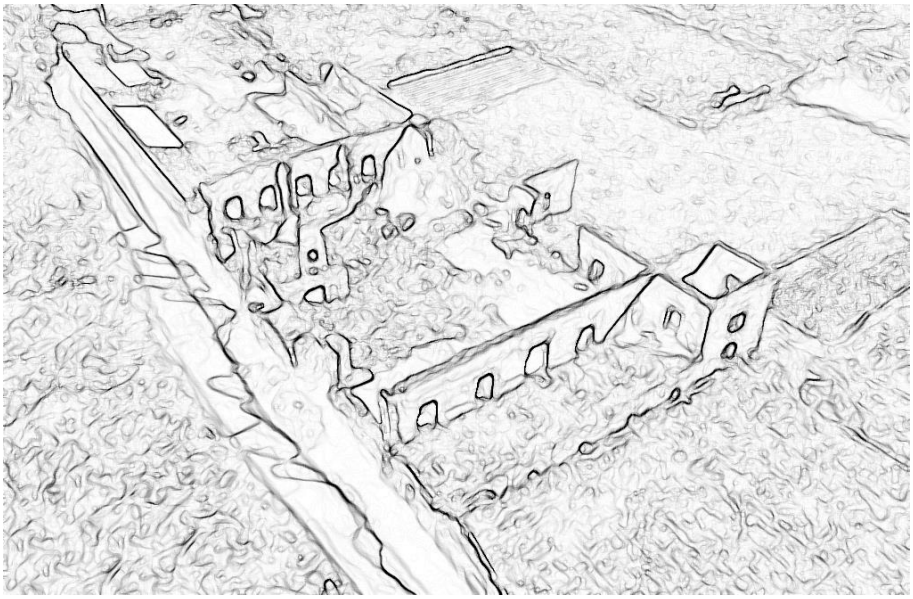


Figura 18. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Estado de ruína atual. Fachadas Sul e Oeste. Fonte: Google Earth – alterado pela autora.

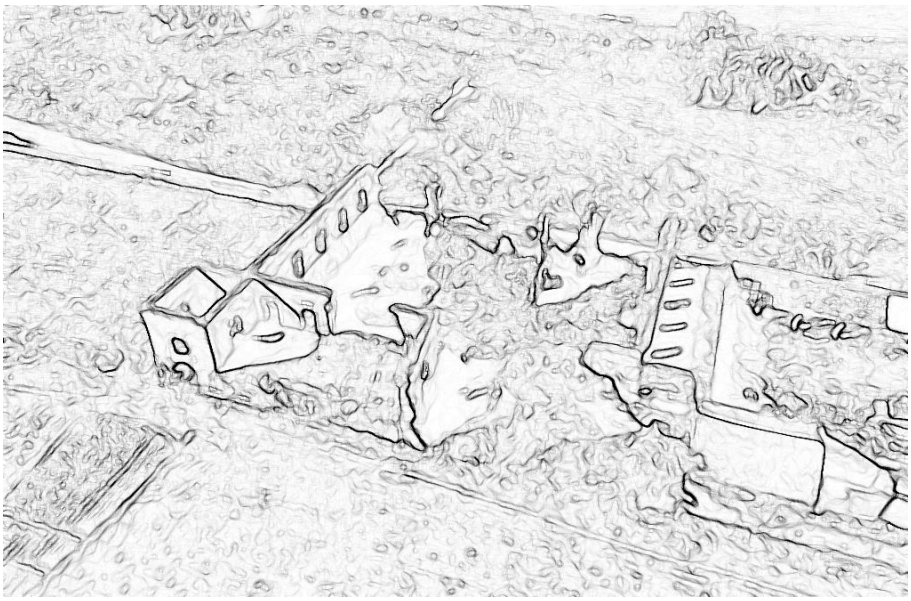


Figura 19. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Estado de ruína atual. Fachada Este. Fonte: Google Earth – alterado pela autora.

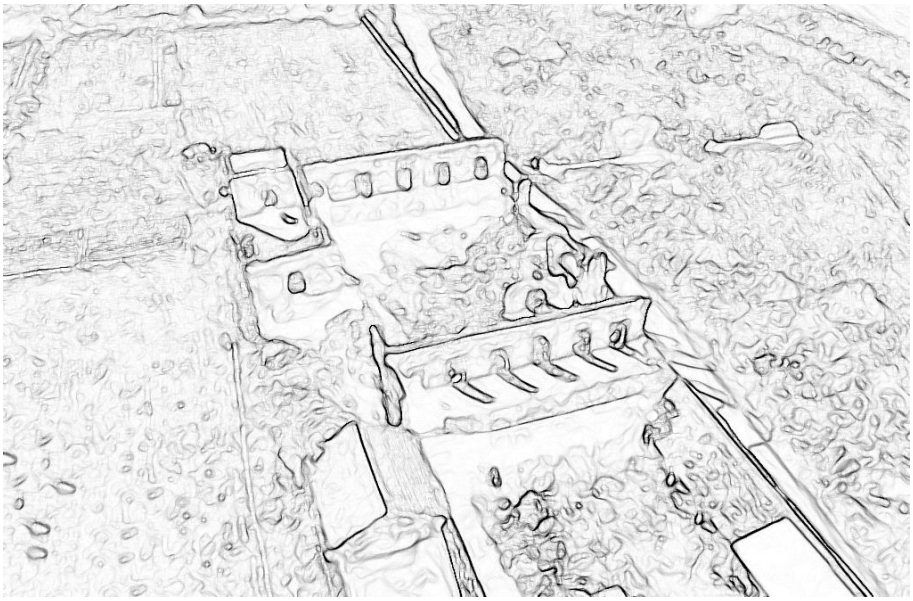


Figura 20. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Estado de ruína atual. Fachada Norte. Fonte: Google Earth – alterado pela autora.

2019

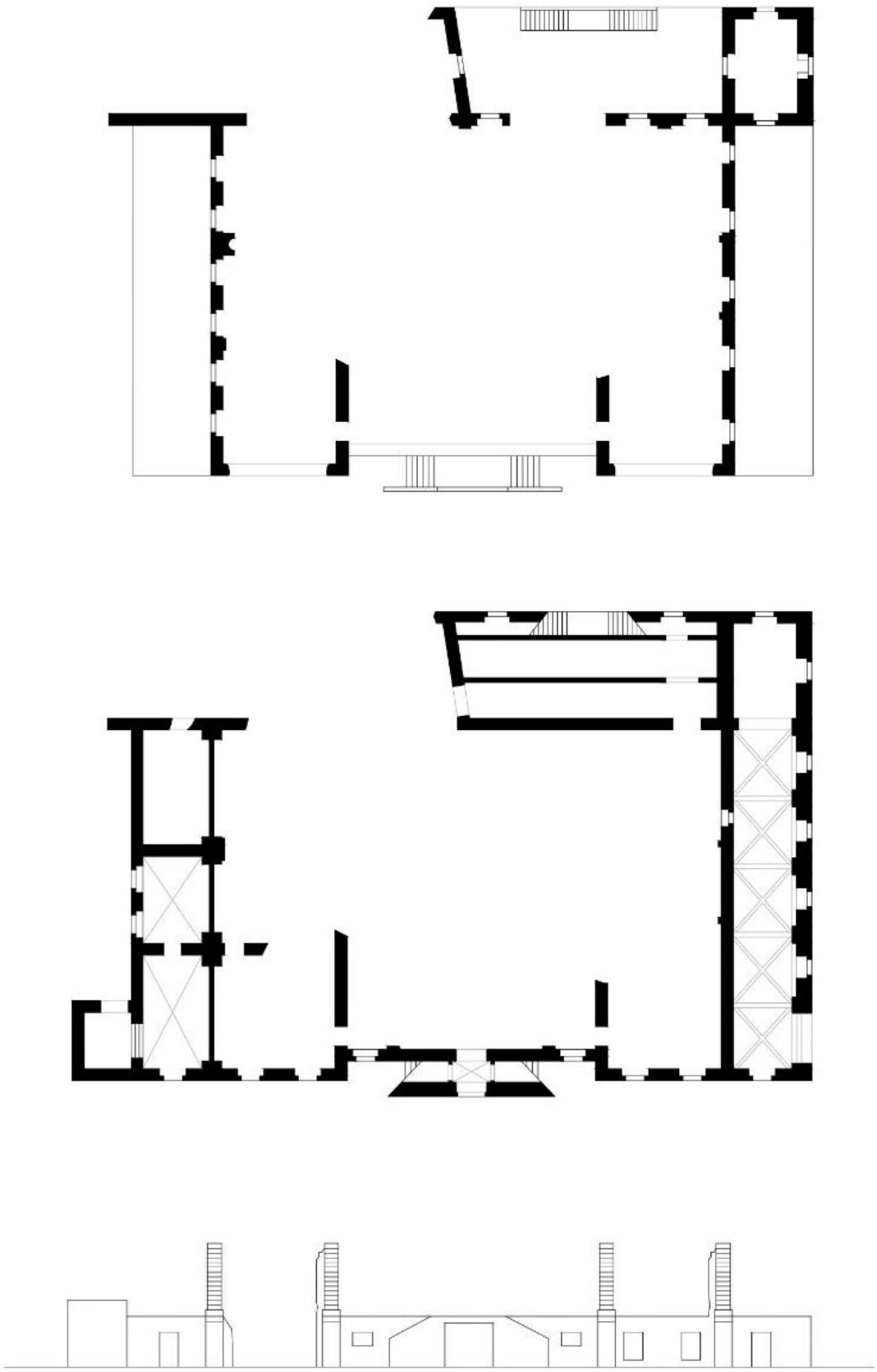


Figura 21. (De cima para baixo). Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Planta do piso nobre; Planta do piso térreo; Alçado Oeste. 2019. Desenho da autora.

1999

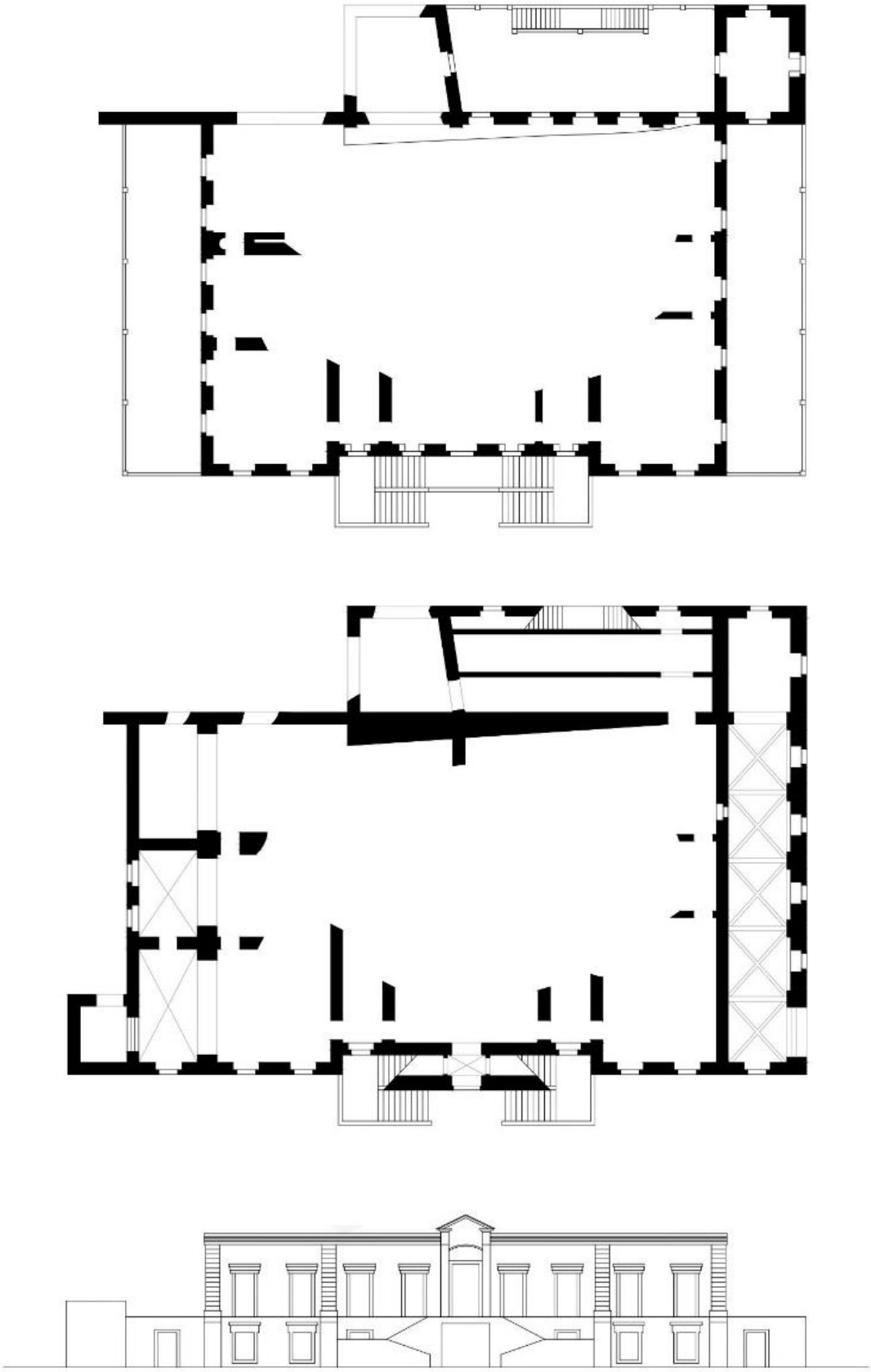


Figura 22. (De cima para baixo). Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Planta do piso nobre; Planta do piso térreo; Alçado Oeste. 1999. Desenho da autora.

Século XVII-XVIII

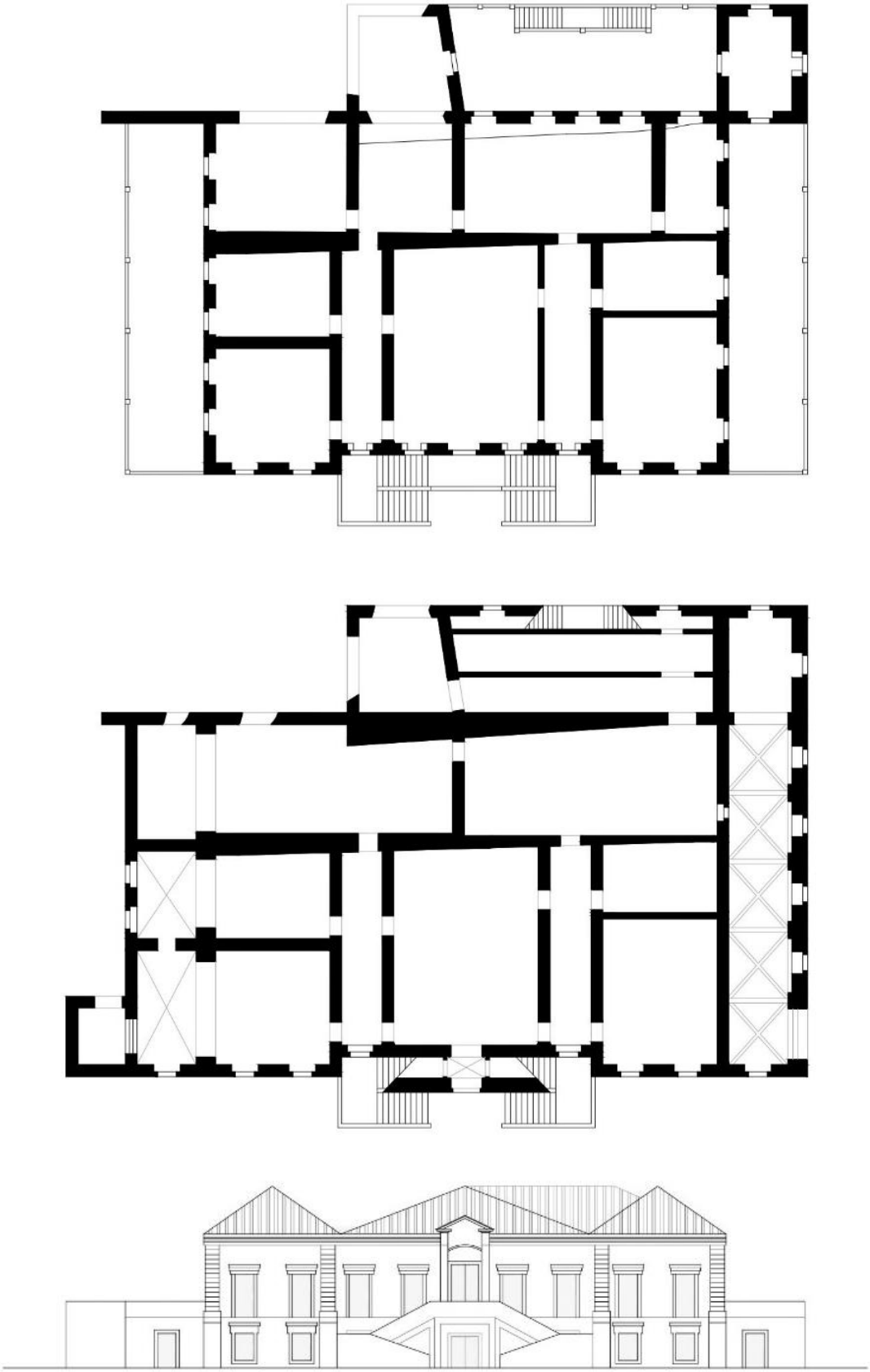


Figura 23. (De cima para baixo). Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Planta do piso nobre; Planta do piso térreo; Alçado Oeste. Séculos XVII-XVIII. Desenho da autora.

Estado de conservação

Quando se pretende intervir numa pré-existência, o trabalho de campo torna-se fundamental para permitir analisar, diagnosticar e aprofundar o conhecimento, de modo a que se possam alcançar bases metodológicas mais consistentes, suportando a futura intervenção arquitetónica. A observação direta do edificado foi, portanto, uma fase de extrema importância para conhecer as suas características, uma vez que, como referido anteriormente, há uma escassez de informação. Decidiu-se proceder à identificação das patologias, verificando as condições, para que se possa definir as medidas a serem tomadas.

Do lugar

O lugar onde se insere o edificado da Quinta do Monteiro-Mor, como já foi referido anteriormente, é caracterizado por uma enorme ruralidade. No entanto, esta é uma ruralidade selvagem, sendo demonstrado um estado de abandono e degradação. As estradas que rodeiam e nos levam à quinta são estradas de terra batida, estradas acidentadas, de sentido único, e com vegetação que se apropria inteiramente de todo o espaço, sendo que em algumas situações dificulta a visibilidade. Nas zonas circundantes também podemos encontrar "lixeiras", ou seja, lugares onde foram deixados diversos tipos de lixo, desde resíduos de construção/entulho, plásticos e cartões, e até sofás, colchões e outros tipos de mobiliário obsoleto.



Figura 24. Envolvente do edificado da Quinta do Monteiro-Mor. Vegetação e "lixeira". Fotografia da autora.

Do edificado

Do edificado pertencente à Quinta do Monteiro-Mor, apenas resistiram alguns dos elementos estruturais, paredes exteriores autoportantes, não restando praticamente nenhum elemento do seu interior. Nesta estrutura permaneceram alguns vestígios visíveis nas fachadas, fragmentos de revestimento (reboco e tinta) e alguns elementos decorativos. O abandono e falta de manutenção provocaram diversas patologias que levaram ao estado de ruína em que esta se encontra. É importante evidenciar nesta fase que devido ao estado em que o edifício se encontra, não é possível entrar no seu interior, no entanto, através dos vãos existentes foi possível proceder à observação e a alguns registos fotográficos de parte do seu interior.

- Patologias – Elementos estruturais:

➢ Desagregação

Esta patologia é caracterizada por um conjunto de alterações que afetam a capacidade mecânica do sistema construtivo, sendo identificada pela perda do material constituinte e pelo desgaste do mesmo, verificando-se sinais de erosão na alvenaria. As principais causas desta patologia são provenientes quer de fatores atmosféricos, tais como chuvas, variação de temperatura e elevada exposição solar, quer associadas a erros na execução do assentamento, fixação inadequada, perda de aderência e revestimento mal aplicado. A desagregação pode ser quantificada pela sua intensidade, podendo dividir-se em degradação superficial pontual, superficial generalizada ou profunda generalizada.

No caso do edificado do Monteiro-Mor, a patologia é profunda e generalizada, uma vez que se verifica em todas as fachadas dos edifícios pré-existentes. Neste caso esta patologia pode ter duas causas: ser uma consequência da exposição aos agentes referidos anteriormente, e de não terem sido realizadas obras de recuperação do edifício, ficando os elementos estruturais expostos; ou pode estar também associada ao grande incêndio que o edificado da quinta sofreu.



Figura 25. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Desagregação nas fachadas interiores. Fotografia da autora.



Figura 26. Curral da Quinta do Monteiro-Mor. Desagregação nas fachadas interiores. Fotografia da autora.

➢ Colonização biológica

Verifica-se a presença de colonização biológica em praticamente todas as fachadas, sendo portanto uma patologia generalizada. A presença de micro-organismos, cujo contacto com a humidade favorece o seu crescimento, conjugada com o estado de ruína em que o edificado se encontra, levou ao desenvolvimento de líquenes e musgos, bem como de vegetação rasteira e plantas de ordem superior, as quais se estão a apropriar do edificado pré-existente por completo.



Figura 27. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Vegetação nas fachadas e interior da casa. Fotografia da autora.



Figura 28. Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Vegetação na fachada norte. Fotografia da autora.

➢ Lacunas e/ ou colapso de elementos

Esta patologia caracteriza-se pela ausência total de elementos ou materiais, resultante de uma queda ou perda, podendo ser quantificada pela sua extensão e qualificada por ser pontual ou generalizada. Tem como causa a ação sísmica, as ações meteorológicas, ou mesmo os incêndios.

Na Quinta do Monteiro-Mor, estima-se que esta patologia foi originada principalmente por ações meteorológicas, devido ao grande incêndio e, também, por se tratar de uma edificação antiga. O contacto de elementos com outras patologias em estado muito avançado, podem gerar lacunas e/ ou colapso de elementos.



Figura 29. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Lacuna da escadaria principal. Fotografia da autora.



Figura 30. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Lacuna da fachada Oeste. Fotografia da autora.

- Patologias – Cobertura

➢ Lacunas e/ ou colapso de elementos

As coberturas dos edifícios pré-existentes são praticamente inexistentes, verificando-se a ausência total dos seus elementos, quer a sua estrutura em madeira, quer o seu revestimento em telha cerâmica. A casa dos caseiros possui ainda uma parte da cobertura, sendo que a outra já começou a ceder e possivelmente não faltará muito para que a lacuna passe a ser generalizada. Estas lacunas terão sido provocadas pelo contacto direto com os agentes atmosféricos, que terá levado ao apodrecimento dos elementos estruturais feitos em madeira, os quais suportavam o telhado, tendo afetado a sua capacidade mecânica e originado o seu colapso.



Figura 31. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Lacuna generalizada da cobertura. Fotografia da autora.



Figura 32. Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Lacuna da cobertura. Fotografia da autora.

Importância patrimonial

O património é um termo e um elemento que nas últimas décadas se tem estudado de forma sistemática e um dos objetos que faz parte das intervenções urbanas. É uma palavra muito antiga, ligada na sua origem às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo[11].

Autenticidade e integridade. Valores e elementos a preservar

A autenticidade e a integridade são dois conceitos que estão intimamente relacionados. A procura e preservação destes tem-se tornado cada vez mais consensual, sendo até considerados valores fundamentais quando se trata de património.

Tanto a autenticidade como a integridade pretendem identificar os elementos indispensáveis para que a essência do edificado não seja posta em causa, ou seja, identificar os elementos que em tempos expressaram um valor patrimonial, denominando-os de elementos significativos, podendo estes ser materiais, ou não. O que se pretende através da identificação destes elementos é trazê-los até aos dias de hoje, para que o valor e identidade que o edificado possuía sejam mantidos.

Ao património estão associados uma série de valores, dos quais importa destacar:

- O valor histórico e científico, que é adquirido por se inserir em uma (ou mais) épocas ou fases da história;

- O valor de antiguidade, que a passagem do tempo confere no edificado através de todas as transformações que este vai sofrendo[12].

[11] Choay, F. (1999). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

[12] UNESCO (1976). *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea.* Nairobi, Quénia.

Relação com a envolvente e sistema de vistas

O primeiro valor que lhe atribui um carácter estético-social único é a sua relação com o meio envolvente. Por se apresentar num meio rural afastado dos núcleos urbanos, permite que exista uma relação entre a paisagem e o edificado, tomando a natureza como um elemento que faz parte de toda a arquitetura, valorizando os sistemas de vistas.



Figura 33. Vista para a envolvente a partir do terraço Este da casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Fonte: Pires, A. G. (2013). A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Lisboa: Caleidoscópio.



Figura 34. Vista para a envolvente a partir da fachada Norte da casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Fotografia da autora.

Fachadas

As fachadas são elementos centrais na caracterização do edificado, uma vez que são os primeiros elementos arquitetónicos com os quais o indivíduo contacta. São estas que atribuem aos edifícios uma identidade própria e os distinguem uns dos outros. No caso do edificado pré-existente da Quinta do Monteiro-Mor, os elementos que tornam as fachadas únicas são as escadarias e a tipologia dos vãos.

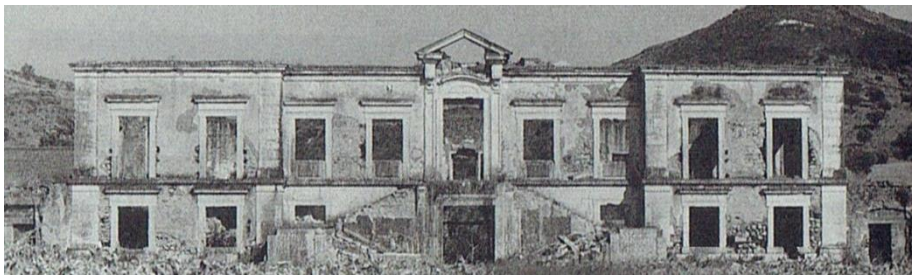


Figura 35. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Fachada Oeste. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



Figura 36. Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Fachada Norte. Fotografia da autora.

Escadarias

No caso da casa senhorial, a escadaria dupla é algo bastante característico deste tipo de habitações tendo em conta a época em que foi edificada. Atualmente é algo que atribui à casa um caracter único e singular.

No que se refere à casa dos caseiros, o facto do acesso ao piso superior ser feito por uma escadaria exterior, é algo que não se vê nos dias de hoje, e uma vez que esta característica permaneceu desde a sua edificação aos dias de hoje, considera-se importante valorizá-la e mantê-la no futuro.

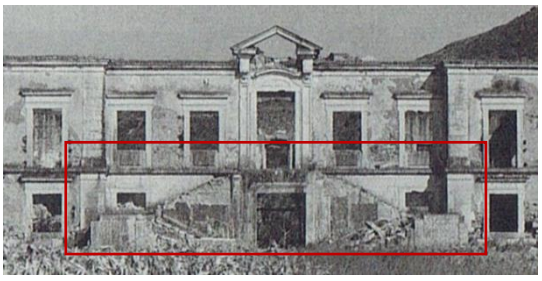


Figura 37. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Escadaria principal. Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



Figura 38. Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Fotografia da autora.

Vãos

Para além da estética visual única que os vãos atribuem ao edificado, estes permitem a ventilação e vedação do espaço, assim como a entrada direta de luz solar e uma relação próxima com a envolvente. Todos estes fatores em conjunto amplificam o valor do edificado.

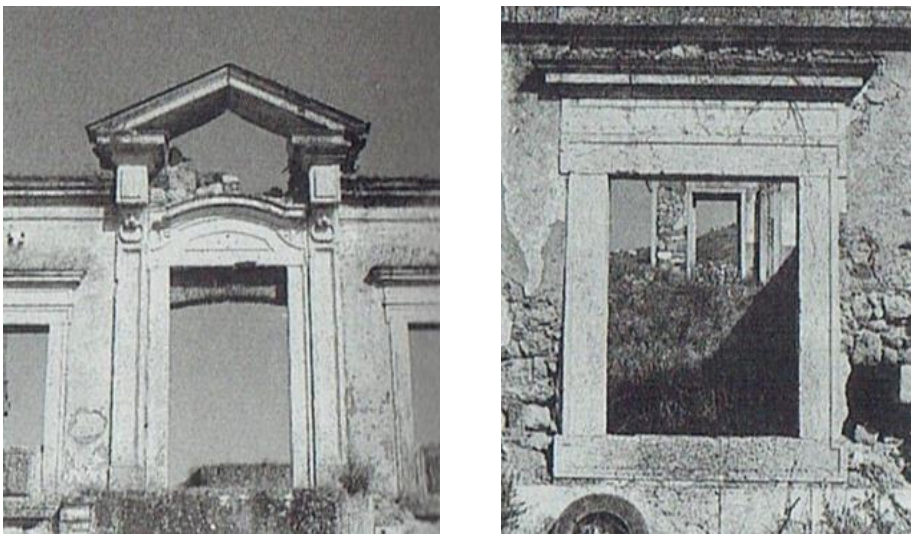


Figura 39. Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Vãos. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



Figura 40. Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Fotografias da autora.

Síntese

Apesar do seu valor intrínseco, o reconhecimento do edificado em ruína como património a salvaguardar, nem sempre é alcançado. Isto pode estar associado ao facto de o mesmo possuir grandes dimensões, pela sua estética não se apresentar valorizada tendo em conta o seu aspeto degradado, entre outros fatores. Estes edifícios abandonados são maioritariamente associados a aspetos negativos, e são vistos muitas vezes como imagem de perigo e precariedade, e não como possíveis oportunidades de reabilitação que podem levar ao consequente aumento da oferta de equipamentos e serviços, dinamizando o mercado do território em que se inserem.

Assim sendo, ao intervir no edificado da Quinta do Monteiro-Mor, tal como em qualquer outra ruína do mesmo carácter, torna-se essencial estudá-la, de modo a preservar ao máximo a sua memória, identidade, exemplaridade e autenticidade. Tendo isto em conta, é imprescindível a manutenção do lugar, de modo a que se possa reconstruir a sua imagem identitária, neste caso, através da recuperação dos elementos que conferem ao edificado a preservar, um valor de autenticidade e identidade. Depois de se considerar e avaliar o estado de conservação do edificado, é necessário inseri-lo num contexto contemporâneo, adaptado à sua envolvente, dando-lhe um uso que seja apropriado ao lugar, de modo a que garanta a sua persistência no futuro.

Todas estas medidas terão como finalidade a preservação da sua memória histórica, funcional e imaterial.

II – O FUTURO DE UMA RUÍNA PERDIDA NO TEMPO

As potencialidades do lugar

Partindo da análise das potencialidades do lugar, ser-nos-á permitido transformá-las em oportunidades de recuperação, consolidação e revitalização do mesmo, considerando as suas características e potencialidades, para que o projeto arquitetónico futuro se possa apresentar como um elemento de valorização mútua, onde a arquitetura valorize o lugar e vice-versa.



Figura 41. Identificação da área desaconselhável à construção. Fonte: Sistema de Informação Geográfica Municipal, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

O primeiro aspeto a salientar, é o facto de a área que rodeia o espaço onde o edificado da Quinta do Monteiro-Mor está inserido, ser uma área desaconselhável à construção. Isto garante a continuidade do ambiente envolvente, ambiente que é caracterizado pela sua imensa ruralidade, sendo esta considerada uma potencialidade ao nível paisagístico. Para além desta potencialidade paisagística, o lugar contém terrenos férteis e de qualidade, o que aumenta o potencial ecológico e agrícola, potencializando a criação de hortas comunitárias. Outro aspeto relacionado com a ruralidade, é a vantagem de se poder estabelecer contacto com a natureza, num meio próximo da capital e dos núcleos urbanos.

O edificado apresenta-se, portanto, como um elemento de enquadramento paisagístico com a capacidade de conferir unidade e identidade ao concelho e, o facto de se apresentar como um espaço devoluto e arruinado, permite a sua reabilitação para a instalação de um novo programa, promovendo a dinâmica social e económica tanto da freguesia de Vialonga como do concelho de Vila Franca de Xira.

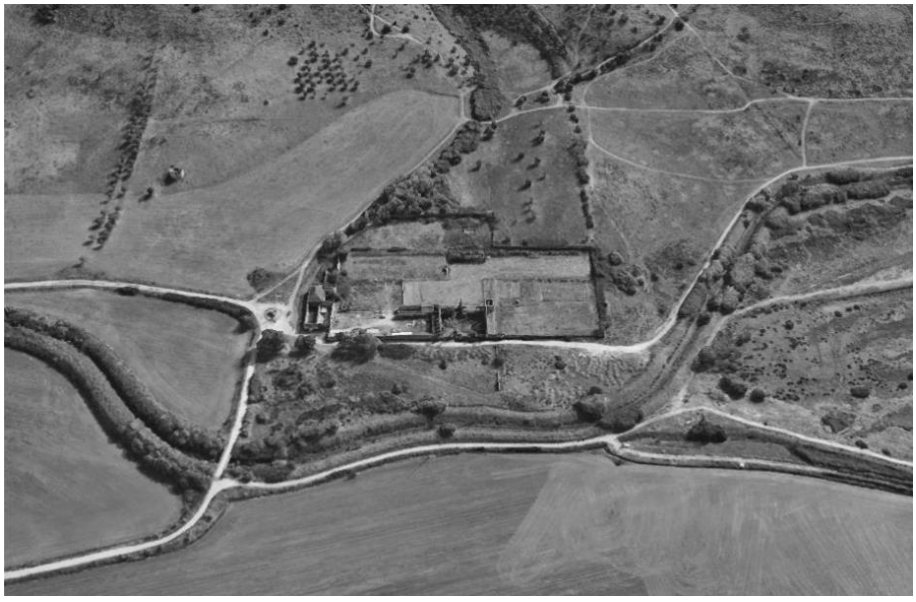


Figura 42. Quinta do Monteiro-Mor. Envolvente rural. Fonte: Google Earth.

As condicionantes patrimoniais

Uma das questões que se coloca numa intervenção em património é a capacidade de se valorizar este elemento patrimonial sendo ele, neste caso, o edificado da Quinta do Monteiro-Mor. O facto deste se apresentar como uma ruína gera uma questão importante:

- De que modo é que este estado de ruína aparente se pode configurar, ora como uma "barreira" para a sua reabilitação, ora como um desafio?

Sendo poucos os elementos que não se encontram em ruína nesta quinta, a reabilitação que se pretende fazer, de modo a garantir a sua salvaguarda através da implementação de um programa e edificado com funções específicas, tem por base uma reconstrução e uma construção significativa. Esta dinâmica de preservação do património arquitetónico e a inserção de nova arquitetura, constituem um dos principais pontos de interesse da história da arquitetura contemporânea. No entanto, há que ter em consideração o respeito pela herança cultural, assim como o compromisso com o legado para as gerações futuras, sendo aqui criado um desafio que envolve o tempo presente e a memória do passado.

Respondendo à questão anterior, considero que o estado de ruína não se apresenta como uma "barreira", mas sim como um desafio. A incompletude deste edificado, principalmente daquela que foi a casa senhorial, leva-nos à pesquisa, à reflexão e ao desenvolvimento de pensamentos sobre como terá sido esta obra arquitetónica no passado. Faz-nos querer perceber como era a organização da sua fachada bem como o seu interior, e como se percorria e habitava aquele espaço.

Tendo isto em conta, surge inevitavelmente uma outra questão, sendo que esta se apresenta como a questão principal diretamente ligada à estratégia de intervenção que será, posteriormente, adotada:

- Como se pode trazer a Quinta do Monteiro-Mor para a contemporaneidade, preservando a sua memória e identidade?

Um edifício não se torna «histórico» se não na condição de ser entendido como pertencendo simultaneamente a dois mundos, um presente e um passado.[13] É devido à relação entre um passado repleto de memórias e à reflexão destas no presente, que surge a estratégia que se pretende adotar para que a Quinta do Monteiro-Mor se insira na contemporaneidade.

[13] Duc, V. L. in Choay, F. (1999). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70. (p. 162).

Esta quinta, ainda que esteja identificada como património, não possui um valor histórico significativo. Deste modo, a proposta de intervenção passa pela integração dos fragmentos do passado numa nova realidade, visto que estamos a intervir em edificado com valor patrimonial e há certas condições que devem ser garantidas, como o facto de a adaptação ao novo uso não desvirtuar as características do edifício e o novo uso deve mostrar-se adequado[14].

Sabe-se que para se proceder à reabilitação de edificado com valor patrimonial, tem que existir uma justificação que indique porque é que a sua reabilitação é mais importante do que recorrer a outras alternativas, como por exemplo a demolição e posterior reedificação. Neste caso, o que nos leva à intenção de reabilitação é o facto de o edificado se encontrar de tal modo em ruína que apenas resta uma memória de um património em tempos edificado. Partindo disto, percebe-se que a reabilitação de um determinado edificado em ruína é um processo que se inicia com a memória, sendo esta a capacidade de conservar os conteúdos das vivências para além do "agora e aqui" em que foram vividas, como possibilidade de atualizá-los em momentos posteriores[15].

A memória sobre o construído é despoletada pelas memórias que surgem perante a construção. Serão estas que irão permitir que sejam tomadas determinadas posições quanto à reabilitação do edificado pré-existente. Estas memórias podem surgir perante duas situações: a intenção de salvaguardar as memórias, recorrendo a uma reabilitação do espaço; ou a necessidade de reabilitação que leva a que surjam memórias. No caso do edificado do Monteiro-Mor, estas memórias vêm dos tempos mais antigos, quando este ainda estava edificado, pois não existiram momentos de intervenção, ou seja, arquitetonicamente existiram entre duas a três fases de construção próximas umas das outras, mas após entrar em ruína nada mais foi feito. Quanto aos usos, sabe-se que a quinta teve sempre as mesmas funções desde que foi edificada até chegar ao estado de abandono. Deste modo, torna-se importante alcançar uma memória coletiva através da reabilitação, preservando e conservando um determinado tempo, partindo de marcas históricas, simbólicas ou experiências vividas, fortalecendo a relação entre sujeito e objeto. Esta memória irá dividir-se, então, em memória arquitetónica e memória não arquitetónica.

Começando por abordar a memória arquitetónica, o principal objetivo, como referido anteriormente, passa por trazer para os dias de hoje os elementos significativos, bem como preservar o edificado pré-existente com maior imponência face ao restante, sendo ele a antiga casa senhorial, a antiga casa dos caseiros e o curral/ cavalariças que lhe é adjacente, uma vez que o restante edificado, em alguns casos, se apresenta como uma barreira física ou visual entre a Quinta do Monteiro-Mor e a Estrada do Monteiro-Mor, e em

[14] Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira.

[15] Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, volume 13 (1992). Editorial verbo. (p.279).

outros casos, tendo em conta o estado de ruína predominante na quinta, pouco ou nada se consegue aproveitar deles.

Quanto à memória não arquitetónica, esta tem um papel bastante importante, pois será ela a definir o programa a implementar, sendo que o principal objetivo será perceber que tipos de vivências se faziam na quinta, e de que modo é que estas podem contribuir para a criação de um programa lógico e conciso, que se adapte ao contexto em questão e à população envolvente e exterior, concluindo-se que um uso compatível com a ruralidade do local será o mais adequado para preservar a memória e o espírito do lugar.

Um centro equestre. Uso compatível

Uma vez que se pretende que o objeto de estudo estabeleça uma relação intrínseca com a história do lugar, procura-se apresentar um programa contemporâneo, que de certo modo possibilite recuperar principalmente a sua memória, bem como o seu significado e a sua identidade. Partindo-se essencialmente da análise da memória não arquitetónica e analisando, posteriormente, o PDM de Vila Franca de Xira de modo a perceber se o programa que se propõe através da memória se adequa, ou não, ao lugar de implementação, chega-se ao novo uso para a Quinta do Monteiro-Mor.

Começando por uma análise mais geral ligada ao concelho no qual quinta se insere, sabe-se que o concelho de Vila Franca de Xira esteve desde sempre muito ligado a atividades relacionadas com o campo e com a terra, principalmente devido ao seu posicionamento geográfico, uma vez que está inserido numa planície onde abundam as lezírias e as terras férteis. No entanto, este concelho também é conhecido pela forte conexão aos animais, particularmente aos cavalos e aos touros, sendo que as artes equestre e taurina sempre estiveram muito presentes, fazendo até parte do património, da cultura, da tradição e das vivências dos cidadãos.

Falando agora no caso da Quinta do Monteiro-Mor, sabe-se que o habitar da quinta integrava o meio rural como um dos ideais de vida de um homem que pertence à nobreza, e que em dias de festas próprias da época[16], os nobres que ali habitavam convidavam outros membros da mesma classe para assistir a touradas nos touris que se situavam em frente ao palácio. No rés-do-chão eram as cavalariças que se impunham relativamente aos restantes espaços, sendo bastante ilustres[17]. Através desta referência, podemos notar que existia uma forte presença de cavalos na quinta.

Tendo conta estas referências, pretende-se que a presença de cavalos seja trazida para os dias de hoje, através da atividade hípica, propondo-se a criação um centro equestre. Curiosamente, esta proposta está em consonância com o PDM, o qual indica que na zona rural do concelho e na freguesia de Vialonga, se pretende criar edificado com um programa que ofereça e apoie desenvolvimento de produtos, sendo proposta a criação de Circuitos Turísticos Natureza & Ambiente, Circuitos Turísticos Culturais, Gastronomia, Caça e Pesca, Cultura Tauromáquica e Equestre[18]. Pode concluir-se que o programa de centro equestre ao qual se chegou, partindo da memória não arquitetónica, é um programa válido e compatível com o que é proposto para o lugar.

[16] Thomas, J.S. (s.d). *Compilação Histórica de Vialonga*. Disponível no Departamento Urbanístico de Vila Franca de Xira.
[17] Idem.
[18] Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira (p. 65).

Pegando na temática de centro equestre, pretende-se que este seja acessível não só à população envolvente e exterior à quinta, mas que seja também adaptado a pessoas com necessidades especiais, tanto a nível de dificuldades motoras, como também a outros tipos de necessidades mais específicas, incluindo-se assim a temática da equoterapia.

Breve contextualização: Equoterapia

A equoterapia é um método terapêutico e educativo adotado com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do paciente, de forma a desenvolver as suas capacidades e potencialidades, dentro das suas limitações, estando a sua eficácia comprovada cientificamente. Esta prática permite usufruir do cavalo como uma ferramenta de trabalho, aproveitando o movimento deste. Divide-se em várias temáticas com diferentes programas, estando cada um deles, adaptado aos problemas físicos, psicológicos e cognitivos do indivíduo. A prática da equoterapia só pode ser feita após avaliação médica, psicológica e fisioterapêutica, e o acompanhamento do paciente é individual, devendo ser sempre registado pelo profissional que acompanha a evolução do indivíduo.

Esta prática pode dividir-se em:

- Hipoterapia:

Programa essencialmente direcionado para a área da saúde e adaptado ao indivíduo que não possui capacidade física e/ou mental para se manter sozinho em cima do cavalo. Nestes casos, o indivíduo necessita de um auxiliar-guia para o conduzir e, eventualmente, um auxiliar lateral para ajudar na sua estabilidade em cima do cavalo, dando-lhe mais segurança. O objetivo desta temática é retirar contributo da reabilitação através do movimento do cavalo e não do ensino equestre.

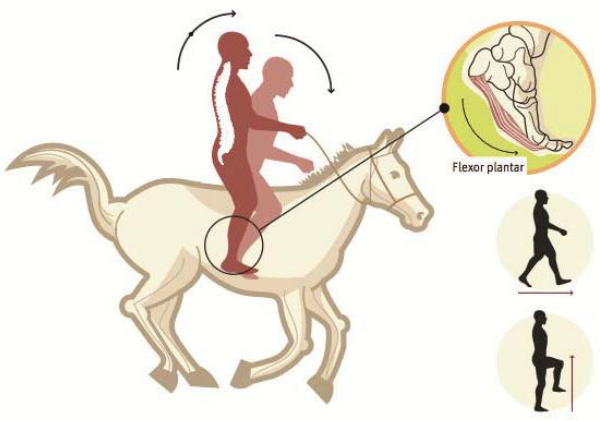


Figura 43. Exemplo de movimentos feitos através da equoterapia. Fonte: Letícia Junqueira (Fisioterapeuta) e Liana Pires Santos (Psicopedagoga).

➢ Educação e reeducação:

Nesta temática, o indivíduo apresenta as condições mínimas necessárias para se manter sozinho em cima do cavalo e, portanto, já consegue interagir com ele. O cavalo continua a proporcionar benefícios através do seu movimento análogo ao movimento humano, mas neste caso, o indivíduo pode executar com os seus próprios membros os exercícios propostos, trabalhando assim a sua autonomia.

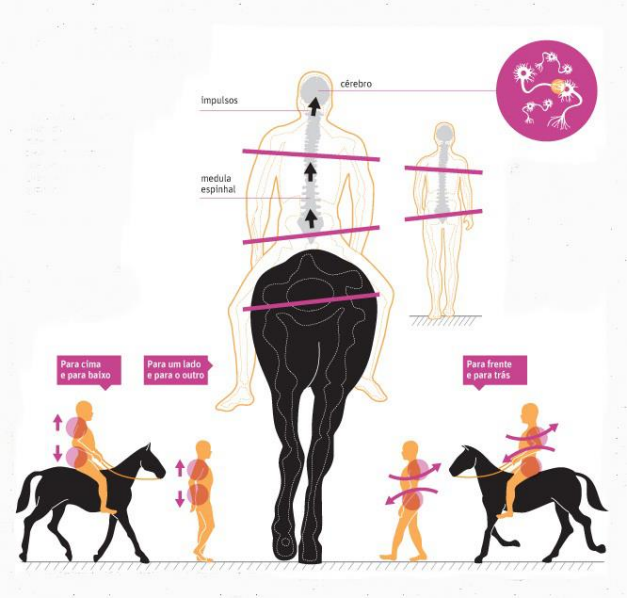


Figura 44. Estimulação do cérebro através da equoterapia. Fonte: Letícia Junqueira (Fisioterapeuta) e Liana Pires Santos (Psicopedagoga).

Apesar da equoterapia ser um tema que ainda se encontra em desenvolvimento no nosso país, este tem despertado interesse em alguns centros hípicos e outras instituições, no entanto, esta é vista como um complemento à equitação convencional, não tendo em consideração as necessidades específicas de cada pessoa. Aqui coloca-se, então, uma questão importante: Que valências são necessárias para a construção de um centro onde esteja implementada a Equoterapia? A resposta é: acessibilidade, mobilidade, segurança e integração. Assim, há que adequar a arquitetura de modo a que esta não seja um obstáculo, mas sim uma ferramenta que permita melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Deste modo, há certos aspetos que necessitam ser cumpridos:

- O picadeiro coberto deve possuir uma proporção de 2:1, sendo que as dimensões mínimas recomendáveis são 15 x 30 metros e, tal como no caso da arquitetura convencional, deve possuir proteções inclinadas a toda a volta, com uma altura superior a 1,2 metros, para que o cavalo não as ultrapasse;

- A zona de montar deve ser mais elevada do que a arena, devendo esta diferença de alturas ser feita através de uma rampa com um corrimão de apoio, ou através de uma plataforma elevatória, para que seja mais fácil a colocação do indivíduo sobre o cavalo;

- Junto das bancadas devem ser implementadas instalações sanitárias adaptadas a cadeiras de rodas.

Síntese

Este lugar, apesar do seu estado de ruína e degradação, possui características pelo contexto em que se insere, sendo que estas lhe atribuem um caracter singular, garantido a sua autenticidade, identidade e exemplaridade.

O projeto de reabilitação e requalificação, para além da nova função atribuída através da memória não arquitetónica, parte do restauro e reabilitação do que resta do edificado, conservando-o e respeitando-o, recorrendo à memória arquitetónica. As soluções propostas pretendem destacar o valor da pré-existência e ao mesmo tempo complementá-la através de uma nova abordagem contemporânea, realçando a relação entre o novo e o pré-existente.

Para além dos aspetos arquitetónicos relacionados com a reabilitação, salienta-se a forte ligação que o lugar onde a quinta está implantada tinha com a terra e com os animais, nomeadamente com os cavalos. Deste modo, a criação de um centro equestre também realça as memórias do passado, dando à Quinta do Monteiro-Mor uma nova vida, a qual estará acessível a todo o concelho, continuando esta prática a fazer parte da tradição e cultura dos que nele vivem.

III – CASOS DE REFERÊNCIA

Questões de reabilitação e estratégias de intervenção

Castelo de Pirescoxe

Uso anterior	Castelo. Paço senhorial
Uso atual	Centro de exposições
Ano de construção	1400
Ano de reabilitação	2001
Localização	Santa Iria de Azóia, Vila Franca de Xira

O Castelo de Pirescoxe, típico paço senhorial da nobreza portuguesa dos finais da Idade média, começou a ser edificado em 1400, sendo que em 1600, os seus interiores foram reformulados com a finalidade de os atualizar funcionalmente. Em 1700, o castelo deixou de ser habitado, o que consequentemente levou à sua deterioração, chegando ao estado de ruína em 1900.

Nos finais do século XX, a Câmara Municipal de Loures começou a definir um projeto para o castelo tendo o objetivo de revitalizar todo o conjunto. Primeiramente foi realizada uma intervenção arqueológica de modo a salvaguardar e minimizar possíveis impactos negativos decorrentes da recuperação do imóvel, sendo que em 2001 se iniciaram as obras de reabilitação, com o projeto do arquiteto Francisco Silva Dias.

O programa expositivo desta nova galeria municipal está direcionado para a divulgação de obras de artistas em início de carreira, exposições temporárias e uma exposição permanente que dá a conhecer a história do castelo em questão, através dos achados recuperados na intervenção arqueológica.

O arquiteto adotou o princípio da intervenção mínima, aproveitando os núcleo consolidados da sala multiusos, cafeteria e da antiga capela, refazendo as suas coberturas e reabilitando os seus interiores. A quantidade de construções pesadas é diminuta e os novos volumes surgem integrados na própria ruína. No espaço central, que seria o pátio, foram utilizadas estruturas leves e efémeras, em madeira e em metal.

Quanto à envolvente, esta caracteriza-se por um extenso relvado desenhado com percursos pedonais, mantendo-se alguma arborização já existente. Para dinamizar este extenso relvado, foram criados um pequeno parque infantil e uma área destinada à prática desportiva.

Podemos concluir que a metodologia de intervenção foi, por um lado a do restauro da ruína e, por outro, o da sua ativação funcional para permitir novas vivências nos espaços do antigo castelo.

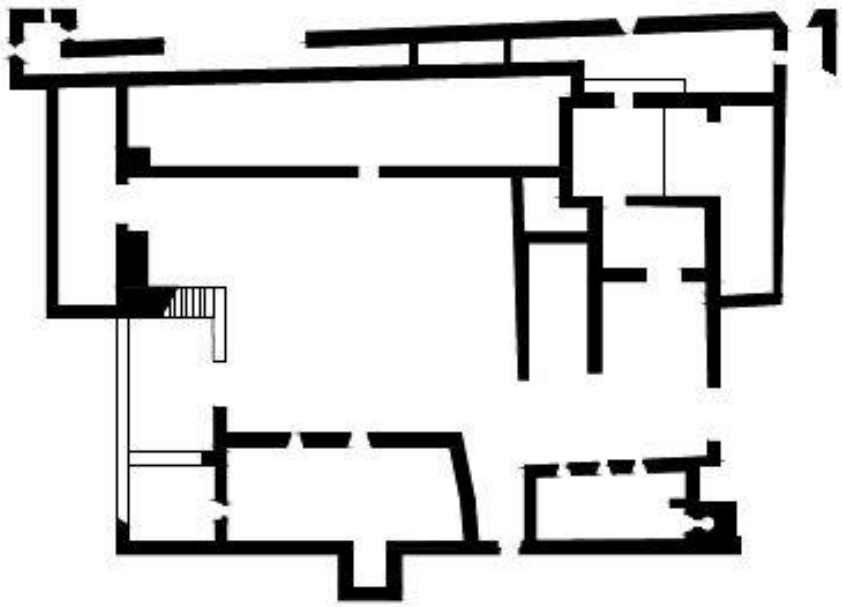


Figura 45. Castelo de Pirescoxe. Planta de levantamento das ruínas. Desenho de Inês Estorninho, José Fernandes e Manuel Caldeira.

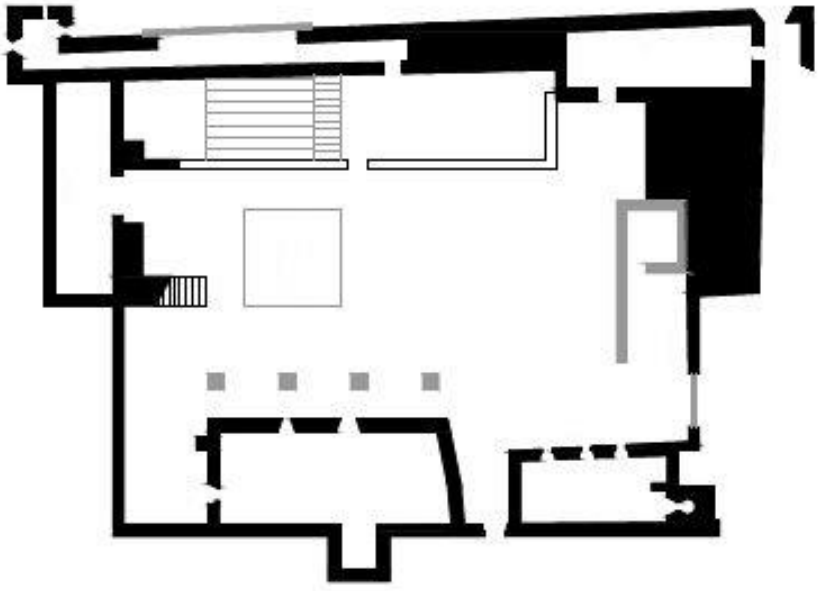


Figura 46. Castelo de Pirescoxe. Planta de intervenção. Desenho de Inês Estorninho, José Fernandes e Manuel Caldeira.



Figura 47. Castelo de Pirescoxe. Perspetiva em voo de pássaro. Fotografia de Inês Estorninho, José Fernandes e Manuel Caldeira.



Figura 48. Castelo de Pirescoxe. Perspetiva interior. Fotografia de Inês Estorninho, José Fernandes e Manuel Caldeira.

Teatro Thalia

Uso anterior	Teatro
Uso atual	Espaço multiusos
Ano de construção	1820
Ano de intervenção	2008
Localização	Laranjeiras, Lisboa

Mandado edificar pelo Conde de Farrobo, o Teatro Thalia surge numa primeira versão em 1820. Foi reedificado e renovado em 1842 segundo o projeto do arquiteto Fortunato Lodi, tendo sido inaugurado no ano seguinte. Em 1862, motivado pelo descuido de um operário que soldava uma claraboia, deflagrou-se um incêndio que destruiu praticamente todo o interior do Teatro, tendo restado apenas grande parte das suas fachadas.

A falência do Conde de Farrobo, que acabou por morrer em completa miséria, deixou o Teatro ao abandono, tendo este permanecido em ruína durante cerca de 150 anos, a qual se agravou em 1978, quando procederam à demolição da cobertura do teatro e respetivos anexos. No entanto, ainda que em ruína e visivelmente sacrificado pelo fogo, o edifício impressionava pela austeridade de uma construção, pela sua dimensão, verticalidade e materialidade.

O risco de colapso da estrutura existente, a necessidade de reconstruir as coberturas e a vontade de manter intacta a ruína, reduziram as possibilidades do modo de consolidação da construção. Deste modo, para consolidar as paredes pré-existentes, o exterior da ruína foi reforçado através de uma pele de betão que envolveu a estrutura primitiva. Foi utilizado betão pigmentado, com um acabamento lavado, de forma a não revelar as juntas dos painéis de cofragem e, também, de modo a se aproximar o mais possível das pré-existências tanto a nível de cor como de textura. O interior da ruína foi deixado intacto.

Posto isto, pode concluir-se que as diversas intervenções realizadas procuraram consolidar a história de um lugar e de um edifício, num equipamento que reavive essas memórias.

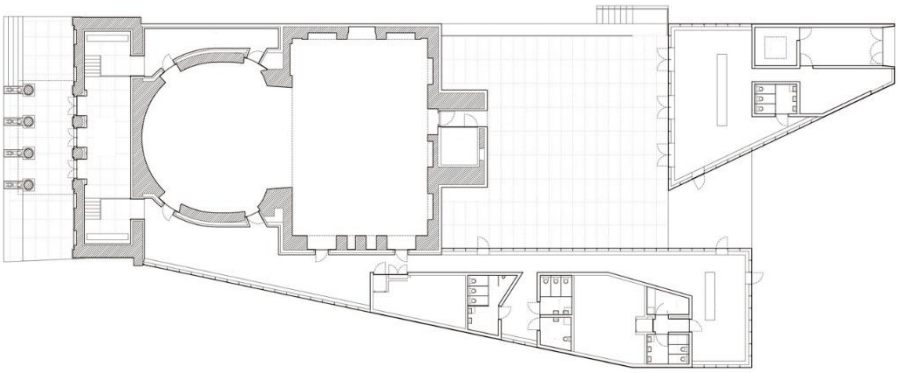


Figura 49. Teatro Thalia. Planta piso térreo. Fonte: Archdaily.

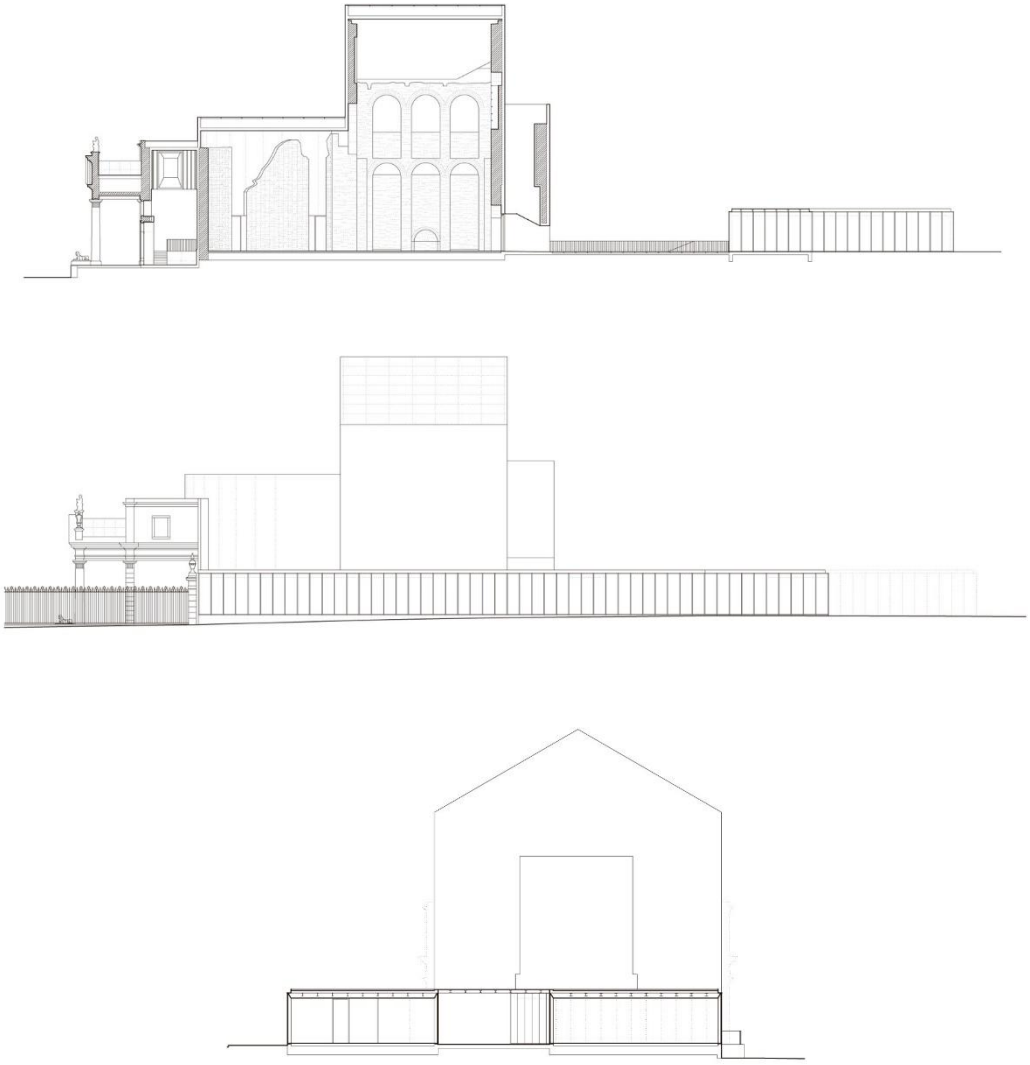


Figura 50. Teatro Thalia. Perfis. Fonte: Archdaily.



Figura 51. Teatro Thalia. Estado de ruína no ano de 2012. Fotografia de Lusa.

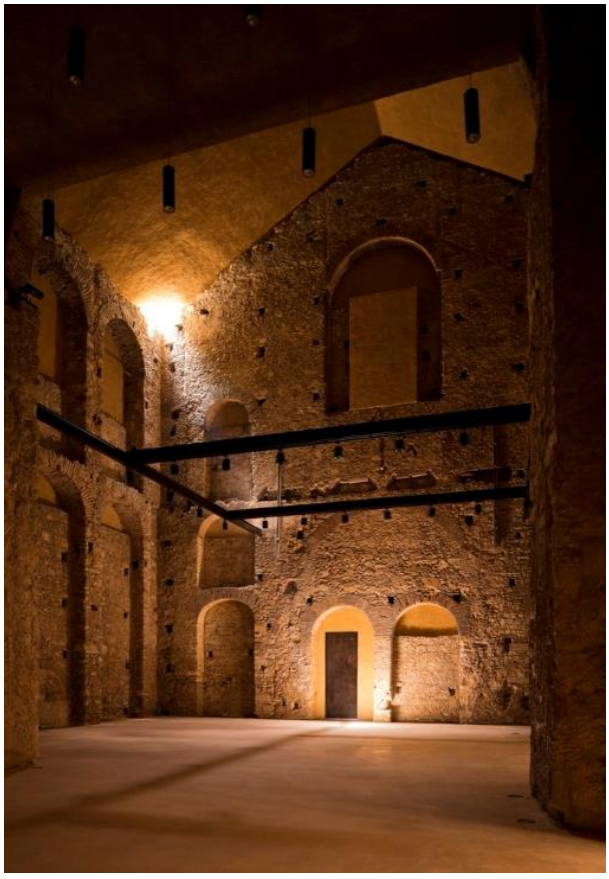


Figura 52. Teatro Thalia. Atualidade. Fotografia de DMF.

Questões programáticas

Centro Equestre de Leça da Palmeira

Uso	Centro equestre
Ano de construção	2012
Localização	Leça da Palmeira, Porto

Perto da cidade do Porto, no Cabo do Mundo, está localizado o Centro Equestre de Leça da Palmeira, dos arquitetos Carlos Castanheira e Clara Bastai, datado de 2012.

A entrada no centro equestre é feita através de uma via principal que faz a distribuição para vários caminhos que conduzem às diversas áreas existentes em todo o centro. Esta distribuição foi pensada pelos arquitetos de modo a que fosse facilitada ao usuário a forma de percorrer aquele espaço. Preocupamo-nos sempre com o bem-estar dos que irão habitar os espaços que desenhamos e que desejamos construir. Habitar é ocupar os espaços e exercer as funções vitais de conforto, de trabalho ou de prazer. Na realidade, trata-se de ordenar e dar forma às funções (Castanheira, s.d.).

O projeto possui uma arquitetura bastante linear, facilitando assim o fluxo tanto de pessoas como de animais, tendo o principal desafio assentado na sua materialidade, sendo o complexo feito inteiramente em madeira, desde o revestimento, paredes e tetos, até à estrutura.

O Centro Equestre de Leça da Palmeira, é habitado por cavalos e nele trabalha gente que gosta de cavalos. É um espaço onde se vive com, para e dos cavalos (Castanheira, s.d.). Assim sendo, a funcionalidade e o conforto do espaço foram dois fatores importantes na sua conceção. Pensando nas condições climatéricas, foram adotados ambientes cobertos para a prática de atividades, no caso dois picadeiros cobertos e um celeiro. No entanto para o bem-estar dos animais, também foram criados espaços ao ar livre para que estes pudessem ter um contacto mais direto com o exterior e com a paisagem envolvente, como um picadeiro, *paddocks* e campos de saltos.

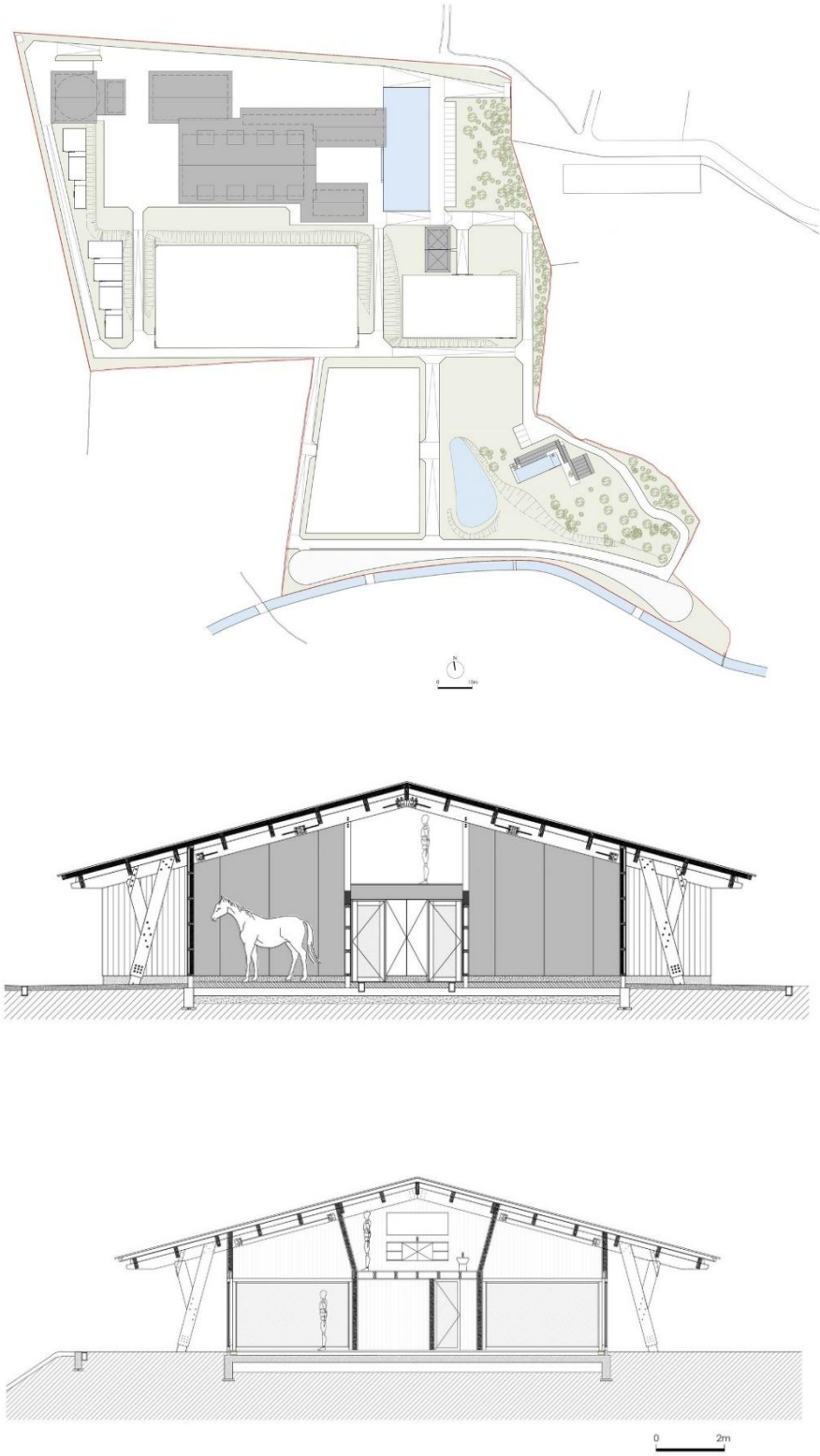


Figura 53. (De cima para baixo). Centro Hípico de Leça da Palmeira. Planta de Implantação; Corte pela zona das cavalariças; Corte pela zona de descanso. Fonte: Archdaily.



Figura 54. Centro Hípico de Leça da Palmeira. Picadeiro exterior e vista para o picadeiro coberto. Fotografia de Fernando Guerra.



Figura 55. Centro Hípico de Leça da Palmeira. Cavalariças. Fotografia de Fernando Guerra.

Centro Hípico Ultzama

Uso	Centro hípico
Ano de construção	2008
Localização	Ultzama, Norte de Navarra

O Centro Hípico Ultzama do arquiteto espanhol Francisco Mangado, fundado em 2008, localiza-se no centro de um dos vales mais húmidos do Norte de Navarra, uma província junto dos Pirenéus, num vale de colinas suaves mas robustas, onde a relva verde e os carvalhos configuram uma paisagem de caracter forte, onde a cor se vai alternado consoante as estações do ano.

Era intenção do arquiteto uma arquitetura clara, tendo sido concretizada através de uma volumetria simples e limpa, que se relacionasse com a paisagem envolvente, integrando a linha do horizonte. Toda esta ideia de clareza passa para a estrutura do próprio edificado. Existe uma tentativa de trabalhar e envolver diversas escalas, relacionando-as, combinando grandes espaços de entretenimento e estábulos, com outros de carácter mais pequeno, tentando que seja formada uma cumplicidade entre o animal e o homem. Deste modo, as casas destinadas às pessoas que trabalham e treinam no complexo, não se destacam nem se diferenciam da restante volumetria. Estão integradas nos volumes, não existindo qualquer tipo de fragmentação, ainda que estas possuam uma escala diferente dos restantes edifícios do complexo. Esta relação entre diversas escalas faz-se principalmente através da cobertura, sendo que é esta que une os diferentes núcleos programáticos, camuflando-os e juntando-os como um todo.

A materialidade, tal como no caso de referência anterior, constitui um dos principais desafios deste projeto. As paredes são de chapa de alumínio pintadas de branco, combinadas com madeira de carvalho.

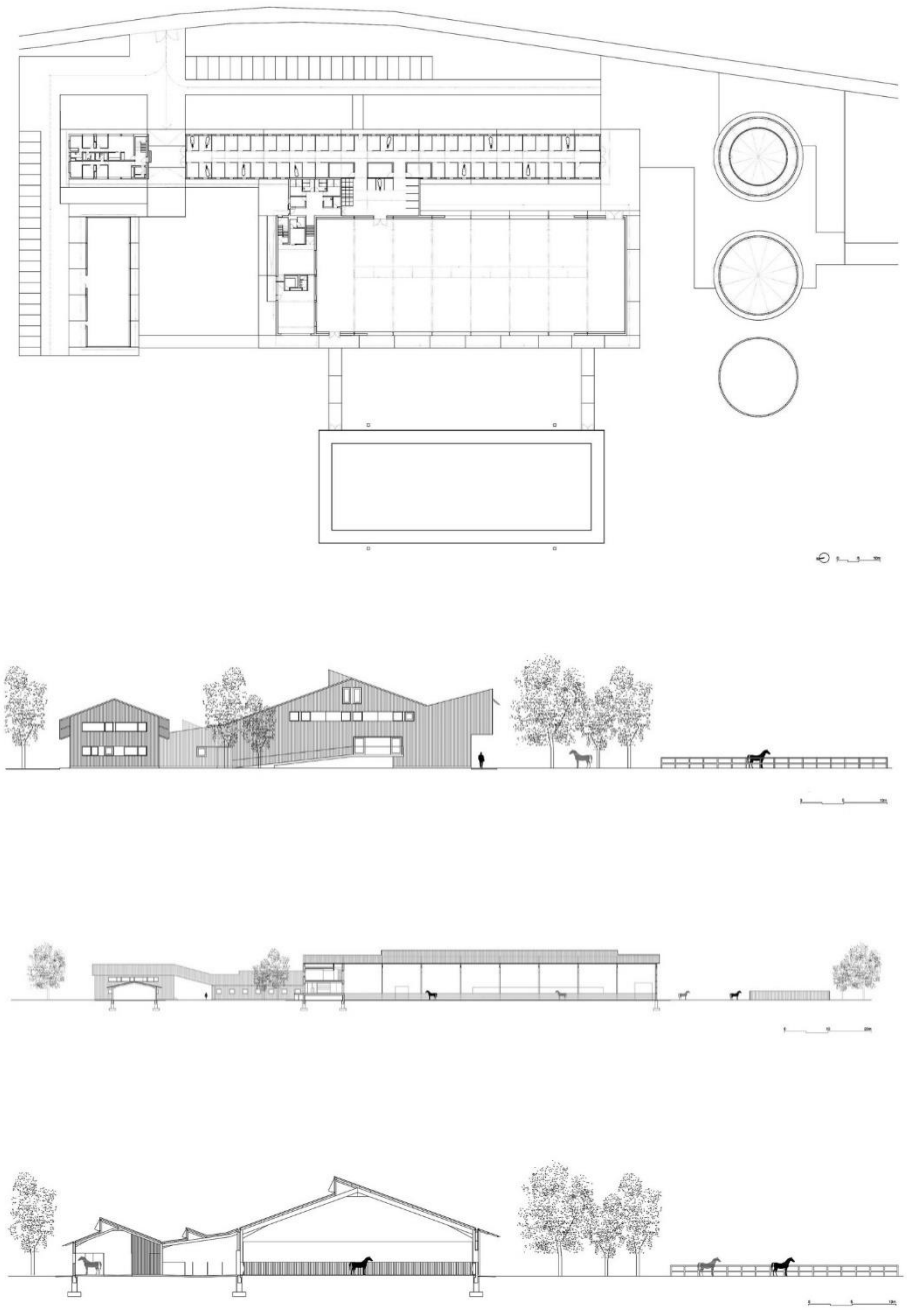


Figura 56. (De cima para baixo). Centro Hípico do Ultzama. Planta do piso térreo; Alçado Norte; Corte longitudinal; Corte transversal. Fonte: Archdaily.



Figura 57. Centro Hípico do Ultzama. Exterior da zona das cavalariças. Fotografia de Pedro Pegenaute.



Figura 58. Centro Hípico do Ultzama. Picadeiro coberto. Fotografia de Pedro Pegenaute.

Síntese

Os quatro projetos escolhidos como casos de referência permitiram uma análise de aspetos teóricos que encontram resolução num projeto concreto, sendo que todos eles se relacionam e proporcionam referências de aplicabilidade na arquitetura da Quinta do Monteiro-Mor.

Quanto aos casos de referência de reabilitação e estratégias de intervenção, estes assemelham-se ao caso da antiga casa senhorial, no caso do Castelo de Pirescoxe, pelo estado de conservação que este apresenta e pela metodologia de reabilitação utilizada. No caso do Teatro Thalia, este assemelha-se à casa senhorial pelo princípio de intervenção utilizado, pelo modo como os arquitetos intervieram nas pré-existências, uma vez que pretenderam recuperá-las e ampliá-las através de novas intervenções e construções que possuíssem uma linguagem mais contemporânea mantendo e integrando a ruína, a identidade e a integridade do pré-existente, permitindo, deste modo, repensar a perceção que temos dos edifícios, procurando novas formas de abordar o espaço, não esquecendo a importância do diálogo entre o novo e o pré-existente.

As principais referências retiradas destes casos são:

Castelo de Pirescoxe

- Princípio de intervenção mínima. Aproveitamento dos núcleos consolidados, refazendo as suas coberturas e reabilitando os seus interiores;

- Quantidade de construção é diminuta e os novos volumes surgem integrados na própria ruína.

Teatro Thalia

- Equilíbrio entre as necessidades do espaço e a importância histórica do edifício;

- Dinâmica que combina os elementos do passado com elementos modernos.

Quanto aos casos relacionados com as questões programáticas, pretende-se perceber em que tipo de paisagem e ambiente é que este género de programa é implementado, como se organizam diferentes centos equestres, quais os equipamentos que servem de apoio a estes centros, quais as medidas a ter em consideração neste tipo de intervenções e, por último, quais são as materialidades predominantes no edificado que alberga este tipo de programa.

Estes casos de referência assemelham-se ao edificado do Monteiro-Mor por questões de uso, servindo como referência para o processo de intervenção na Quinta do Monteiro-Mor, na medida em que se identificam soluções arquitetónicas e projetuais que, de certo modo, contribuem para que tanto a memória do lugar como a do edificado pré-existente sejam mantidas. Soluções estas que passam principalmente pela recuperação deste edificado, pela preservação dos elementos identitários e pela construção de novos edifícios necessários ao programa pretendido.

As principais referências retiradas destes casos são:

Centro Equestre de Leça da Palmeira

- Fatores tidos em consideração na conceção do espaço: funcionalidade e conforto do espaço;

- Arquitetura linear que facilita o fluxo tanto de pessoas como de animais.

Centro Hípico do Ultzama

- Volumetria simples e limpa que se relaciona com a paisagem envolvente;

- Trabalhar e envolver as diversas escalas, relacionando-as, combinando grandes espaços de entretenimento e estábulos, com outros de carácter mais pequeno, tentando que seja formada uma cumplicidade entre os animais e o homem.

Conjugando estes quatro exemplos, estes servirão de apoio ao estudo das diferentes premissas associadas à ideia da componente prática de projeto, procurando acima de tudo preservar os valores e memórias do património cultural.

IV – ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO FÍSICA E FUNCIONAL

Escala do território

O projeto desenvolvido teve como principal premissa a preservação dos elementos que ainda restam da antiga casa senhorial, sendo que esta surge como elemento organizador da nova arquitetura e do território envolvente.

O programa escolhido exigiu a ampliação das estruturas edificadas e o tratamento dos percursos viários e pedonais que estabelecem a ligação do complexo edificado com a envolvente, de modo a que o fluxo de trânsito e de pessoas se possa realizar da melhor forma.

Para as áreas livres próximas da antiga casa da Quinta do Monteiro-Mor, compostas atualmente por densa vegetação descontrolada, foi previsto um arranjo que estabelece a ligação entre o edificado previsto. Para as áreas verdes que se encontram mais afastadas julgou-se dever ser realizado um plano para a manutenção do seu carácter mais rústico.

O edificado pré-existente inclui alguns muros que se apresentam como barreiras físicas e visuais entre a Quinta do Monteiro-Mor e a Estrada do Monteiro-Mor, e outros que se encontram em estado de ruína. A solução encontrada foi a sua demolição, de modo a melhorar tanto as perspetivas estéticas como o fluxo de percursos.



Figura 59. Quinta do Monteiro-Mor. Planta de demolições. Desenho da autora.

Escala do edificado

Tendo em conta que o edificado da Quinta do Monteiro-Mor estabelece uma relação intrínseca com a história do lugar procurou-se que o projeto integrasse o património que permaneceu esquecido no tempo, promovendo também a regeneração funcional, atraindo tanto a população envolvente como a população exterior.

O projeto, à escala do edificado, dividiu-se em três fases: primeiramente a de conservação da ruína, identificando quais serão os elementos a reabilitar e a reconstruir, sendo que a reabilitação e reconstrução dos mesmos já será inserida numa segunda fase e, por fim, a construção do novo edificado, de modo a que se garanta que o conjunto arquitetónico possua todas as valências necessárias ao programa.

Começando pela primeira e segunda fases, após a análise aprofundada do edificado da Quinta do Monteiro-Mor, verifica-se que o estado de degradação é bastante acentuado, e o mesmo é resultante de processos naturais que acabaram por expor alguns elementos primários da construção à intempérie. Para testemunho físico de épocas passadas, foram conservadas algumas das espessas paredes que caracterizavam este edificado.

Foram também selecionados os outros elementos a preservar, ou seja, os elementos significativos apresentados anteriormente, em conjunção com os restantes aspetos, tais como a luz, cor, textura e ritmo, amplificando e preservando o valor e a memória do edificado. É importante referir que o facto de se terem tido em consideração os elementos significativos, não significa que estes não pudessem ser alterados. A metodologia de projeto escolhida evita o "restauro-cópia" e toma a memória como desencadeante do novo projeto. Por isso mantêm-se, recuperam-se e modificam-se os elementos significativos e eliminam-se algumas das divisões interiores, as quais devido ao mau estado de conservação são fisicamente quase inexistentes, e também por não possuírem grande valor e, em alguns casos, se apresentarem como uma 'barreira' à implantação de um novo programa funcional. Relativamente à intervenção, a estratégia construtiva utilizada corresponde à limpeza e recuperação das alvenarias portantes, através do seu reforço com materiais compatíveis e o restauro/ reposição das cantarias existentes.

As novas construções foram divididas, juntamente com as pré-existências, em dois patamares, sendo que o patamar inferior, onde se localizam as pré-existências, ou seja, a casa senhorial, a casa dos caseiros e o curral/cavalariças, será maioritariamente destinado ao circuito de pessoas e o patamar superior mais destinado aos animais, para que exista uma distinção e separação de ambientes e funcionalidades.

Usos e funções

Após a identificação do programa e depois de tomadas as decisões no que toca à escala do território e à escala arquitetónica partiu-se para os usos e funções específicas do edificado. Como referido anteriormente, um programa de um centro equestre caracteriza-se por possuir um conjunto de edifícios que alberguem todas as instalações necessárias ao mesmo.

Uma vez que se vai projetar quer para pessoas quer para animais, torna-se importante que haja uma distinção entre ambientes e funcionalidades. O ponto de partida para a distribuição do edificado em patamares foi o lugar de implantação da casa senhorial, bem como a sua forma e relação com a envolvente.

Começando pelo patamar superior, é nele que se encontra o edificado cujo programa está mais direcionado aos animais, ou seja, o picadeiro coberto, as cavalariças, o picadeiro exterior e o redondel. Este patamar também contempla uma cafetaria que dá apoio aos restantes edifícios. No patamar inferior está localizado o edificado cujo programa se destina mais às pessoas, ou seja, o alojamento provisório, o edifício de formação teórica, a administração e saúde, o edifício de convívio e restauração, o estacionamento coberto e as hortas comunitárias bem como os respetivos edifícios de apoio.

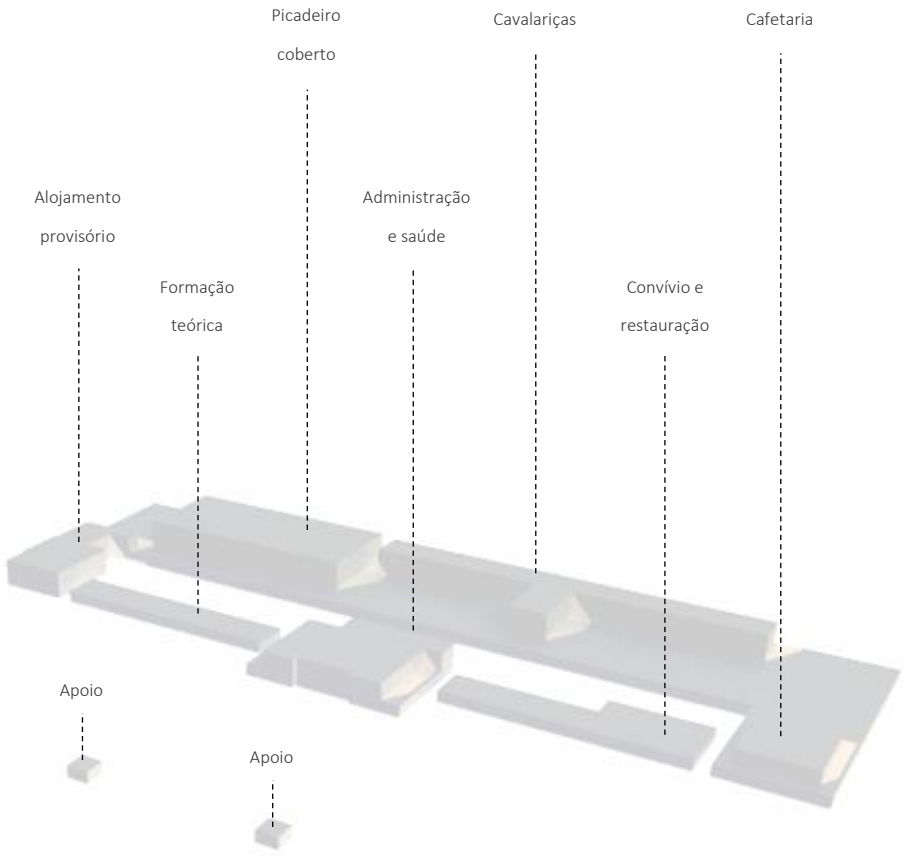


Figura 60. Usos programáticos. Axonometria da proposta. Desenho da autora.

Patamar superior	
Picadeiro coberto	Picadeiro
	Bancadas
	Boxes (x4)
	Sala de arreios
	Sala de jurados
	Zona de estar
	I.S. feminina (apropriada a deficientes)
	I.S. masculina (apropriada a deficientes)
	I.S. deficientes
	I.S. feminina
	I.S. masculina
	Armazenamento de feno
	Áreas técnicas
Cavalariças	Boxes (x38)
	Zona de banho (x4)
	Armazenamento de feno (x4)
	Sala de arreios
	Balneário feminino (professores)
	Balneário masculino (professores)
	Balneário feminino (alunos)
	Balneário masculino (alunos)
	Sala de convívio
	I.S. feminina
	I.S. masculina
Picadeiro exterior	-
Redondel	-
Cafetaria	Esplanada
	Cozinha
	I.S. feminina
	I.S. masculina
Patamar inferior	
Administração e saúde	Piso térreo
	Acessos verticais
	Átrio de receção
	Back Office
	Loja
	Farmácia
	Arrumos/ arquivo
	Gabinete médico (x6)
	I.S. feminina
	I.S. masculina

	Área técnica
	Balneário feminino (funcionários)
	Balneário masculino (funcionários)
	Arrumos
	Piso 1
	Acessos verticais
	Gabinete do diretor
	Gabinete (x2)
	Gabinete polivalente (x4)
	Sala de formação
	Sala de reuniões
	I.S. feminina
	I.S. masculina
Alojamento provisório	Piso térreo
	Acessos verticais
	Átrio de receção
	Sala de convívio
	I.S. feminina
	I.S. masculina
	Cozinha
	Zona de refeições
	Esplanada
	Piso 1
	Acessos verticais
	Quartos (x9)
	Zona de estar
Formação teórica	Auditório
	Gabinete polivalente (x6)
	Sala de aula (x3)
	I.S. feminina
	I.S. masculina
Convívio e restauração	Sala de convívio
	Restaurante
	Cozinha
	Esplanada
	I.S. feminina
	I.S. masculina
Estacionamento coberto	Estacionamento (35 lugares)
	Arrumos (x2)
Hortas comunitárias	Hortas
	Edifício de apoio (x2)

Materialidade e construtibilidade

Tendo em conta as premissas apresentadas anteriormente, também se torna importante refletir acerca da conceção dos elementos construídos do projeto, principalmente ao nível da sua materialidade. A materialidade num projeto de arquitetura é tão importante quanto a localização, forma e função do mesmo, uma vez que é através dela que temos o primeiro contacto com o edifício, apresentando-se assim como um dos conceitos fundamentais no que se refere à compreensão de todo o espaço, auxiliando a sua qualificação.

A escolha de materiais para a intervenção no edificado da Quinta do Monteiro-Mor resultou de diversas premissas indispensáveis para a realização de uma intervenção coerente. A principal premissa baseou-se na necessidade de tornar clara a distinção entre as pré-existências e as novas construções, e também de as harmonizar formalmente. Esta distinção é transparecida através de vários fatores como o desenho do próprio edificado, a escolha das materialidades e a utilização de uma paleta de cores distinta. Outra das premissas baseou-se na escolha de materiais que apresentassem uma maior sustentabilidade, acabando por se propor o aço e o vidro, pois são materiais recicláveis, cuja utilização apresenta diversas vantagens para o meio ambiente.

Tendo isto em conta, no que diz respeito às pré-existências, procurou-se reconstruir e/ ou recuperar as paredes exteriores, reforçando estruturalmente, pelo seu interior, as que se decidiu manter edificadas, através da utilização de betão projetado sobre malha de aço, sendo posteriormente rebocadas e pintadas. Quanto ao exterior, as paredes serão revestidas com betão pigmentado de uma cor distinta da utilizada no novo edificado. Este betão será também utilizado nos volumes de construção nova, sendo a cor branca predominante nestes casos. Estas construções serão envolvidas por uma grelhagem de aço, sendo que este elemento estará também presente em alguns elementos secundários das pré-existências, como por exemplo as coberturas, transmitindo uma linguagem contemporânea e de continuidade.

O vidro é também um material essencial tanto nas pré-existências como nas novas construções, uma vez que permite manter a relação do edificado com a envolvente continuando a valorizar o sistema de vistas, sendo neste projeto proposto o revestimento dos vãos existentes com um plano liso, apenas com caixilharia em seu redor. Para além da sua presença nas fachadas, o vidro está também presente na cobertura daquela que foi a casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor, permitindo a entrada de luz no interior da mesma, através de duas claraboias; na cobertura do picadeiro coberto; e nas cavalariças, onde é proposta uma faixa envidraçada em redor de todo o edifício, junto da cobertura, facilitando a entrada de luz em todos os espaços interiores.

Considerações finais

Finalizadas as reflexões acerca da memória e do património, chega-se à conclusão de que existe cada vez mais a necessidade de intervir e readaptar o património construído, através da sua reabilitação e requalificação, a fim de se contrariar o seu abandono e, em muitos casos, o consequente estado de ruína. Para isso, é essencial recorrer-se à readaptação das pré-existências e, se necessário, à construção de novos edifícios, inserido o património construído num contexto atual, de forma a se potencializar todo o conjunto arquitetónico, mantendo o significado do lugar, a sua memória e a sua identidade. É nesta fase de conservação do património construído que importa compreender como é que a memória se pode apresentar como um apoio à estratégia de intervenção.

Numa tentativa de colocar em diálogo o passado, o presente e o futuro, é essencial estudar a pré-existência, bem como o lugar onde este se insere, de modo a que se possa reconstruir a sua imagem identitária através da recuperação e/ou reprodução contemporânea dos elementos que lhe conferem identidade, recuperando a sua memória arquitetónica, e procurando um uso compatível, que contribua para que o objeto estabeleça uma relação intrínseca com o lugar através de um programa que seja útil para a comunidade, partindo da análise da história e das vivências passadas tanto do concelho e freguesia onde o lugar se insere, como do lugar propriamente dito, recorrendo-se aqui à memória não arquitetónica.

Pode assim concluir-se que, no futuro, na realização de intervenções de carácter semelhante ao aqui apresentado, a memória poderá ter um papel de destaque no que toca a intervir no património construído, uma vez que através dela é possível chegar a uma proposta de intervenção arquitetónica e programática adequadas a cada lugar.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Livros

Abreu, R. & Chagas, M. (2009). *Memória e Património. Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina ed.

Alarcão, P. (2018). *Construir na ruína - Entre a reconstituição e a reabilitação*. Porto: Edições Afrontamento.

Appleton, J. (2003). *Reabilitação de Edifícios Antigos*. Amadora: Edições Orion.

Azevedo, C. (1966). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa - Mafra, Loures e Vila Franca de Xira*. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa.

Caldas, J. V. (1999). *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. Porto: FAUP.

Choay, F. (1999). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

Leite, A. S., & Feliciano, A. M. (2016). *A Casa Senhorial como Matriz de Territorialidade - A Região de Torres Vedras entre o Tempo Medieval e o Final do Antigo Regime*. Lisboa: Caleidoscópio.

Moreno-Navarro, A. G. (2001). *Conservació preventiva: última etapa*. Barcelona: Dipitació Barcelona, Xarxa de municipis.

Neto, M. J. (2001). *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos Monumentos Nacionais* (1929-1960). Porto: FAUP.

Pires, A. G. (2013). *A Quinta de Recreio em Portugal - Vilegiatura, Lugar e Arquitectura*. Lisboa: Caleidoscópio.

Teses de Mestrado/ Doutoramento

Brígida, N. A. (2013). *Projetar com o lugar - Proposta de intervenção na Quinta do Monteiro-Mor, Granja de Alpriate.* Lisboa: FAUL. Tese de Mestrado.

Cerdeira, F. H. (2016). *Requalificação da Quinta da Cardiga. O Turismo como Revitalizador do Património e da Paisagem*. Lisboa: FAUL. Tese de Mestrado

Freitas, R. M. (2011). *Identidade, Tempo e Memória. Reflexão sobre os processos de reabilitação em edificação de valor patrimonial*. Porto: FAUP. Dissertação de Mestrado.

Miranda, J.F. (2015). *Arquitetura, Património e Autenticidade. Autenticidade na reabilitação do património histórico.* Lisboa: FAUL. Tese de Doutoramento.

Pio, M. G. (2016). Memória como desencadeante da reinvenção arquitetónica - *Uma proposta de reabilitação e reconversão de uso do edifício do Seminário de Gavião*. Lisboa: FAUL. Tese de Mestrado.

Sousa, I. F. (2016). *Princípios de Reabilitação de Edifícios. Aplicação a casos de estudo*. Lisboa: ISEL. Tese de Mestrado.

Artigos

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira – Pelouro da Cultura (1999). *Boletim Cultural CIRA.* Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Disponível em: Departamento de Urbanismo de Vila Franca de Xira. Consultado em: Maio de 2018.

Carta de Cracóvia (2000). Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>. Consultado em: Agosto de 2019.

Carta de Veneza (1964). Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>. Consultado em: Agosto de 2019.

Conselho da Europa (1975). Carta Europeia do Património Arquitetónico. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>. Consultado em: Setembro de 2019.

Conselho da Europa (1985). *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa*. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>. Consultado em: Setembro de 2019.

Fernandes, I. P. (Novembro de 2014). *A Quinta de Recreio no Concelho de Vila Franca de Xira*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284181913_A_Quinta_de_Recreio_no_Concelho_de_Vila_Franca_de_Xira. Consultado em: Setembro de 2018.

Freire, T. S. (Julho de 2012). *Refletindo sobre a memória, identidade e património: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF*. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf. Consultado em: Maio de 2019.

Raimundo, O. (2012). *Vila Franca de Xira – Saber Mais Sobre…História de Vila Franca de Xira*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Disponível em: https://www.cm-vfxira.pt/cmvfxira/uploads/document/file/773/9.pdf. Consultado em: Maio de 2019.

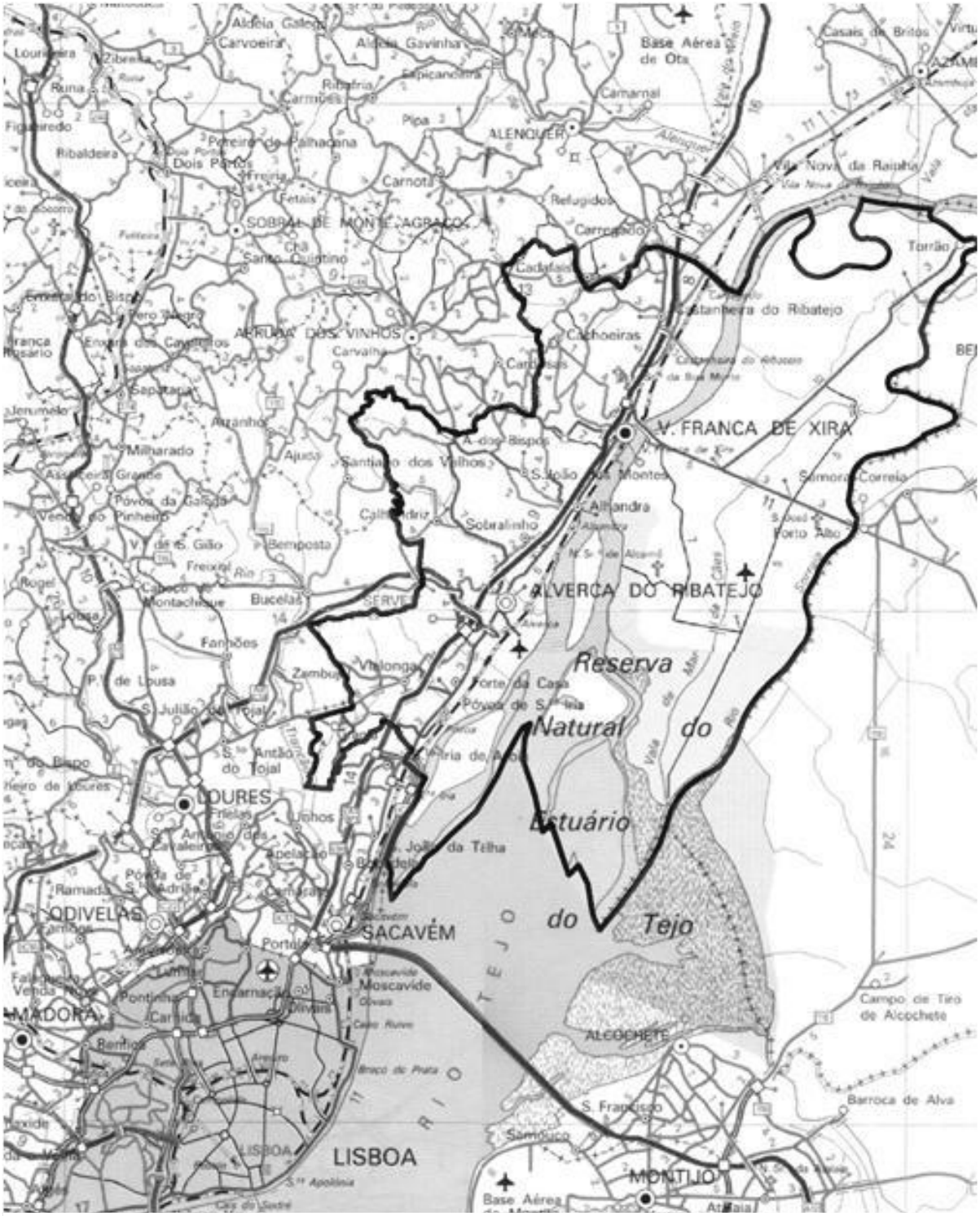
Rodrigues, A. R. (Agosto de 2017). *A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico*. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/137955/137371. Consultado em: Maio de 2019.

Thomas, J. S. (s.d.). *Compilação Histórica de Vialonga*. Disponível em: Departamento de Urbanismo de Vila Franca de Xira. Consultado em: Setembro de 2018.

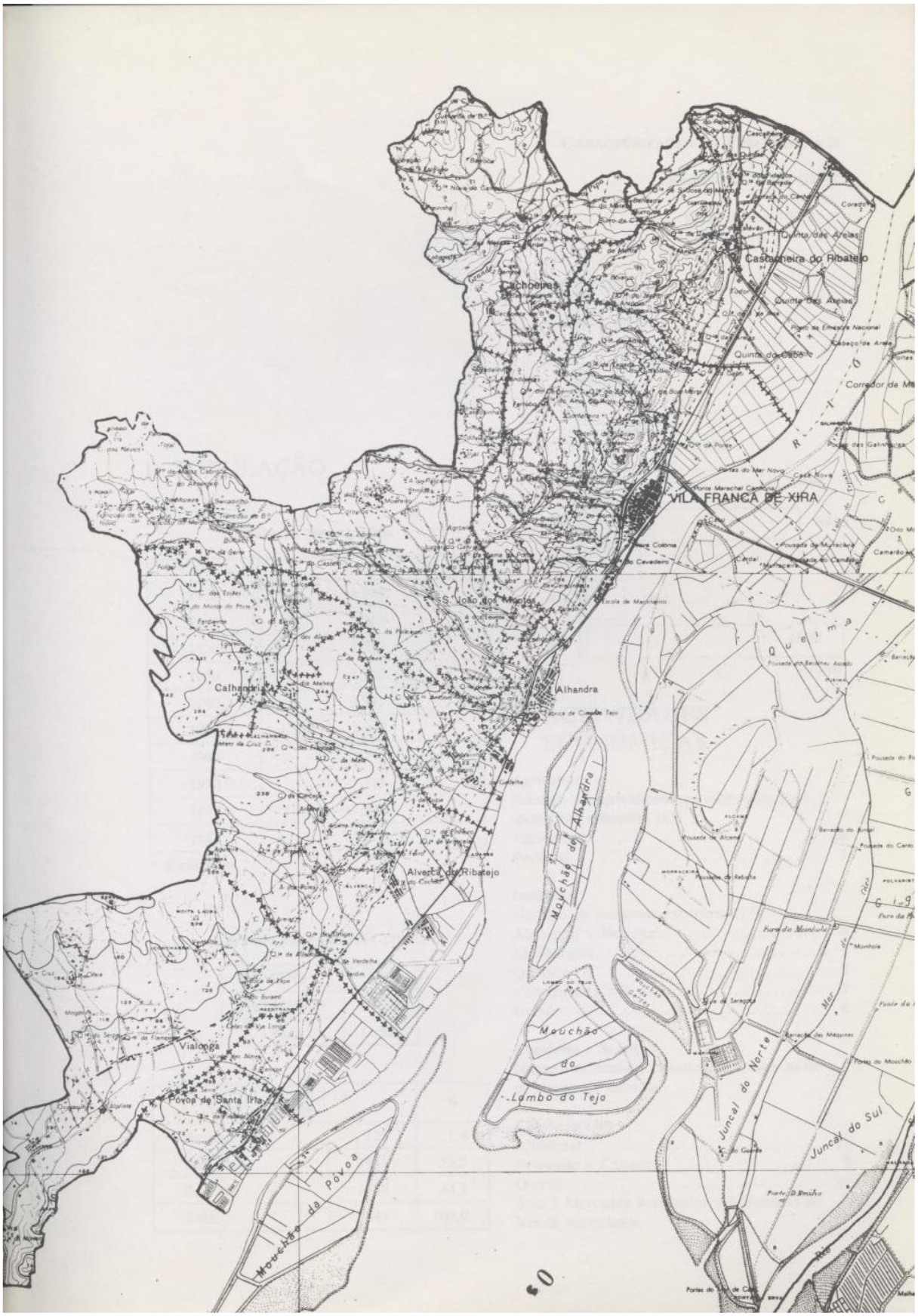
ANEXOS

ANEXO I. COMPLEMENTOS AO TRABALHO TEÓRICO

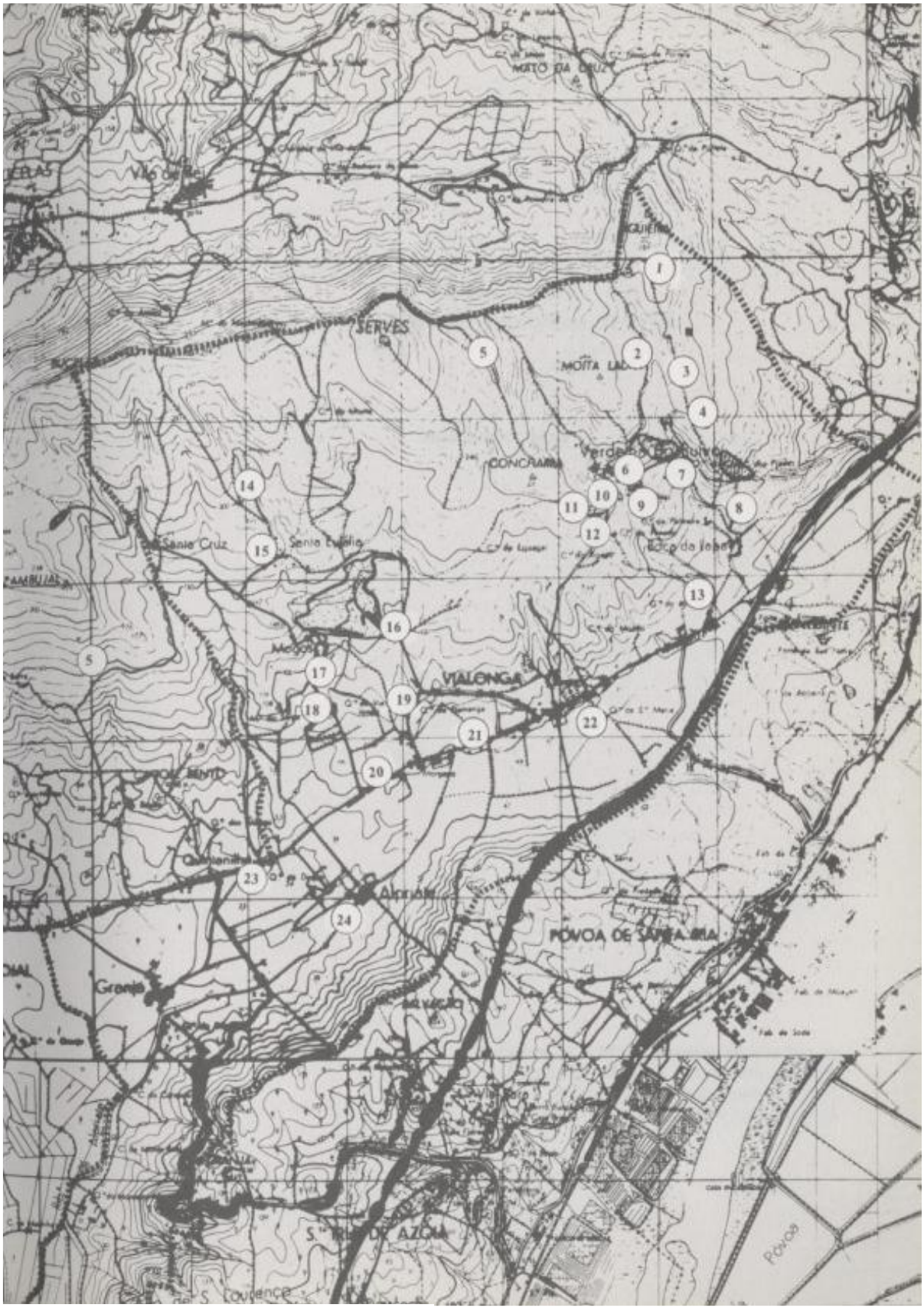
Documentação existente acerca da Quinta do Monteiro-Mor, Vialonga



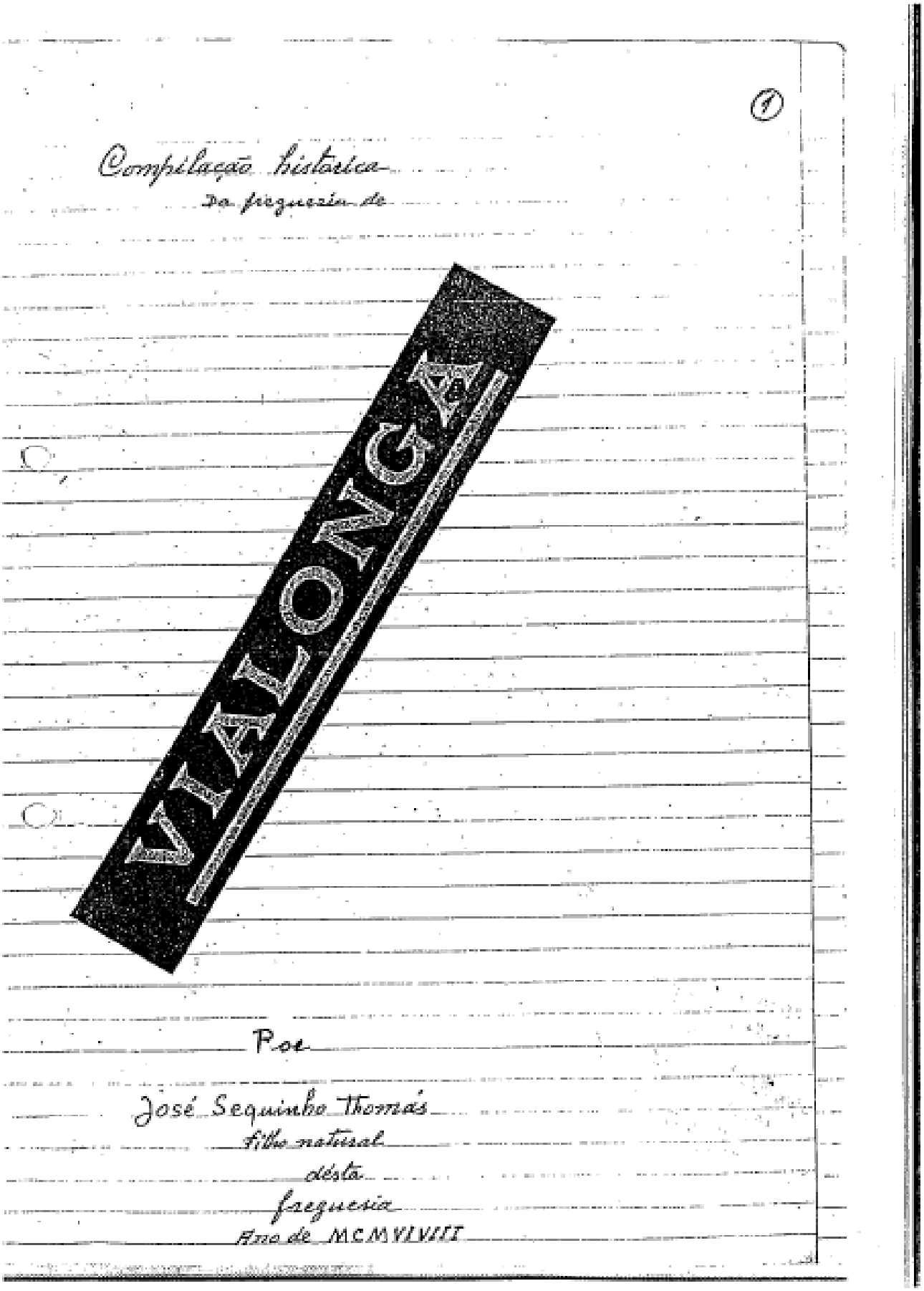
Relação do concelho de Vila Franca de Xira com o concelho de Lisboa. Fonte: Departamento de urbanismo de Vila Franca de Xira.



Concelho de Vila Franca de Xira. Fonte: Boletim de Vialonga.



Freguesia de Vialonga. Fonte: Boletim de Vialonga.


1
Compilação histórica
da freguesia de
ALONGA
Por
José Sequinho Thomás
filho natural
desta
freguesia
Ano de MCMVLVIII

57

Palacio do Monteiro-Mór

É de todos os palacios da freguesia de Vialonga, o maior, grandioso, bonito, e que tem um passado histórico de grande originalidade.

Está situado na Granja de Alpiarça, na estrada, que vai da Quinta da D. Beja até ao Bico do Rio Tanezão em frente da povoação de Vinhos, na encosta da direita margem do ditto rio.

A quinta, seu palacio, com artistica escadaria em marmore, a praça de touros e seus muros, foram mandados fazer pelo primeiro monteiro-mór do reino, pois que o rei D. João I deu o oficio a Lopo Vaz de Castelo Branco.

Por sua vez o rei D. João II deu o oficio a D. Afonso de Lima, a seguir à D. Luiz de Menezes que exercia o cargo no tempo de D. João III.

A seguir Jorge de Mélo - 22-V-1524 e seus descendentes até ao reinado de D. João V.

A seguir foi D. Henrique de Noronha, filho do 1º marquez de Angeja, que recebeu o rei D. Miguel I neste palacio acompanhado da corte para jantar a uma tourada e festas em uma honra que por final foram as ultimas.

A quinta tem uma nascente de agua caudalosa que brota da terra em frente.

É tão sobejissima, tanto em pomares, como em antigas hortaliças possui um grande pombal de pombos bravos, com fórma de moinho de vento, onde se criavam estas aves, para com tarambolas nas ceias, patos bravos de arribação, para serviam de divertimento aos fidalgos de antenho que os caçavam com falcão amestrado.

O palacio é uma maravilha, os seus salões decorados com lambris de azulejos com motivos da Mitologia, os tetos apainelados e pintados a oleo, em motivos de caça e pesca. As paredes cobertas por quadros a oleo e panos de Arras, tapeçarias valiosas. Mobilias das mais ricas e artisticas louças e porcelanas de grande estilo. Uma sumptuosidade de riqueza.

58

ela desde-cedo, eram os cavalheiros, Jantar para Janelo, matinas, e corros para toiros. Estes, que eram tocados nas Cortes, em frente e iam até Farela.

Havia os cegos tolos, para os caçadores Justos, que estavam na malha dos Justiças reais.

Todas estas coisas ainda existem, apesar de estarem em ruínas. Este palácio ardeu em 1913 por descuido de um moço postilhão chamado Policarpo de 15 anos de idade que acendeu um cigarro com uma braza incandescente que ficou mal apagada.

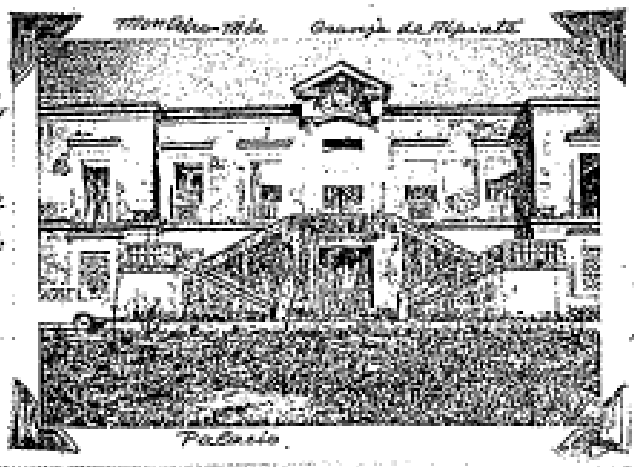
Era n'essa altura vendeiro da quinta e vivia no palácio a Fame Olia Rezende, da Granja de Alfuzeta, que tinha ai a sua casa agrícola.

É seu proprietário actual o snr Reinaldo, assim como a quinta da Comenda em Santa Iria da Azoia, que vem para esta quinta aos sábados à tarde, a recibos de salário pompear, a entreter-se nos jardins, onde segundo a tradição se encontram atualmente.

O palácio tem duas, que ainda se conservam no seu lugar, na face de fundo principal, onde existe a escadaria monumental.

Corria a cêrca ribeira para esta quinta em largo muro até Tamuja acima, fazendo a entrada em Sacavem, até ao Rio, onde havia um cais de desembarque, que ainda hoje existe. O palácio e quinta foi muito pena.

Na praça de toiros, além das touradas, faziam-se touradas e lutas entre Jarais e matinas, que os filhos matavam às mordidas e os mais tinha os estripavam. Estas pobres vitimas eram vendidas a Idade Media.



nota Estas informações e descrição do palácio e suas dependências, foram fornecidas pela sua proprietária, que é uma senhora, de muita idade do Regente que foi vendeiro e tem hoje 81 anos de idade, bisneta do Sr Lucio, o Construtor do Forte.

O Brazão Ducado, como já é geral de cor, Coroa real em chefe, com pomba e emblema em campo azul, em que assenta.

(59)

Quando ganhou esta Soberania no país, Lisboa foi muito alegrada. El-rei D. José I, deixou retirar-se de Lisboa, e foi com a corte para o palácio de Monteiro-Mór, levando a rainha D. Teresa de Bourbon com a corte. Seus filhos e os fidalgos, estavam d'ali a que devia ser a rainha em Lisboa, pois até já estava contaminada, mas ela suspendeu, por sua ingente determinação na visita a quem lhe fizera tão boa companhia na vida. A rainha com os seus saiu de Telhiga, melhorou, o que agradou a elrei e ao Monteiro-Mor, depois Vaz de Castelo Branco que exercia a carga.

Cá e Vêr Panorama volume 10º de 1853.

Brazão: Escudo entrelaçado com listão de prata com 3 bezantes de goja de negro, com andôa vermelha e bracia de oiro.

Em chefe: Coroa real de Portugal.

Bibliografia consultada

Flos Sanctorum Por Frei Diogo do Rosario edição MDCCLXVII (1767)

Agiologio Lusitano – Biblioteca Nacional (consultado)

Historia Antiga – Edição Daniel Conrazi

Archeologia – Por D. Antonio José de Mello

Tragedia Historica (o Regente) Por Marcelino Marques

Historia de Portugal – Por Arsenio Augusto Torres Mascarenhas Barata Formado em Direito pela Universidade de Coimbra

A Nossa Terra – Por José de Souza Carrusca, Professor do Liceu Passo Manuel

Estremadura Portugueza por Alberto Pimentel

Historia de Portugal por Henrique Schaffer traduzida em portuguez por Pereira Sampaio (Bruno)

Historia de Portugal até aos Seculos XVII e XVIII – por Luiz Augusto de Sá Leite da Silva (manuscripto pictoresco)

Portugal Pictoresco – por Pinheiro Chagas, desenhos das principaes vistas e cidades

Arte Portugueza XXI por Nuno Cattesino Cardoso

Archeologo de Figueira Foz 1935 volume XXIII

Archeologo dos Seculos XV a XX Lisboa e arredores 1935 volume XXIX.

Pelas Batalhas, Pulpito e Cruzeiro 1935 Volume XXVII

Lapides Barcellenses – colleção artistica 2 volumes.

Historia das Tabaqueiras por Eduardo Noronha

O Embuchado – pelo Conde de Sabugosa

Vida de Frei Bartholomeu dos Martyres, por Frei Luiz de Sousa 1559 1632 Edição de Miguel Rodrigues Lisboa 1763 Volume I pag. 457, diz-se ahi, encontrando-se na Bibliotheca Municipal de Figueira de Marialva, a que foi legada por Almeida Garrett.

Historia de Portugal – por Alexandre Herculano

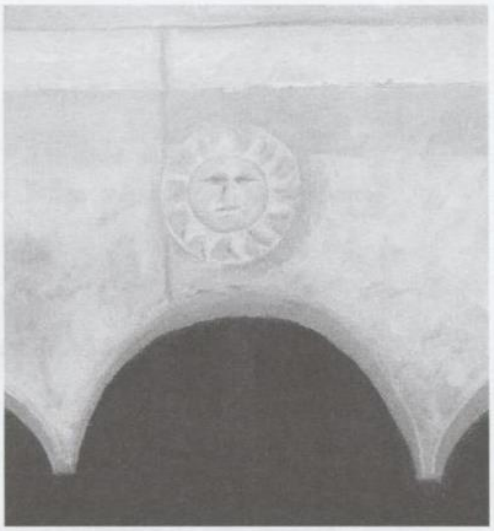
Portugal Historico por Pinho Leal

Arte Christã por Cochet Traducção de Pedro Alberto Soares

Panorama, por uma Empreza de Academicos dos fins do seculo XIX

Encyclopedia Pratica, dicionario de conhecimentos uteis, dos principios do seculo XX

12.3 Bol
P-1805



Boletim Cultural

CIRA

8

1998
1999

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira - Pelouro da Cultura

Monografias / Vila Franca de Xira

Ao que se depreende, continuavam os apuros financeiros do Dr. Barlaão de Barros, pois teve de recorrer, de novo, à providência régia para celebrar a venda das terras do emprazamento, exteriores aos muros da quinta, nos Enxofrais. O monarca acedeu, em 23 de Janeiro de 1757[76].

Finalmente, voltou o Pe. Barlaão a solicitar a extinção de alguns ónus impostos ao prazo pelo primeiro proprietário – Francisco Pais de Áltero –, pai de Carlos Pais. Tinha a quinta o encargo de quinze missas rezadas, alegando Barlaão de Barros que o rendimento da propriedade, por não chegar a 20 000 réis, não comportava o cumprimento daquele dever, caso que o rei D. José deu como resoluto, em 30 de Agosto de 1774[77].

Desta quinta deixou Carvalho da Costa (1712) uma ligeira anotação, fixando o topónimo, sem aludir à sua Ermida de Nossa Senhora da Nazaré, erecta já, pelo menos desde 1642 e arrolada ainda em 1719[78].

Cita o cura Luís de Pedroso, na *Memória*, "a quinta do Dr. Barlaão José de Barros" e a adjunta ermida, "com o título de Nossa Senhora da Nazaré"[79].

Curiosamente, foi também como quinta do Dr. Barlaão de Barros que ficou identificada, em registo de baptizado, que ali se celebrou, a 1 de Novembro de 1752[80], antes ainda do ingresso do Pe. Pedroso no curato da Igreja de São Sebastião.

Os danos causados na matriz, pelo sismo de 1 de Novembro de 1755 deixaram-na com "empendemento", por "estar ventada". Por tal motivo, foi na Ermida de Nossa Senhora da Nazaré que decorreu uma cerimónia de casamento, em 29 daquele mês. "Pro cauza do tarramoto", foi a nubente dispensada dos banhos[81].

A 12 de Julho de 1767, foi na ermida celebrado um baptizado a que assistiu o prelado Paulo de Carvalho e Mendonça, comissário-geral da Bula da Santa Cruzada, irmão do marquês de Pombal e secretário e vedor da Fazenda de D. Mariana Vitória, mulher do rei D. José[82].

O *Mapa de Portugal*, de Baptista de Castro, enunciou não só a quinta do Carlos, mas também a capela[83].

Do ponto de vista da estrutura do edifício da quinta, conservam-se algumas paredes que, na frontaria, mantêm implantado um relógio de sol.

Não é fácil, contudo, reconhecer, nos restantes escombros, qualquer lembrança da ermida.

A ruína da propriedade originou o actual parcelamento do terreno, onde vicejam pequenas células hortícolas.

A Quinta do Monteiro-Mor

No início dos assentos do primeiro livro da Igreja de São Sebastião[84], surgem referências à "Quinta do Monteiro-Mor".

Os lançamentos mais explícitos vão indicando a regular assiduidade a actos sacramentais de moradores na quinta – hóspedes, funcionários superiores e criadagem.

O feitor Diogo de Barbuda, entre meados de 1701 e 1722 e um outro feitor, Luís Silva Beltrão, desta data em diante, testemunharam bastantes vezes baptizados e matrimónios. Em 1835, e segundo os lançamentos paroquiais, era feitor do Monteiro-Mor Manuel Geraldo da Cunha Dias, da famíla Sotomaior.

Os próprios monteiros-mores apadrinharam alguns neófitos.

---

(76) A.N.T.T., *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, L.º 220, ff. 161 r-161 v.
(77) A.N.T.T., *Chancelaria de D. José I*, L.º 14, f. 184 v.
(78) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 256.
(79) A.N.T.T., *Memórias Paroquiais de 1758*, p. 578.
(80) A.N.T.T., *Livro 1 de Baptizados* da Granja de Alpriate, f. 38 v.
(81) A.N.T.T., *Livro 1 de Casamentos* da Granja de Alpriate, f. 19 r.
(82) A.N.T.T., *Livro 1 de Baptizados* da Granja de Alpriate.
(83) JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *ob. cit.*, p. 469.
(84) A.N.T.T., *Livro 1 de Baptizados* da Granja de Alpriate. Sabe-se, todavia, por declaração ali deixada, que existira um livro anterior, hoje desaparecido.

Francisco de Melo fizera celebrar o casamento da filha, D. Maria Josefa de Melo, com o tio, Henrique de Noronha, na "sua quinta da Granja" (85).

Fernando Teles da Silva, que tinha adquirido o título, em 1 de Janeiro de 1728, pelo seu casamento com a viúva de Henrique de Noronha (86), participou, na Igreja de São Sebastião, em várias destas solenidades, assinando com expressa identificação do título.

Da imponente quinta do Monteiro-Mor se foram averbando contínuas notícias, desde 1694 até Novembro de 1835, esta última por ocasião de morte de um assistente no "Palácio do Monteiro-Mor" (87). Não permite o laconismo do registo aquilatar da qualidade em que ali vivia o defunto – rendeiro, caseiro ou com qualquer outra função – nem, tão pouco, julgar sobre o estado de conservação do prédio.

Sabe-se, contudo, que, no nosso tempo, a degradação do palácio era já acentuada há várias décadas atrás, embora ainda hoje se mantenham, no pátio, certos espaços, modernizados, usados como habitação e oficina de alguns inquilinos.

A grandiosa e desventrada ruína, rodeada de silvas e ervas altas, na fachada principal, o seu extenso frontão triangular.

O acesso ao interior fazia-se por escadaria dupla, com patamar ao centro, onde se abria o portal, ladeado por duas cabeças de leão.

As paredes internas, ainda erguidas, mostram alguns silhares de azulejo do século XVIII, com figuração geométrica e, no lanço da escada que descia para o jardim, painéis de azulejo figurado, azul e branco.

A leste do palácio, situa-se uma intrigante e larga cerca, já só com três faces, com uma espécie de torreão num dos cantos e um singular cunhal, no outro extremo. A tradição aponta esta construção como tendo sido praça de touros, se bem que, na actualidade, nada o confirma.

Não existem testemunhos, nem mesmo orais, sobre a existência de qualquer ermida ou capela na quinta. Com efeito, foi regular a presença de moradores na celebração de actos litúrgicos, na igreja paroquial.

Todavia, na quinta se realizou a cerimónia matrimonial da filha de Francisco de Melo, em 1717, como se viu, mas, nos livros da freguesia, não se encontra lançada qualquer anotação acerca deste acontecimento, que o pároco não teria deixado de sublinhar, na forma lisonjeadora do seu estilo.

Na zona de cultivo para consumo caseiro, uma nora, com alguma dignidade estrutural.

Ao fundo, e ainda dentro da cerca, uma pequena e galante edificação que foi fonte; a poente, alguma casaria que serviu de alojamento a serviçais.

Em volta, nos campos vizinhos, um pequeno e desamparado casal e o viço de múltiplas hortas, cujos produtos abastecem os mercados adjacentes e o de Lisboa.

Destes férteis agros da Granja, colhia a Comenda de São Sebastião avultadas receitas, provenientes do quarto de toda a produção agrária e do foro pelas casas, nos termos do regimento de D. Manuel, de 7 de Junho de 1499.

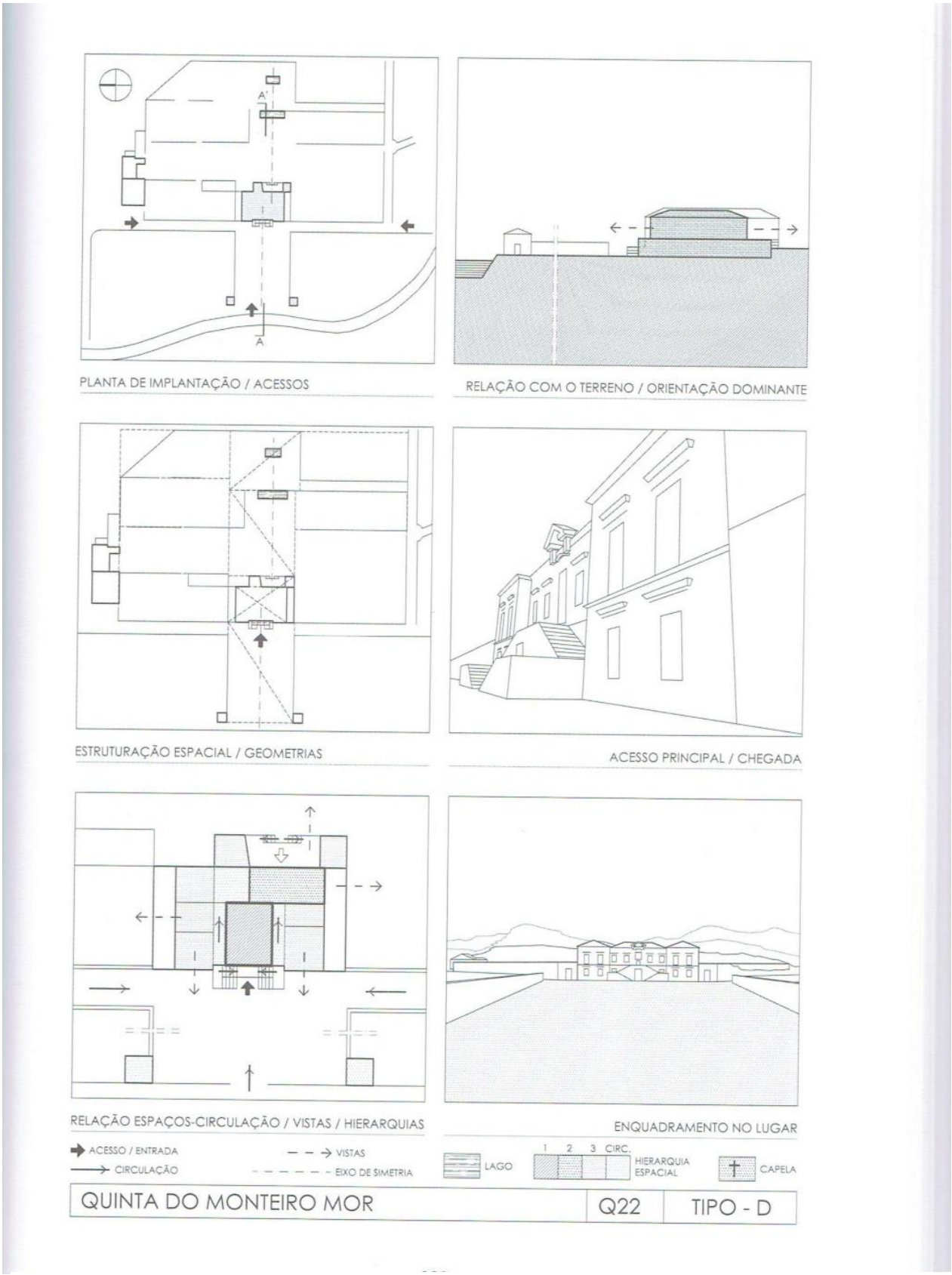
O lavrador disporia a colheita da azeitona e da uva de mesa em quatro montes, para o quarteiro escolher "qual lhe aprouvesse". O vinho era quartejado à " bica do lagar" e o azeite, "em fruto, ao pé da oliveira" (88).

Condicionava o regulamento do rei *Venturoso* o aproveitamento intenso da terra, com especial cuidado na plantação de vinhas, cultura então negligenciada, visto os lavradores darem preferência à criação de gado. Já o infante D. Henrique notara e obviara à fraca propensão destes rurais para a agricultura (89).

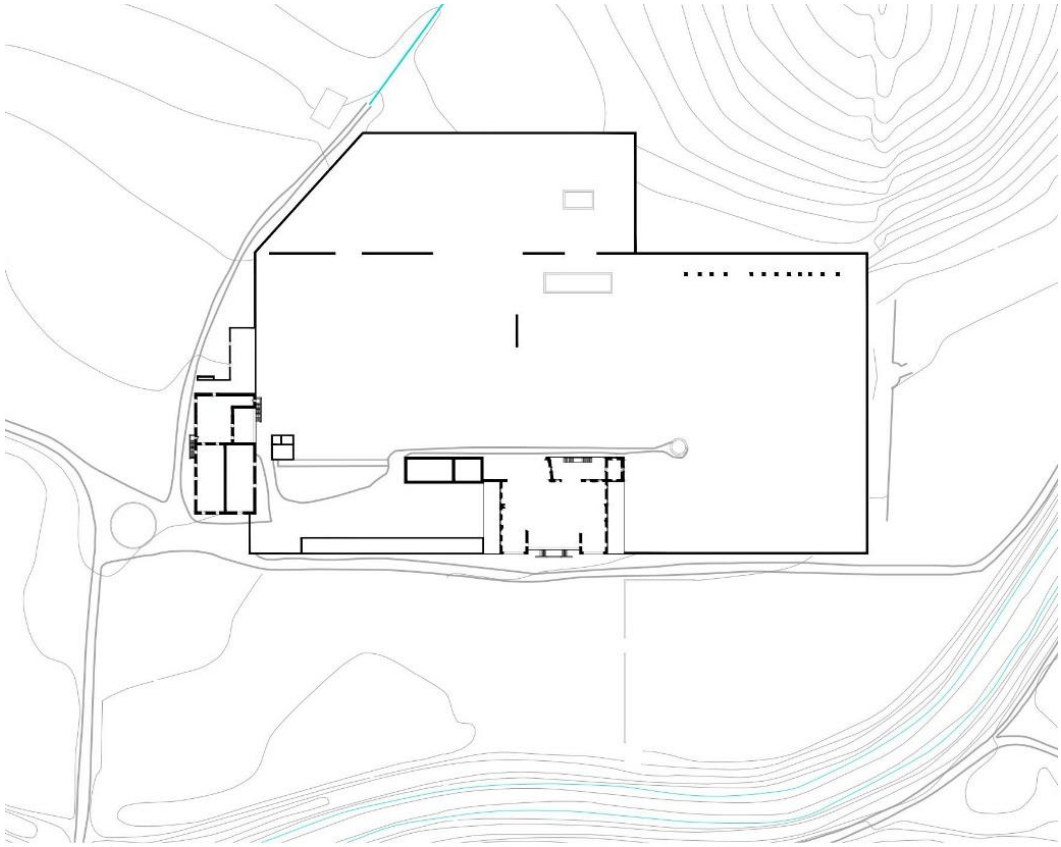
Apesar de tudo, a maior parte da população da Granja, livre ou escrava bracejava por estes campos, com remuneração em espécie, sóbria, decerto, serviriam alguns como "moços" ou "mancebos", os grandes e os pequenos senhores.

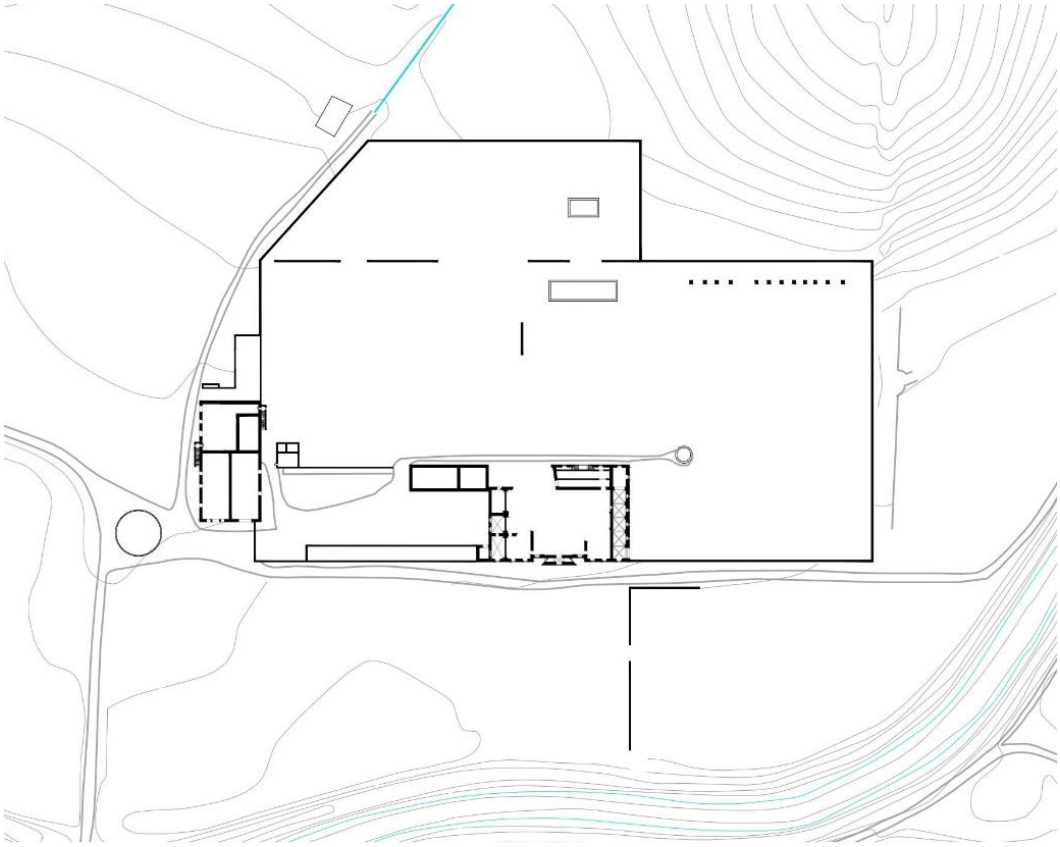
---

(85) *Gazeta de Lisboa*, n.º 28, Lisboa, 15 de Julho de 1717.
(86) A.N.T.T., *Chancelaria de D. João V*, L.º 47, f. 221 r.
(87) A.N.T.T., *Livro 1 de Óbitos* da Granja de Alpriate, f. 55 r.
(88) A.N.T.T., *Tombos das Comendas*, L.º 255.
(89) Cf. nota 34.



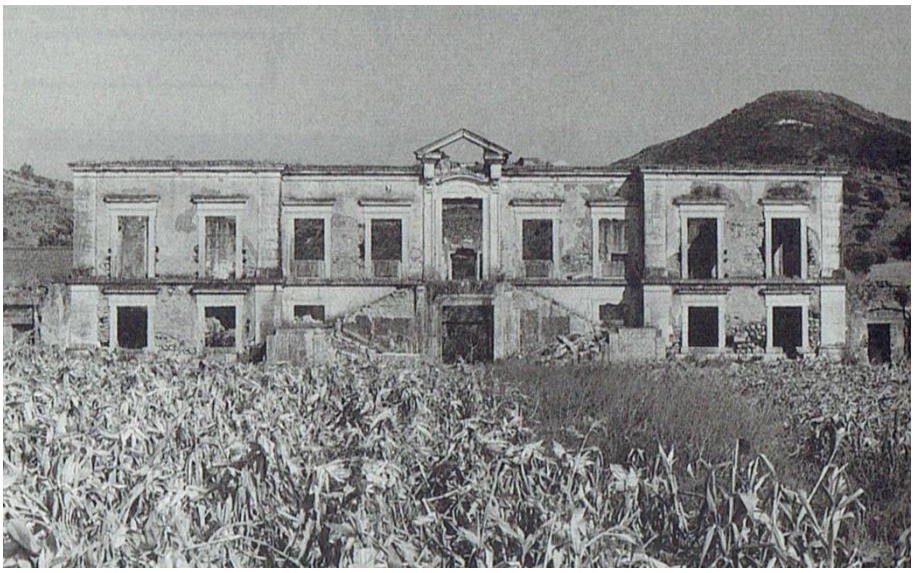
Breve análise da Quinta do Monteiro-Mor. Fonte: Pires, A.G. (2013). A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Lisboa: Caleidoscópio. (p.389).



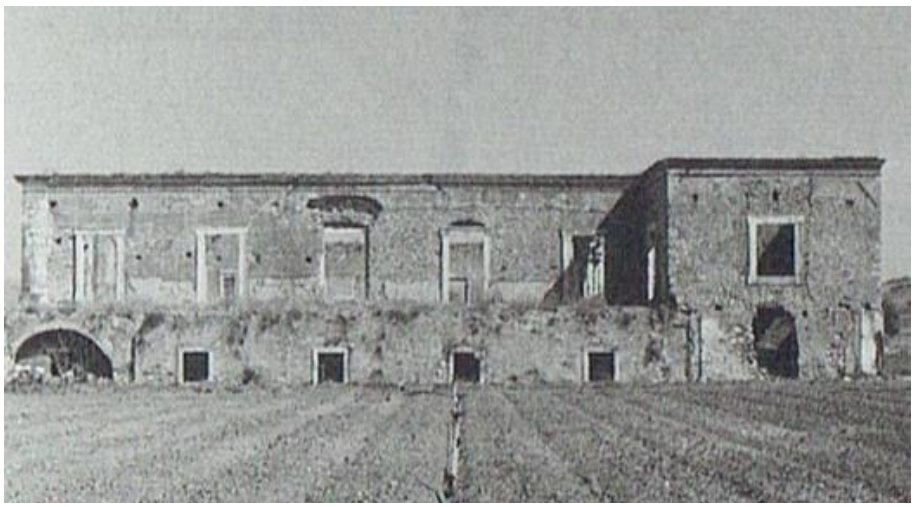


(De cima para baixo). Planta do piso nobre; Planta do piso térreo. Fonte: Desenho da autora.

Registo fotográfico da Quinta do Monteiro-Mor



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Fachada Oeste. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



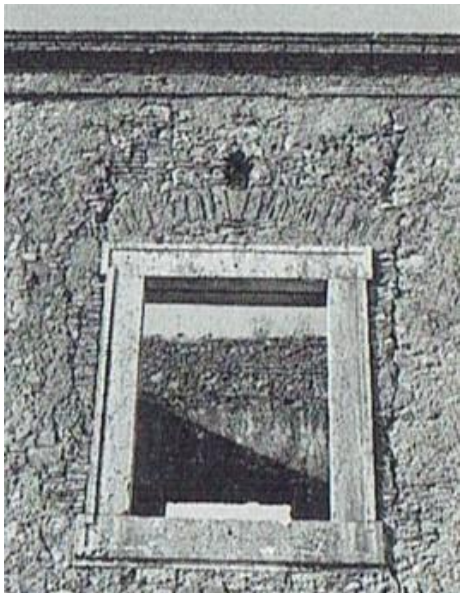
Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Fachada Sul e respetivo terraço. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



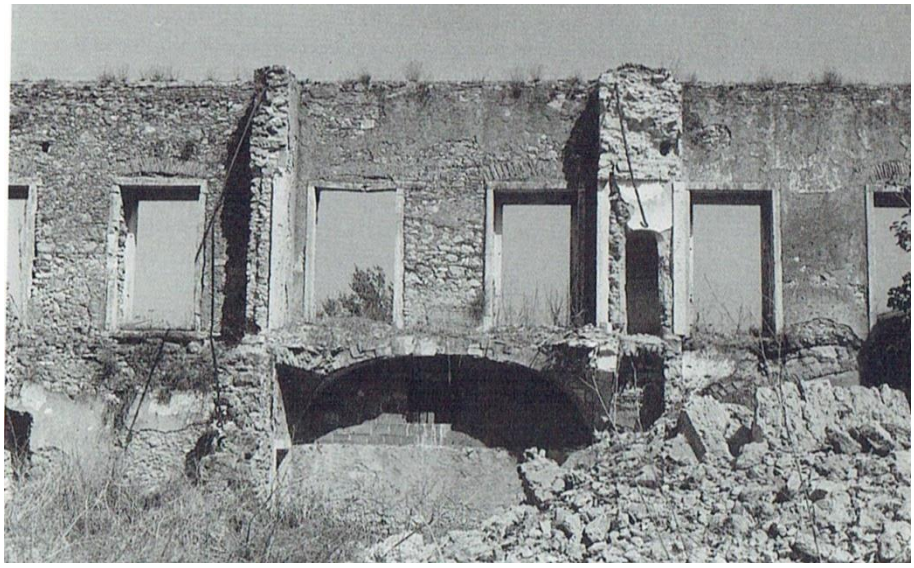
Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Abóbada sob o terraço Sul. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Porta principal. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Janela do piso nobre da fachada Sul. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Lado interno da fachada Norte. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



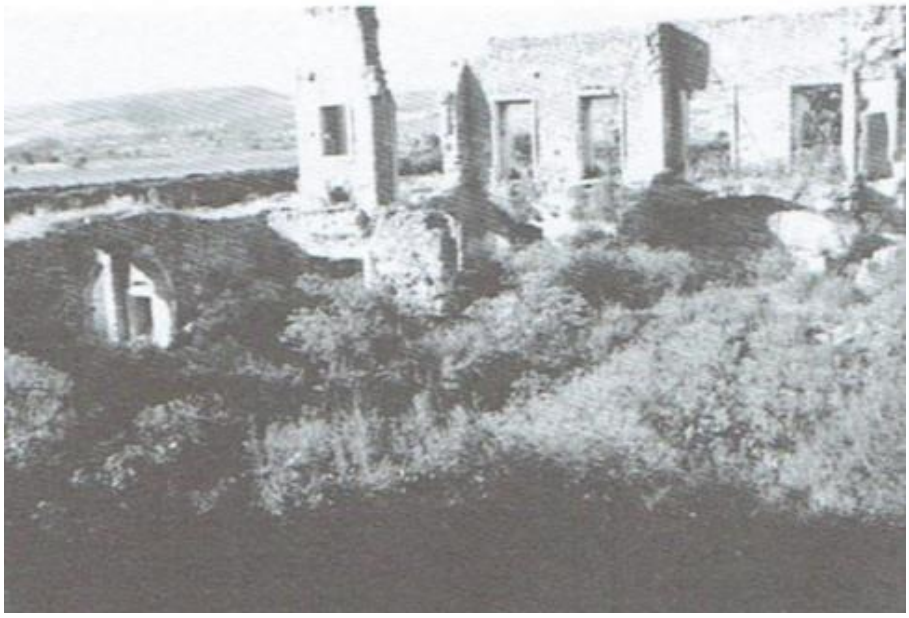
(Da esquerda para a direita) Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Janela do piso térreo da fachada Oeste. Janela do piso nobre da fachada Oeste. Sacada e porta interna do piso nobre. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



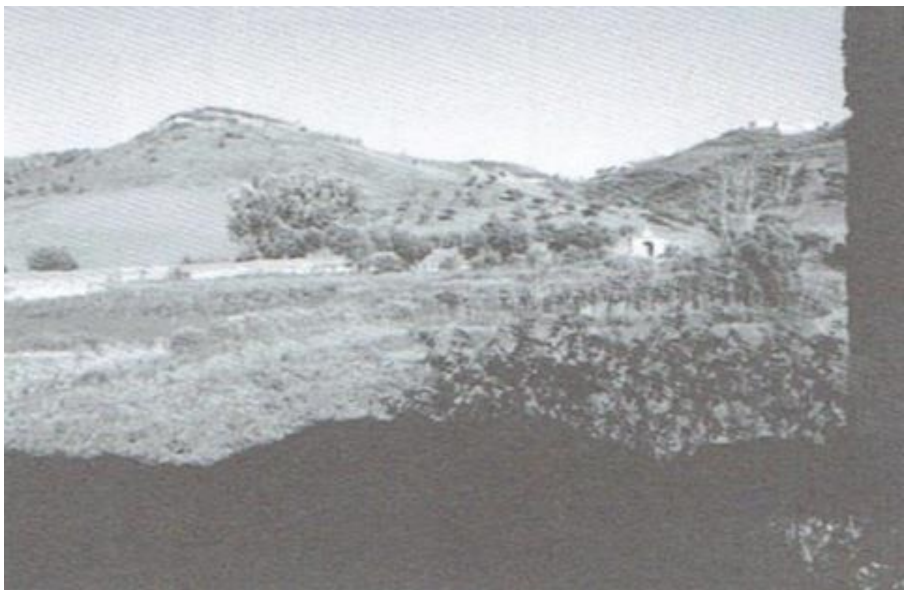
Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Perspetiva da fachada Oeste. Fonte: Caldas, J. V. (1999). A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. Porto: FAUP.



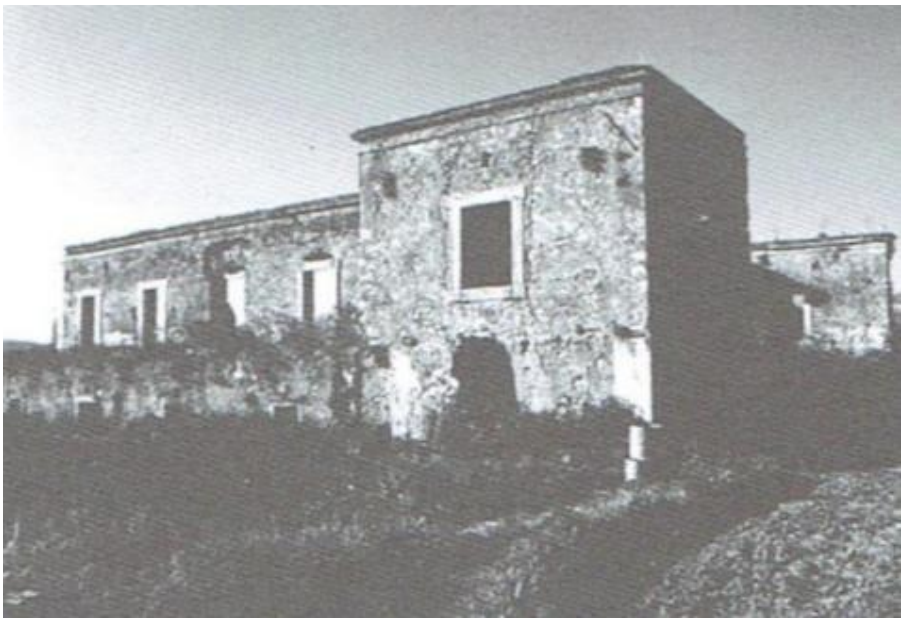
Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Vista para o exterior da fachada Oeste. Fonte: Pires, A.G. (2013). A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Lisboa: Caleidoscópio.



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Vista para o interior da fachada Norte. Fonte: Pires, A.G. (2013). A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Lisboa: Caleidoscópio.



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Envolvente do lado da fachada Este. Fonte: Pires, A.G. (2013). A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Lisboa: Caleidoscópio.



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Vista para a fachada Sul e respetivo terraço. Fonte: Pires, A.G. (2013). A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Lisboa: Caleidoscópio.



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Vista para a fachada Norte através do terraço da fachada Este. Fonte: Pires, A.G. (2013). A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura. Lisboa: Caleidoscópio.



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Parte da fachada Oeste. Fotografia da autora (2019).



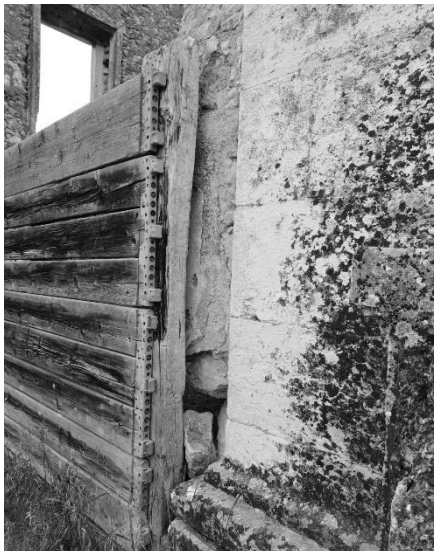
Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Pormenor. Fotografia da autora (2019).



Muro do antigo touril da Quinta do Monteiro-Mor. Fotografia da autora (2019).



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Interior do piso térreo e do piso nobre. Fotografia da autora (2019).



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Pormenor exterior. Fotografia da autora (2019).



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Pormenor interior. Fotografia da autora (2019).



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Relação com a envolvente. Fotografia da autora (2019).



Casa senhorial da Quinta do Monteiro-Mor. Relação com a envolvente. Fotografia da autora (2019).



Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Vista para a fachada Oeste e para a fachada Norte. Fotografia da autora (2019).



Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Parte da fachada Norte. Fotografia da autora (2019).



Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Parte da fachada Norte. Fotografia da autora (2019).



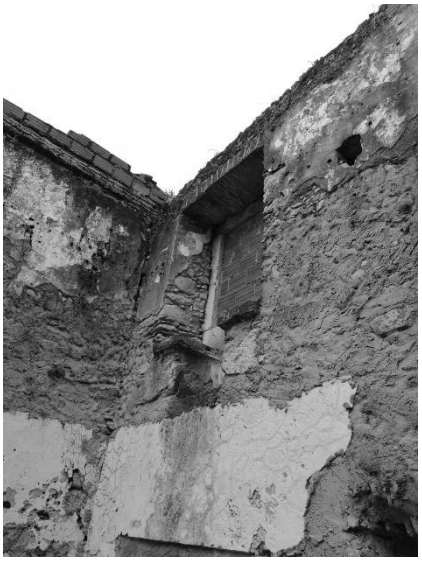
Casa dos caseiros da Quinta do Monteiro-Mor. Pormenor fachada Norte. Fotografia da autora (2019).



Curral da Quinta do Monteiro-Mor. Pormenor fachada Norte. Fotografia da autora (2019).



Curral da Quinta do Monteiro-Mor. Interior. Fotografia da autora (2019).



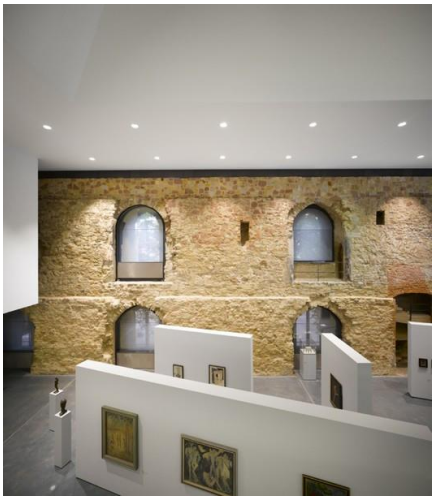
Curral da Quinta do Monteiro-Mor. Pormenor interior. Fotografia da autora (2019).

ANEXO II. COMPLEMENTOS AO TRABALHO PRÁTICO: CASOS DE REFERÊNCIA

Questões de reabilitação e estratégias de intervenção

Moritzburg Museum Extension | Nieto Sobejano Arquitetos | 2008

Fonte: https://www.archdaily.com/132838/moritzburg-museum-extension-nieto-sobejano-arquitectos?ad_medium=gallery. Consultado em: Setembro 2019.





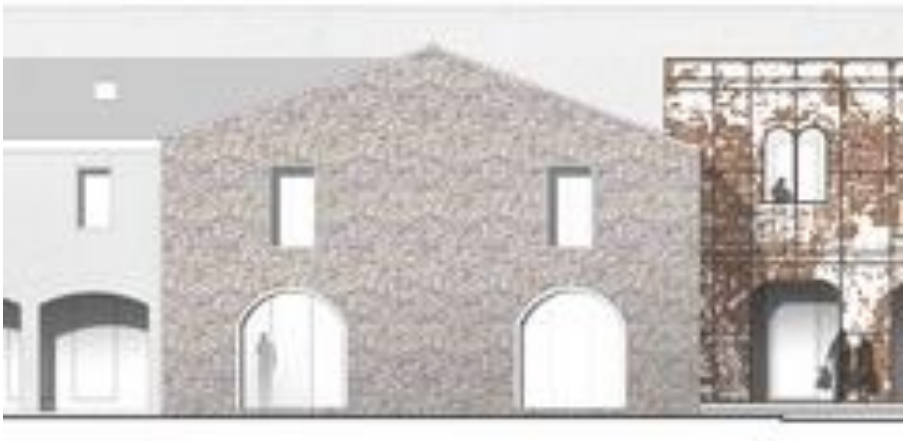


Apartamento Corten | 3ndy Studio | 2012

Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-143262/apartamentos-corten-slash-3ndy-studio. Consultado em: Setembro 2019.

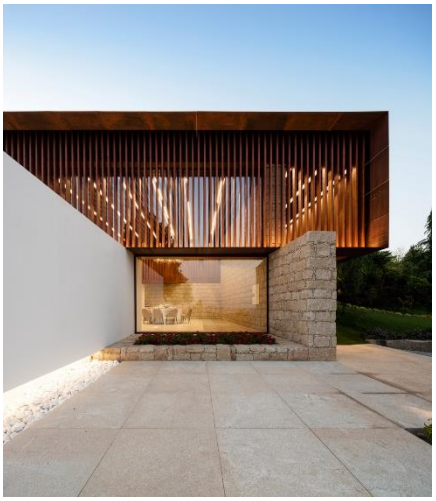


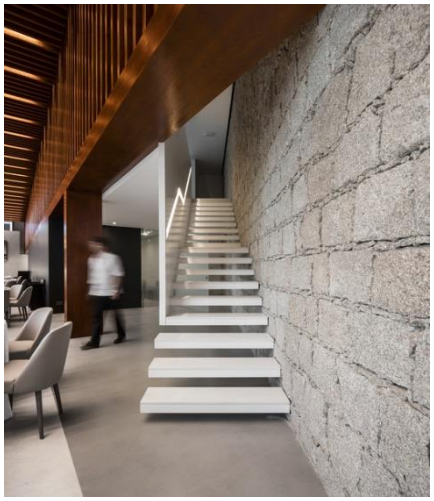




Palácio Igreja Velha | Visioarq Arquitetos | 2015

Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/776109/palacio-igreja-velha-visioarq-aquitectos. Consultado em: Setembro 2019.



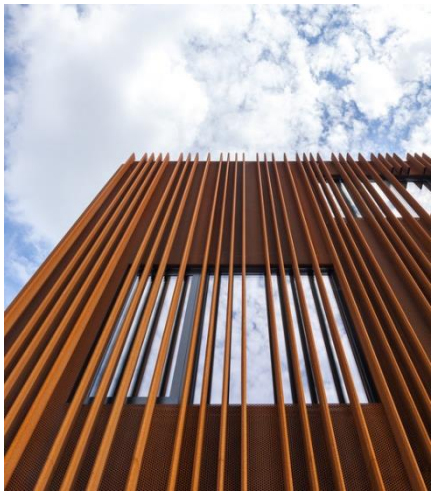




Casa Corten | DMOA Architecten | 2013

Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/760649/casa-corten-dmoa-architecten. Consultado em: Setembro 2019.



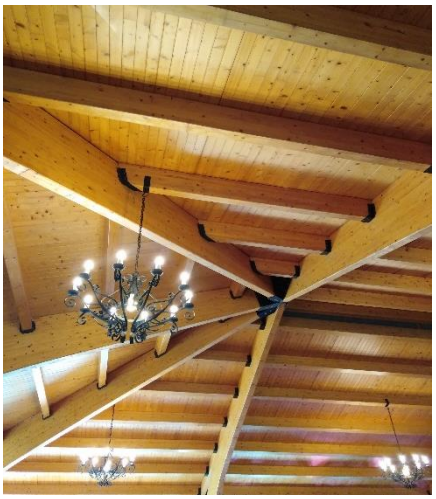




Quinta do Lumarinho

Fonte: Fotografias da autora (Agosto 2019). https://prenunciodefesta.com/espacos/quinta-do-lumarinho/. Consultado em: Setembro 2019.







Outros



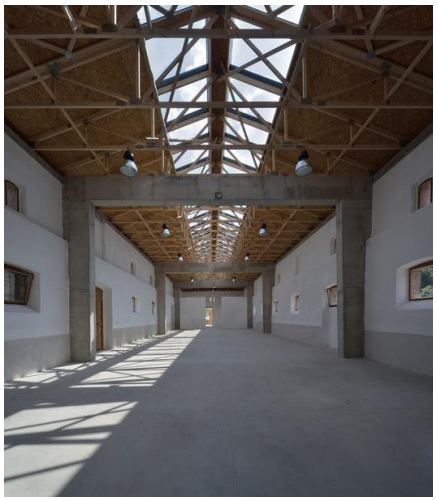




Questões programáticas

Horse Stables Refurbishment | 3+1 architekti | 2014

Fonte: https://www.archdaily.com/530130/horse-stable-refurbishment-3-1-architekti. Consultado em: Setembro 2019.

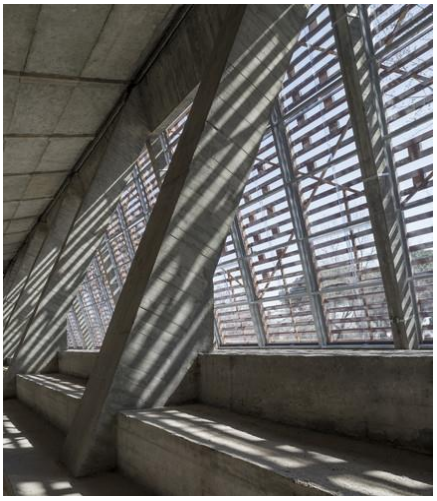






Reabilitação de Picadeiro Coberto | BETA architecture office | 2014

Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/784435/reabilitacao-de-picadeiro-coberto-bet?ad_medium=gallery. Consultado em: Setembro 2019.







Beechwood Stables | Blackburn architects | 2012

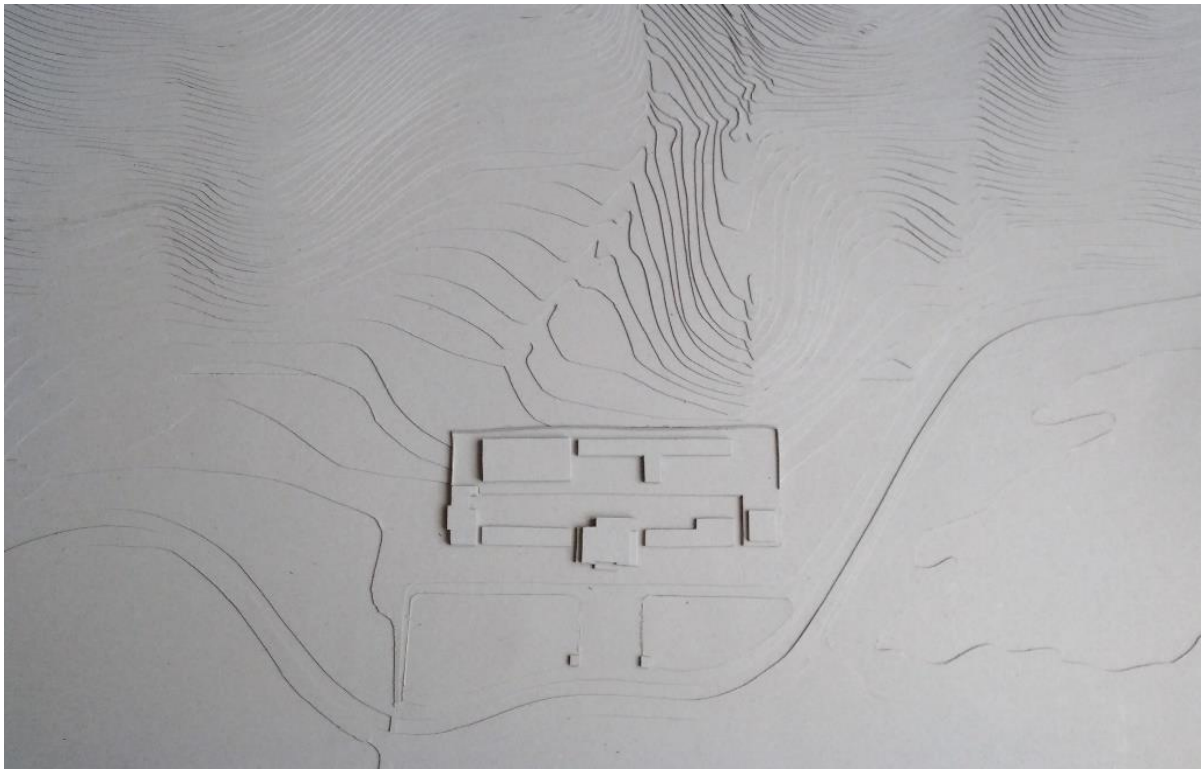
Fonte: https://mgaarchitects.com/project/beechwood-stables. Consultado em: Setembro 2019.

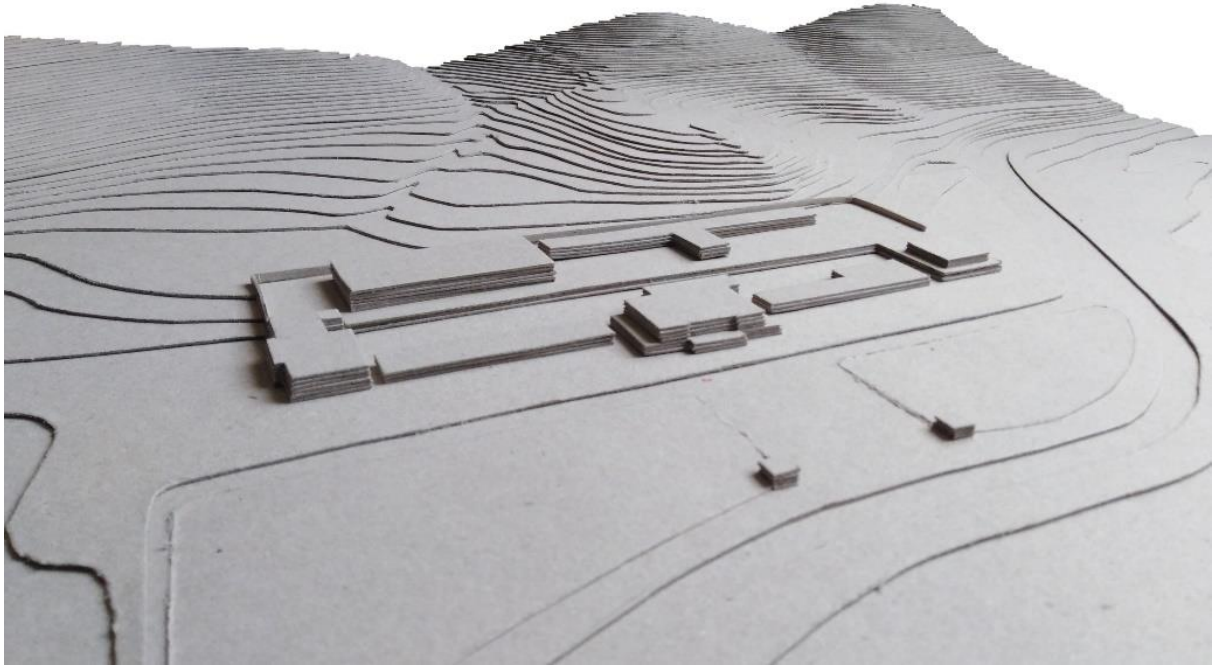




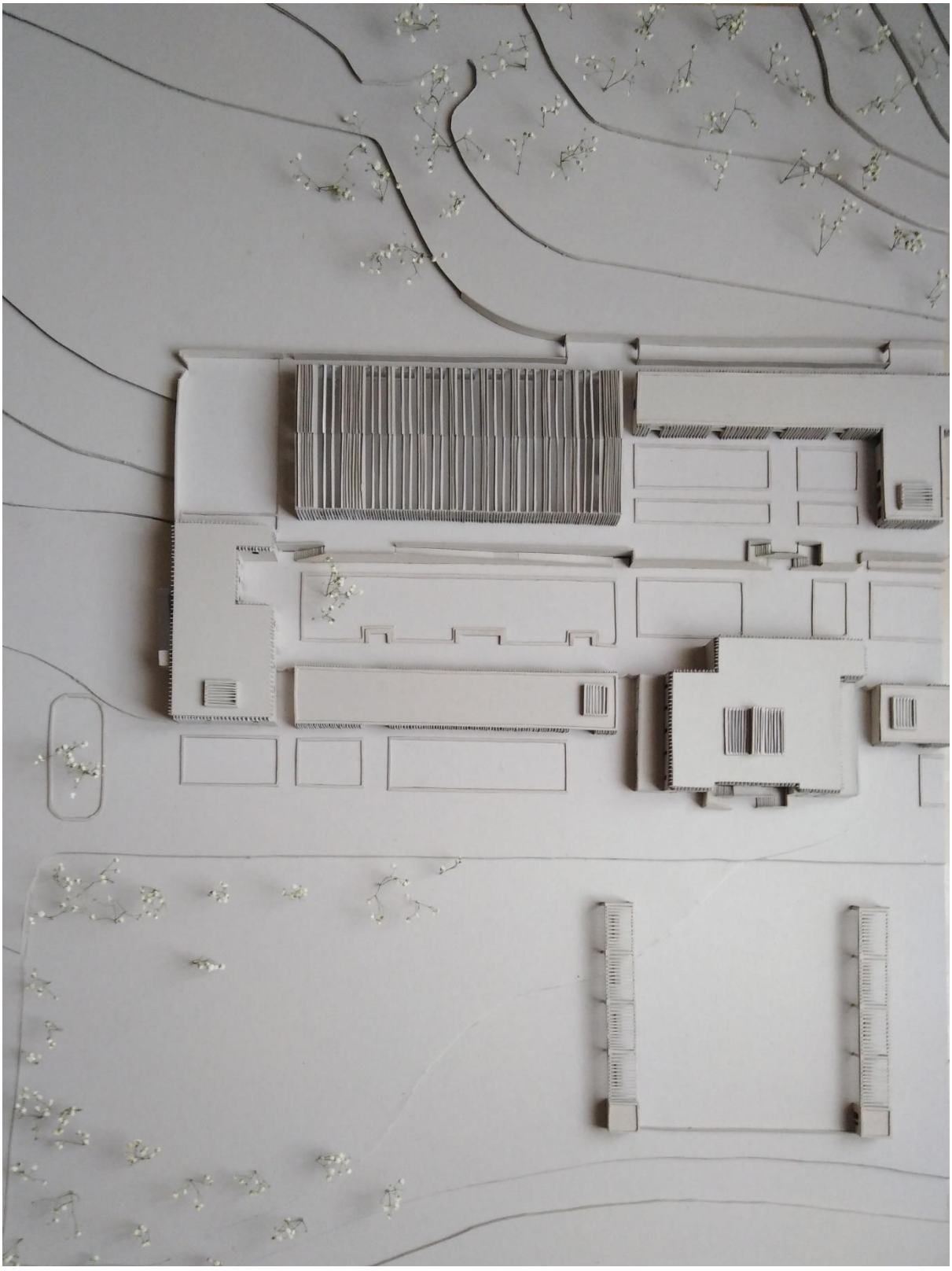


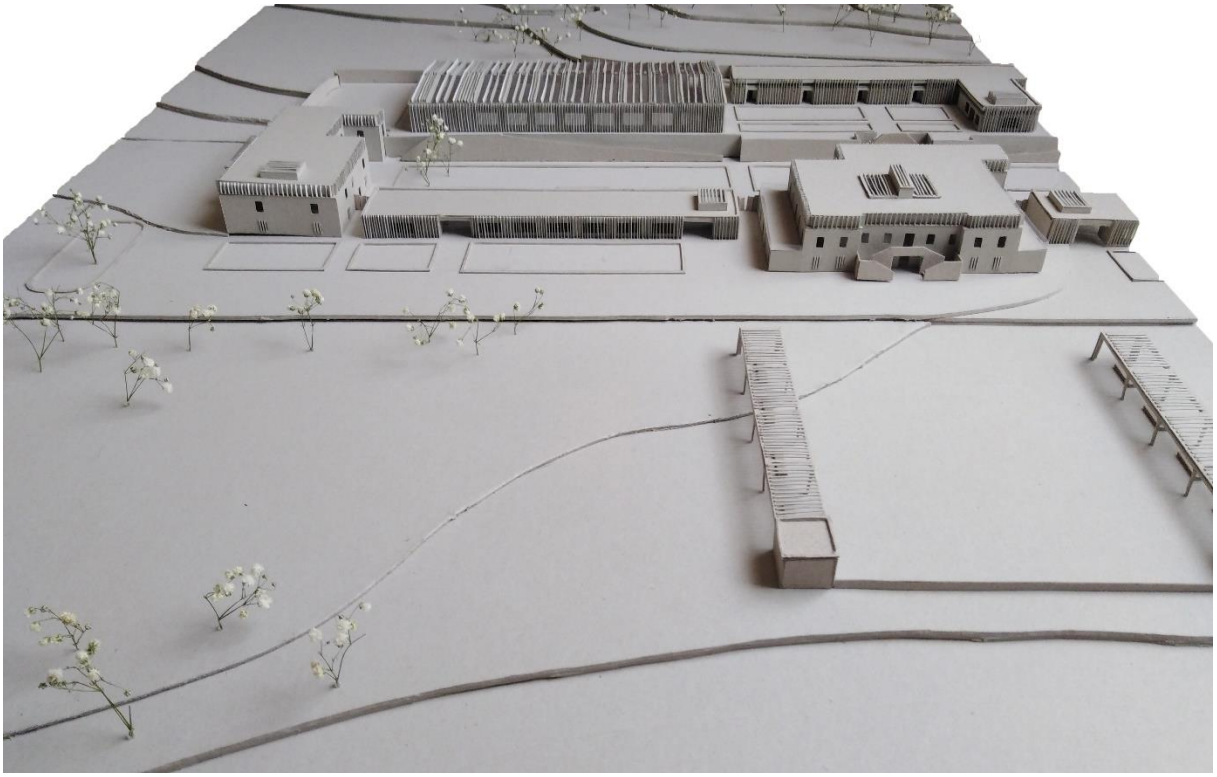
ANEXO III. MAQUETE ESCALA 1/1000



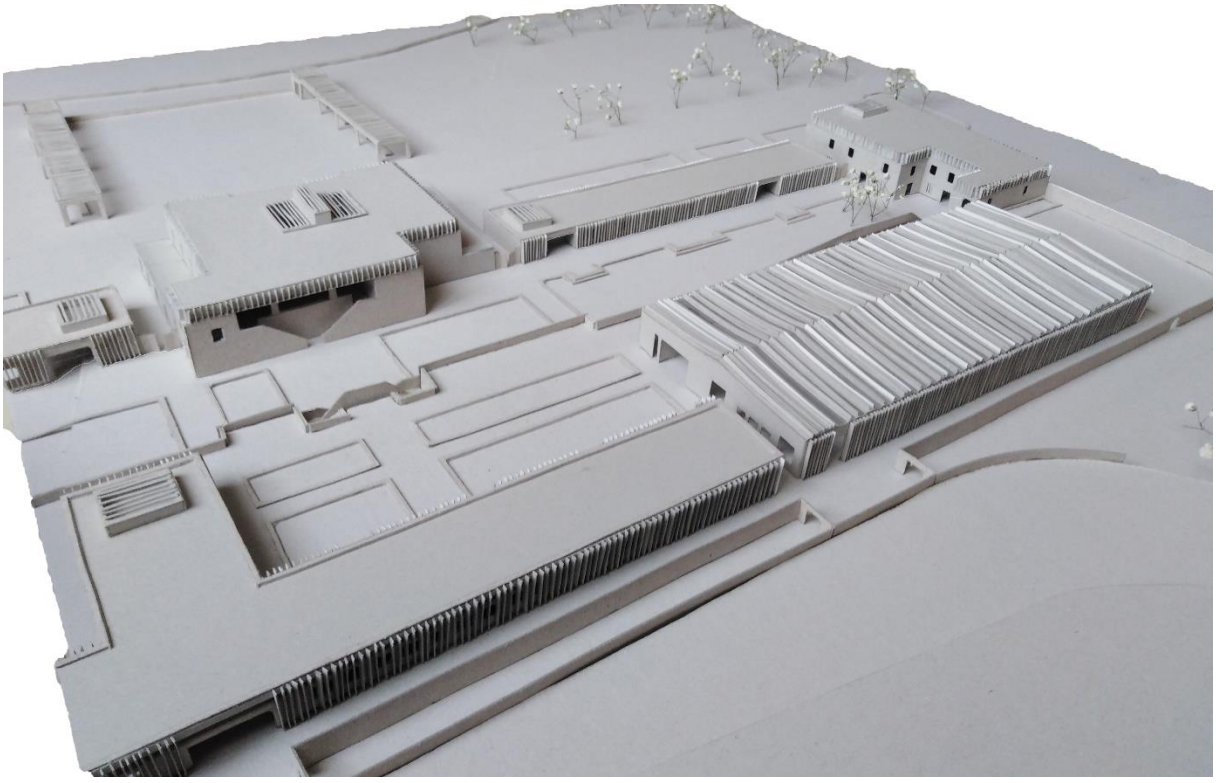


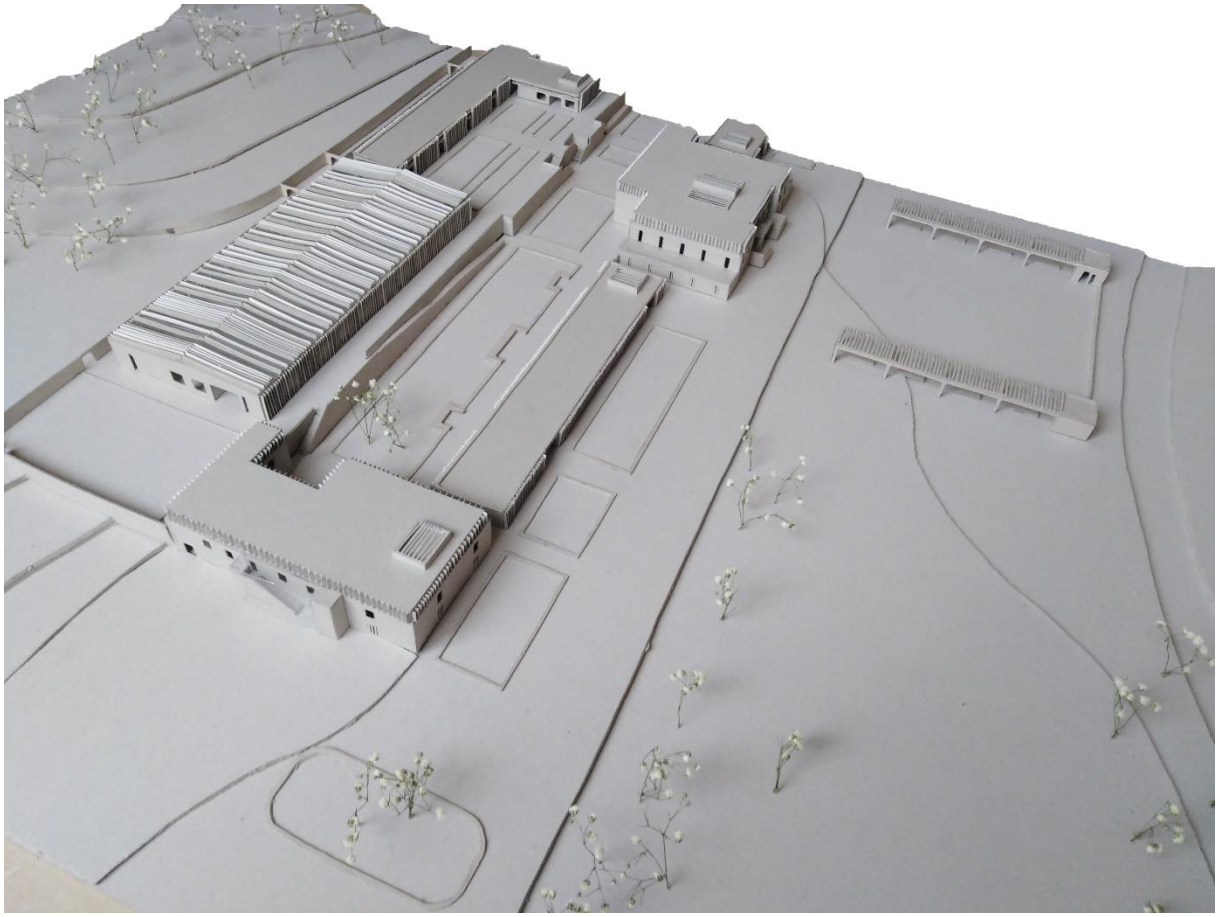
ANEXO IV. MAQUETE ESCALA 1/250





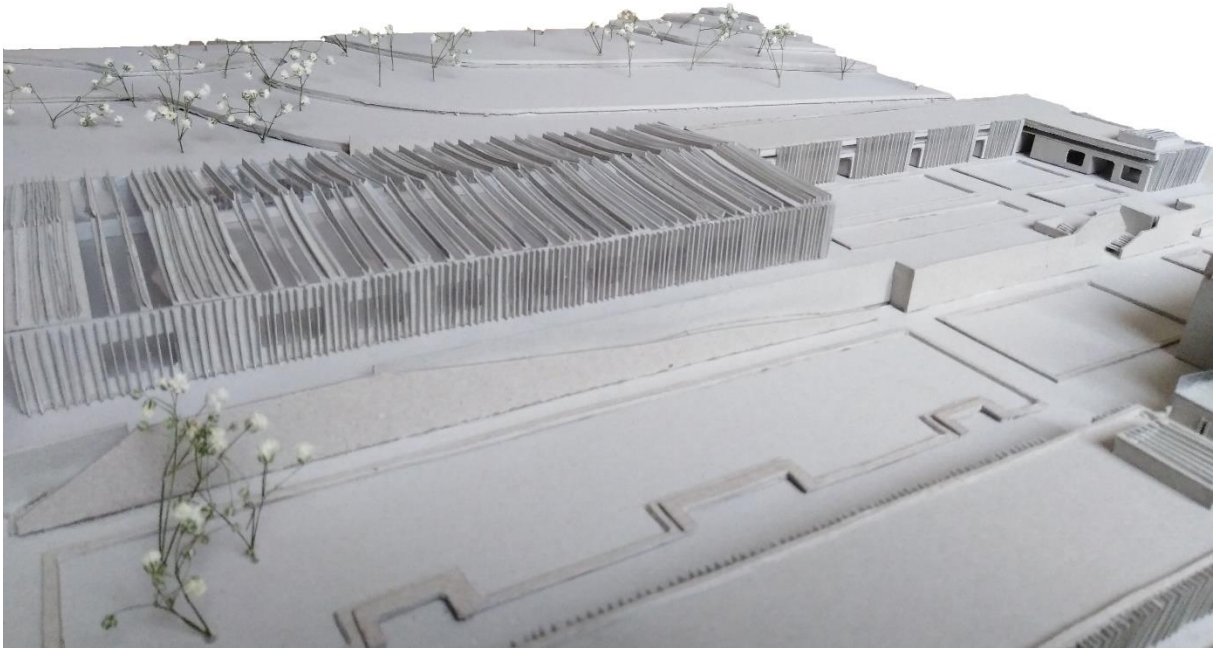














ANEXO V. PEÇAS DESENHADAS





Freguesia de Vialonga



Concelho de Vila Franca de Xira



Distrito de Lisboa

Concelho de Vila Franca de Xira:
Devido à proximidade com o rio Tejo, foi um dos locais preferenciais para a fixação de quintas de recreio ao longo dos séculos XVI-XIX, sendo que o auge da sua construção foi durante o século XVIII.

Vialonga:
Localidade escolhida por familiares da nobreza para a construção de palácios, quintas de veraneio e propriedades agrícolas datas desde o século XIV.

Escolha do lugar de implantação:
-Bom enquadramento paisagístico;
-Qualidade do solo;
-Características geológicas;
-Proximidade com o rio.



1. Quinta dos Frades



2. Quinta do Caldas



3. Quinta da Flamenga



4. Quinta da Serpa



5. Quinta das Maduras



6. Quinta do Duque



7. Quinta do Brasileiro



8. Quinta do Monteiro-Mor

O lugar:

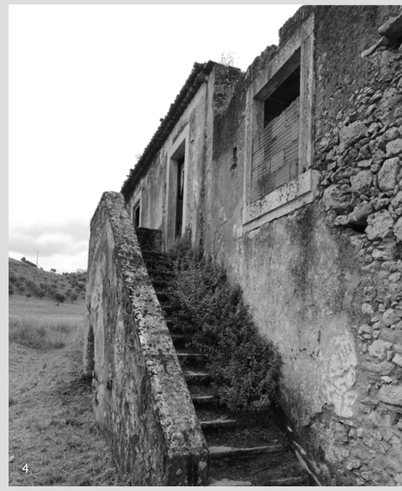
-Património arquitetónico civil;
-Área que o rodeia é desaconselhável à construção, o que garante a continuidade do ambiente envolvente, ambiente que é caracterizado pela sua ruralidade, sendo esta considerada uma potencialidade a nível paisagístico;
-Edificado da Quinta do Monteiro-Mor apresenta-se como um elemento de enquadramento pasagístico.




1


2


3


4


5


6


7


8





FACULDADE DE ARQUITETURA DE LISBOA
PROJETO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA

MARGARIDA SILVA SEQUEIRA TEIXEIRA | 20130183

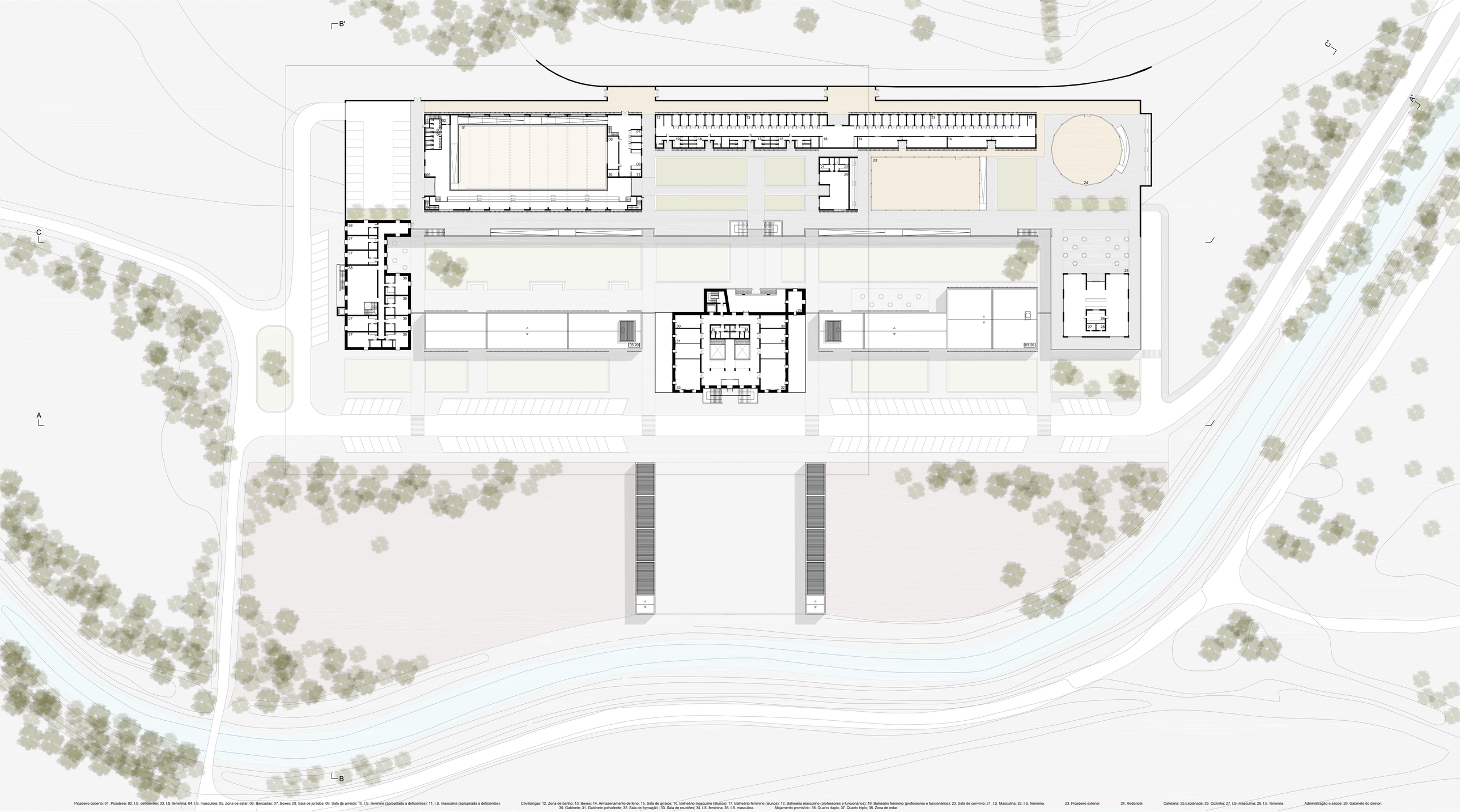
VALOR DE MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

PROPOSTA DE UM CENTRO EQUESTRE NA QUINTA DO MONTEIRO-MOR EM VIALONGA, VILA FRANCA DE XIRA

PLANTA COBERTURA | SECÇÃO AA'

ESCALA 1/500

03



Picadeiro coberto: 01. Picadeiro; 02. I.S. deficientes; 03. I.S. feminina; 04. I.S. masculina; 05. Zona de estar; 06. Bancadas; 07. Boxes; 08. Sala de jurados; 09. Sala de arreios; 10. I.S. feminina (apropriada a deficientes); 11. I.S. masculina (apropriada a deficientes).

Cavalariças: 12. Zona de banho; 13. Boxes; 14. Armazenamento de feno; 15. Sala de arreios; 16. Balneário masculino (alunos); 17. Balneário feminino (alunos); 18. Balneário masculino (professores e funcionários); 19. Balneário feminino (professores e funcionários); 20. Sala de convívio; 21. I.S. Masculina; 22. I.S. feminina. 23. Picadeiro exterior. 24. Redondel.

Cafetaria: 25.Esplanada; 26. Cozinha; 27. I.S. masculina; 28. I.S. feminina.

Administração e saúde: 29. Gabinete do diretor; 30. Gabinete; 31. Gabinete polivalente; 32. Sala de formação ; 33. Sala de reuniões; 34. I.S. feminina; 35. I.S. masculina.

Alojamento provisório: 36. Quarto duplo; 37. Quarto triplo; 38. Zona de estar.

FACULDADE DE ARQUITETURA DE LISBOA
PROJETO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA
MARGARIDA SILVA SEQUEIRA TEIXEIRA | 20130183

VALOR DE MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

PROPOSTA DE UM CENTRO EQUESTRE NA QUINTA DO MONTEIRO-MOR EM VIALONGA, VILA FRANCA DE XIRA

PLANTA PISO 1 | SECÇÃO BB'
ESCALA 1/500

04

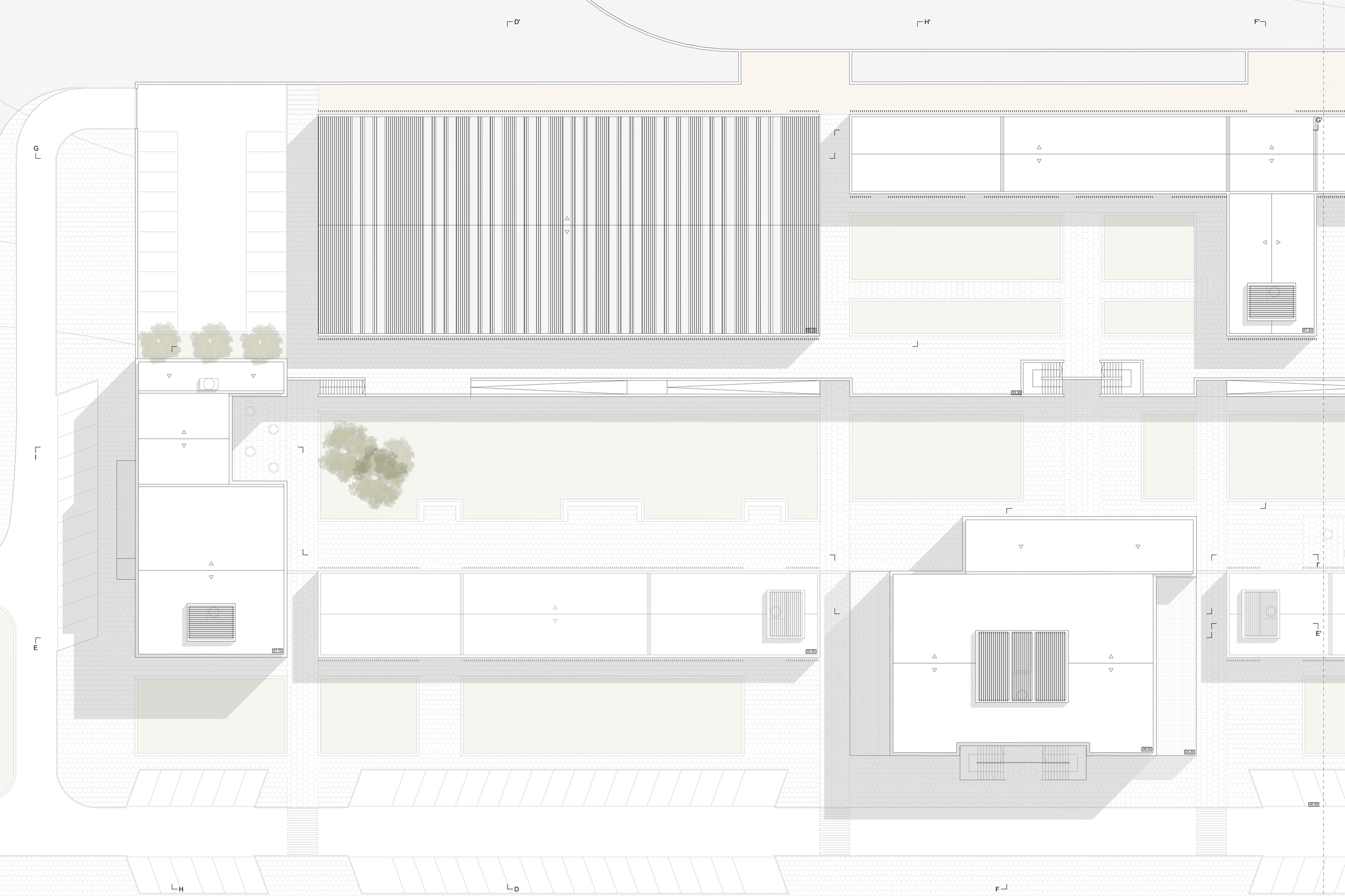
Alojamento provisório: 39. Cozinha; 40. Zona de refeições; 41. Esplanada; 42. Átrio de receção; 43. I.S. feminina; 44. I.S. masculina; 45. Sala de convívio.
Formação teórica: 46. Auditório; 47. Gabinete polivalente; 48. Sala de aula; 49. I.S. feminina; 50. I.S. masculina.
67. Cozinha; 68. Esplanada.
Administração e saúde; 51. Arquivo; 52. Gabinete médico; 53. Loja; 54. Farmácia; 55. Átrio de receção; 56. Back office; 57. I.S. feminina; 58. I.S. masculina; 59. Área técnica; 60. Balneário masculino (funcionários); 61. Balneário feminino (funcionários). 62. Arrumos.
Estacionamento coberto: 69. Arrumos; 70. Estacionamento.
Hortas comunitárias: 71. Hortas comunitárias; 72. Edifício de apoio.
Convívio e restauração: 63. I.S. feminina; 64. I.S. masculina; 65. Sala de convívio; 66. Restaurante;
Picadeiro coberto: 73. Picadeiro; 74. Armazenamento de feno; 75. Áreas técnicas; 76. Saída de emergência.

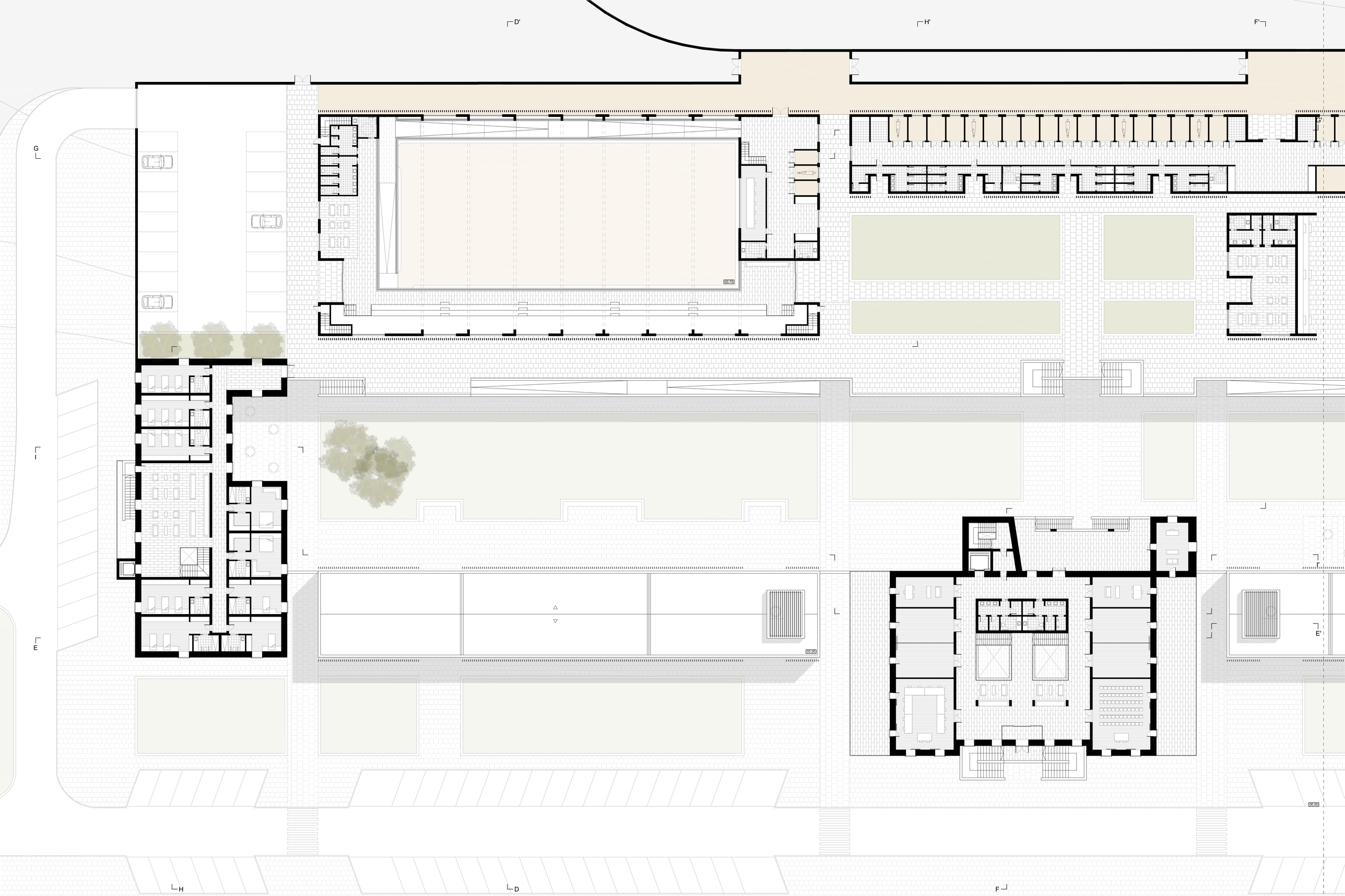
FACULDADE DE ARQUITETURA DE LISBOA
PROJETO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA
MARGARIDA SILVA SEQUEIRA TEIXEIRA | 20130183

VALOR DE MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

PROPOSTA DE UM CENTRO EQUESTRE NA QUINTA DO MONTEIRO-MOR EM VIALONGA, VILA FRANCA DE XIRA

PLANTA PISO 0 | SECÇÃO CC'
ESCALA 1/500


D'
H'
F'
G
G'
I
I'
E
E'
H
D
F
07.10
07.30
03.20
07.20
03.20
08.00
03.20
00.00



FACULDADE DE ARQUITETURA DE LISBOA
PROJETO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA

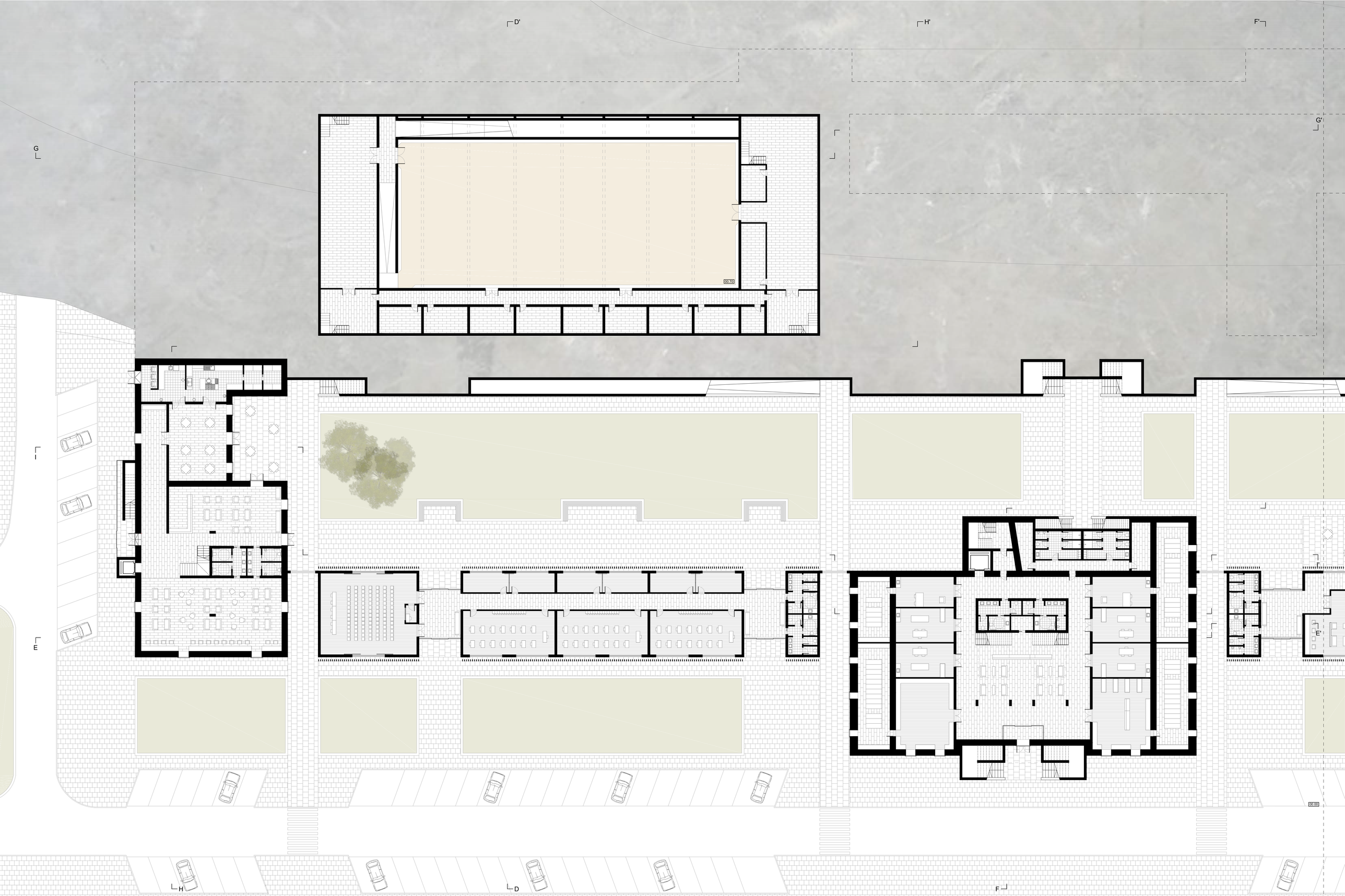
MARGARIDA SILVA SEQUEIRA TEIXEIRA | 20130183

VALOR DE MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

PROPOSTA DE UM CENTRO EQUESTRE NA QUINTA DO MONTEIRO-MOR EM VIALONGA, VILA FRANCA DE XIRA

PLANTA PISO 1
ESCALA 1/200

07



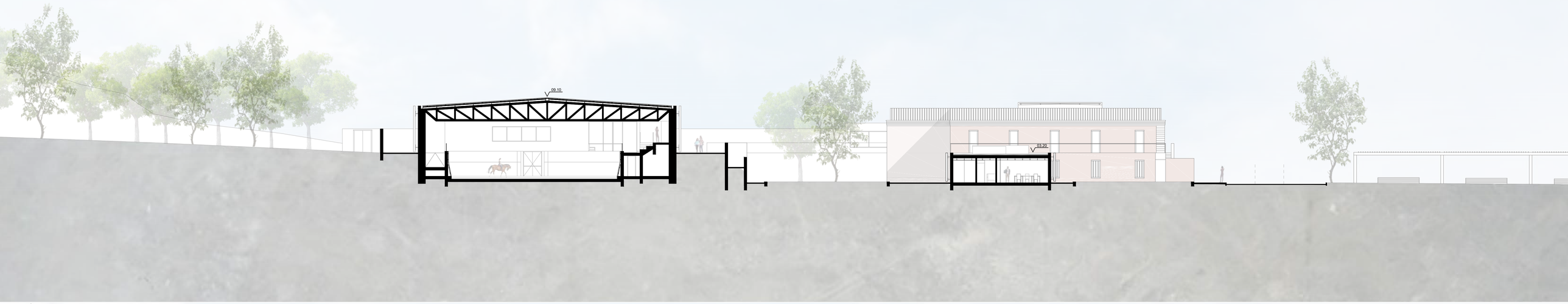
FACULDADE DE ARQUITETURA DE LISBOA
PROJETO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA
MARGARIDA SILVA SEQUEIRA TEIXEIRA | 20130183

VALOR DE MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

PROPOSTA DE UM CENTRO EQUESTRE NA QUINTA DO MONTEIRO-MOR EM VIALONGA, VILA FRANCA DE XIRA

PLANTA PISO 0
ESCALA 1/200

08



FACULDADE DE ARQUITETURA DE LISBOA
PROJETO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA

MARGARIDA SILVA SEQUEIRA TEIXEIRA | 20130183

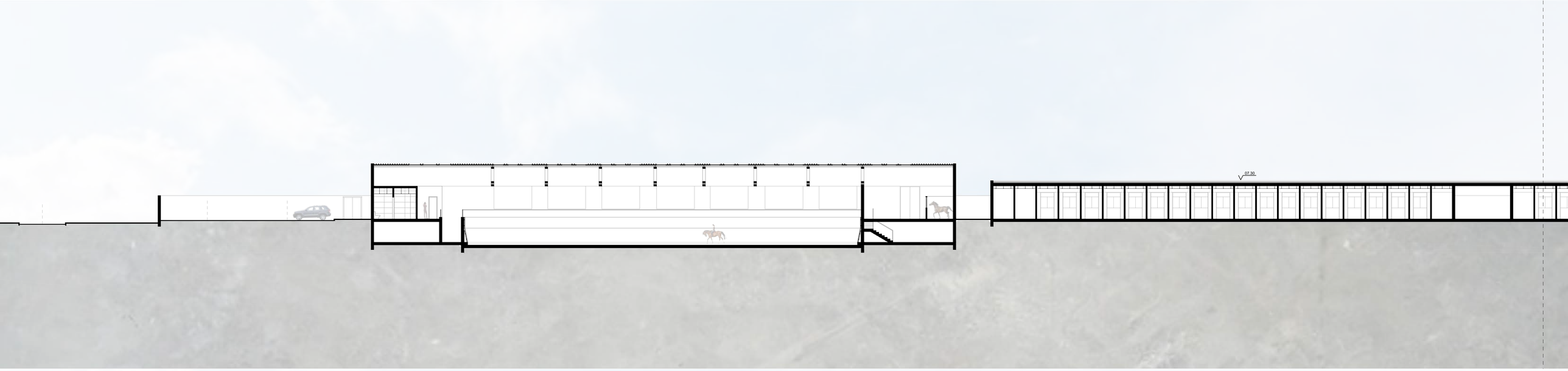
VALOR DE MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

PROPOSTA DE UM CENTRO EQUESTRE NA QUINTA DO MONTEIRO-MOR EM VIALONGA, VILA FRANCA DE XIRA

SECÇÃO DD' | SECÇÃO EE' | SECÇÃO FF'

ESCALA 1/200

09



FACULDADE DE ARQUITETURA DE LISBOA
PROJETO FINAL DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA

MARGARIDA SILVA SEQUEIRA TEIXEIRA | 20130183

VALOR DE MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

PROPOSTA DE UM CENTRO EQUESTRE NA QUINTA DO MONTEIRO-MOR EM VIALONGA, VILA FRANCA DE XIRA

SECÇÃO GG' | SECÇÃO HH' | SECÇÃO II'

ESCALA 1/200


+8,00
+8,00
+8,00

